

Serviços aduaneiros

Detectadas várias situações de fraude no Porto da Praia

O Serviço Antifraude (SAF) da Direção Geral das Alfândegas (DGA) detetou um conjunto de irregularidades na inspeção realizada entre os dias 04 e 26 de Abril, no Porto da Praia - terminal de contentor - cargo Village. Várias situações de “fraude” foram detectadas através de uma inspeção desencadeada com base no plano de actividades do SAF, na análise de risco e, igualmente, das preocupações manifestadas através da Câmara de Comércio de Sotavento.

A inspeção tinha como finalidade a verificação de conformidade, confirmação da veracidade entre o declarado e o reconhecido em termos de espécie, quantidade, valor, origem e classificação pautal; a prevenção de fraudes, com vista a detetar mercadorias não declaradas, contrafeitas, proibidas ou condicionadas; assim como questões de segurança, para evitar a entrada de armas, drogas, ou outras mercadorias ilícitas.

Conforme o relatório de inspeção, a que A NAÇÃO teve acesso, foram analisadas e inspeccionadas o total de 12 declarações aduaneiras (DAU), designadamente: factura comercial, bill of lading (BL) e outros documentos adicionais, de 24 contentores “na sua maioria provenientes da China”, sendo vinte de 40 pés representando 83,33% e quatro de 20 pés, representando 16,67% do total.

Visita física

Durante a visita física, os inspectores, que foram acompanhados pelos técnicos de outros serviços da DGA, Guarda



Numa amostragem de apenas 5% do total das importações realizadas entre Março e Abril de 2025, o Serviço Antifraude da Direção Geral das Alfândegas detectou várias situações de subfacturação, de mercadorias não declaradas, de divergência na quantidade e de mercadorias proibidas. Essa inspeção impediu que o Estado fosse lesado em mais de 60 mil contos, apenas com essa pequena amostragem de contentores importados entre Março e Abril.

Daniel Almeida

Fiscal, do despachante oficial, da agência e representante do importador, foram detectadas situações de subfacturação, de mercadorias não declaradas, de mercadorias proibidas e condicionadas, e divergência na quantidade.

Da análise do valor aduaneiro o relatório de inspeção diz que o valor declarado foi de 31.485.682,76 CVE e que o valor reconhecido após fiscalização e correção foi de 93.327.990,95 CVE. Os inspectores apuraram uma subfacturação de 61.842.308,19 CVE, “o que representa 66,26% do valor reconhecido”.

Da análise do valor dos direitos e demais imposições,

os inspectores verificaram que o valor declarado foi de 14.480.572,00 CVE. Porém, após a fiscalização e correções, esse valor subiu para 45.031.942,00 CVE. “Houve uma diferença a favor do Estado no valor de 30.551.370,00 CVE, representando 67,84% de perdas de receita”.

Apreensões

Durante a fiscalização foram apreendidas algumas mercadorias proibidas e condicionadas como grandes volumes de sacos e tigelas de plásticos, numa clara violação do regime de importação, distribuição e produção de plástico

de utilização única.

Foram também apreendidos equipamentos da selecção nacional de futebol, por violação do Código da Propriedade Industrial, assim como cigarros e carvão vegetal, por violação do regime de prevenção e controlo do tabagismo. “O valor de venda no mercado nacional desses produtos é de aproximadamente 17.439.750 CVE”.

Por outro lado, segundo o relatório de inspeção, a diferença entre o valor declarado e reconhecido “é extremamente significativa”. Ou seja, “os operadores económicos declararam em média apenas 33,74% do valor total reconhecido, o que pode indicar subfactura-

ção intencional, omissão e informações incompletas nas declarações”.

“Também houve uma diferença substancial entre os valores calculados e reconhecidos dos direitos e demais imposições na ordem de 68%, ou seja, os operadores económicos pagariam apenas 32% do que deveriam pagar”, enfatiza.

O Serviço Antifraude elucida que a inspeção incidiu apenas em 5% das importações realizadas entre Março e Abril de 2025, mas que, mesmo assim, da análise dos dados apresentados, “revela-nos diferenças significativas entre os valores declarados e os valores reconhecidos nas declarações aduaneiras após as visitas físicas realizadas pela equipa de inspeção, com diferenças superiores a 66%”.

Em relação às mercadorias proibidas/condicionadas, foram feitos autos de notícia e encaminhadas às respectivas autoridades competentes. Nomeadamente Direção Geral do Ambiente, Federação Cabo-verdiana de Futebol, Comissão de Combate à Droga nos termos da legislação em vigor.

Não consta do relatório do SAF, mas A NAÇÃO sabe que “o mais grave” é que os despachos dos importadores chineses eram distribuídos praticamente aos mesmos técnicos, sabendo que o sistema Sydonia World está formatado para aleatoriedade na distribuição dos despachos. Por outro lado, 63% de receitas do Estado ficaram comprometidas numa única importação, o que retrata a falta de controlo aduaneiro reinante na Alfândega da Praia.

www.bancobai.cv



50 anos. Um país. Um campeão.

Independência é conquista.
Conquistas ganham-se
no **BAI Cabo Verde**.

Fique atento à surpresa
que temos para si.



Parlamento

Golpe e contra-golpe na substituição de deputados do MpD

Com o regresso da antiga ministra da Saúde ao Parlamento, num primeiro momento, por despacho do presidente da Assembleia Nacional (PAN), Austelino Correia, o deputado Euclides Silva deveria sair, com base no princípio da precedência nas listas. Porém, para a surpresa de Antonieta Moreira, um novo despacho, este do PAN em substituição, o vice-presidente Emanuel Barbosa (Austelino encontrava-se a substituir o presidente da República, em viagem pelo exterior), dava como certa a sua saída, continuando Euclides Silva no Parlamento. Inconformada, essa deputada colocou ontem o caso à plenária, acabando por atrasar em três horas o início da plenária de Junho.

O episódio de ontem, no dizer das nossas fontes, foi apenas a ponta do iceberg do ambiente reinante no Grupo Parlamentar do MpD, num momento delicado, quando o partido se encontra em evidente desgaste e sob pressão do “fenómeno Francisco Carvalho”, actual presidente da Câmara Municipal da Praia e recentemente eleito líder do PAICV.

Tramoia interna

Com base na tradição parlamentar, Filomena Gonçalves



Antonieta Moreira

Euclides Silva

O ambiente está ao rubro na bancada parlamentar do MpD, com acusações de conspiração interna para saber quem deveria ceder o lugar para o regresso da ex-ministra Filomena Gonçalves ao Parlamento: se Euclides Silva ou Antonieta Moreira. Mas, ao que tudo indica, o verdadeiro foco do conflito está no controlo das listas para as eleições legislativas de 2026.

Geremias S. Furtado

des deveria reassumir o lugar do deputado que a substituíra, neste caso Euclides Silva, à semelhança do que acontecera aquando do regresso também de Abraão Vicente e Edna Oliveira, depois da última remodelação governamental. No entanto, a direcção da bancada do MpD tentou contornar esta norma, fazendo recair o afastamento sobre Antonieta Moreira.

Inconformada e agastada com a decisão, a própria visada, Antonieta, apresentou on-

tem um recurso junto da Mesa da Assembleia Nacional, solicitando esclarecimentos sobre a legalidade da decisão que a retirava do Parlamento. Argumentou que se encontra a substituir Gilberto Silva, eleito em 7º lugar, e que, portanto, o seu mandato não poderia estar directamente ligado à posição de Filomena Gonçalves e muito menos ao de Paulo Veiga que ontem pediu a suspensão do seu mandato por “10 dias”.

Já Euclides Silva, que ocupa

a 12ª posição, defendeu internamente, no Grupo Parlamentar, que a substituição deve respeitar a ordem da lista e não ser usada como ferramenta de conveniência política.

O certo é que colocado o assunto à plenária, por votação, a maioria dos deputados presentes na sessão – 41 de 62 – votou a favor da continuação de Antonieta Moreira e em desfavor de Euclides Silva. No acto, Austelino Correia confirmou também que Filomena Gonçalves apenas regressará

por dez dias, a título temporário.

Importa referir que Antonieta Moreira entrou nas listas do MpD como independente, na qualidade de representante da sociedade civil, mas, ao longo da legislatura, tem assumido posições activas nas disputas internas, nomeadamente durante a eleição para a Concelhia da Praia, onde apoiou José Duarte contra Manuel Alves (“Toti Coia”), o actual líder local.

A saída de Euclides do Parlamento implicará ainda a perda do seu lugar no Parlamento Pan-Africano, com todas as regalias associadas, outro factor que pode agravar o seu isolamento político a menos de um ano das próximas eleições legislativas.

Debate atrasado

Toda esta controvérsia atrasou ontem em mais de três horas o arranque da primeira sessão plenária de Junho, que deveria começar com um debate com o ministro das Finanças e da Economia Digital, Olavo Correia. A ordem do dia só foi aprovada após acesa discussão e votação secreta, nos termos do artigo 135.º do Regimento da AN, que versa sobre questões de mandato e imunidade parlamentar.

Ficha Técnica



www.anacao.cv

A Nação Semanário | Ano XVIII | N°928 | 12 de Junho de 2025 | Registo DGCS: N°3/2007 | Registo ARC: N°3/2016 | Propriedade: Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | Endereço: Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | Telefone: (+238) 260.26.90 (PBX) | Director: José Augusto Sanches | Editor-Executivo: José Vicente Lopes | Editores: Daniel Almeida e Gisela Coelho | Jornalistas: Natalina Andrade (Fogo), Geremias S. Furtado, João A. Rosário | Jornalistas Estagiários: Leliane Semedo | Colaboradores e Colunistas: Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Luís Kandjimbo, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | Designers: Edson Spencer e Carmem Freire | Comercial & Marketing: Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) e Hélder Afonso | Telefones: (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | E-mail: jornalnanacaocv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | Impressão: Impressral Center | Tiragem: 3.500 Exemplares.



GARANTIA

SEGUROS

TAXA MÍNIMA
GARANTIDA
2025

2,75%



GARANTA UM FUTURO SEM PREOCUPAÇÕES

A plena serenidade sente-se quando o amanhã dos que mais ama está protegido. Com o **PPR/E** da Garantia Seguros garanta uma **rentabilidade mínima de 2,75%** e a certeza de um reforço financeiro para a sua reforma ou um apoio para a educação dos seus filhos. Porque uma vida tranquila começa com soluções de poupança que nos trazem paz de espírito.

Contacte-nos e saiba mais sobre este produto.

Em 2024, a taxa efetiva anual foi de 4.04% em resultado da taxa mínima garantida de 2.50% e acrescida da taxa de participação nos resultados de 1.54%.

**GARANTIA
PPR/E**

garantia.cv    

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. - Matrícula N.º 13 - Sede: Chã de Areia,
C.P. 138 - Praia, Cabo Verde • NIF: 200110322 • Capital Social: 400.000.000 CVE • www.garantia.cv
Telefone: (238) 260 86 00



**FIDELIDADE
SEGUROS
DESDE 1808**

Teste história 12º ano

Ministério da Educação “rejeita qualquer tentativa de censura”

O conteúdo exposto na imagem acima ilustra parte de um teste nacional de história, aplicado aos alunos do 12º ano da via geral. Na primeira coluna, uma declaração política do MpD, datada de 14 de Março de 1990; na coluna ao lado, uma declaração mais recente, do agora presidente da República e antigo dirigente do PAICV, José Maria Neves, enaltecendo o papel de Carlos Veiga na democratização de Cabo Verde.

Para os críticos, está-se perante uma “tentativa de instrumentalização dos jovens cabo-verdianos” em ano pré-eleitoral. Ainda por mais, num ano em que o país está também a comemorar o cinquentenário da sua independência e que por isso a “manobra” não é inocente. Isto tendo em linha de conta as disputas que se vão fazendo no campo da narrativa histórica, principalmente, entre o MpD e o PAICV.

Em conferência de imprensa esta terça-feira, a deputada do PAICV Carla Lima exortou o ministro da Educação a explicar a questão, entendendo que a presença da declaração política no teste, não sendo parte do currículo escolar, está-se perante “tentativas ocultas de introdução de um viés político partidário nos currículos escolares”.

Também nas redes sociais, vários perfis partilharam o conteúdo do teste, suscitando questionamentos sobre a sua legitimidade, havendo quem acuse o ME de estar a fazer “activismo” político e ideológico através do ensino.



Adriano Moreno

Uma prova de História aplicada aos alunos do 12º gerou polémica nos últimos dias, por conter uma declaração política sobre o contributo de Carlos Veiga na instauração do processo democrático. O PAICV pede explicações a Amadeu Cruz, cujo ministério rejeita qualquer tentativa de censura.

Natalina Andrade

Teste técnica e pedagogicamente bem elaborado

A NAÇÃO procurou o director Nacional da Educação (DNE), Adriano Moreno, que através de um pronunciamento enviado a esta redacção, garantiu que não há qualquer tentativa de instrumentalização e que o teste foi elaborado por professores, de forma independente.

“Esta avaliação foi elabora-

da de forma independente por professores competentes na matéria, que, com rigor técnico e pedagógico, buscaram refletir aquilo que é a realidade de atores e processos que contribuíram para a nossa trajetória democrática”, disse Moreno.

A história de Cabo Verde, conforme fundamentou, é composta por múltiplas narrativas e actores que, juntos, construíram o caminho para

a liberdade, a democracia e o desenvolvimento do país.

“Reconhecer o papel de figuras relevantes como o Dr. Carlos Veiga é uma forma de valorizar essa trajetória e estimular os estudantes a uma compreensão crítica e aprofundada do nosso passado”, garante Moreno.

O Ministério da Educação, por meio do seu DNE, rejeita por isso o que considera uma “tentativa de censura ou de

desvalorizar aspectos essenciais da nossa história”.

“A educação deve ser um espaço de diálogo, de respeito às múltiplas opiniões e busca pela verdade. Estamos abertos ao diálogo construtivo e à colaboração de todos os sectores da sociedade para fortalecer a nossa educação e formar cidadãos críticos, informados e comprometidos com o futuro de Cabo Verde”, acrescentou.

Adriano Moreno reafirmou, por outro lado, a confiança nos professores que elaboraram a referida prova, conforme disse, de “forma independente”.

“A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, que seja crítica e pluralista. Enquanto DNE eu queria reafirmar o nosso compromisso em promover uma formação que seja baseada na verdade, na diversidade de perspectivas e na valorização daquilo que é a nossa história”, reforçou.

Fuga de prova de inglês em investigação

Relativamente à fuga do teste nacional de inglês em, pelo menos, três escolas do país, o DNE disse que o caso foi entregue à Inspeção Geral da Educação, que está no terreno a fazer as averiguações.

“Estamos à espera desta investigação para entendermos aquilo que é a extensão da fuga e podermos agir em consequência. Os alunos que não tiverem nada a ver com o caso, não serão prejudicados”, avançou.

Sabe o que Trindade oferece para além
da sua qualidade?

Variedade.



Trindade é uma água reconhecida pela sua qualidade e também pela sua variedade.

São diversos os formatos disponíveis, todos eles com a marca da inovação e do respeito pela saúde da sua família e dos seus colaboradores.

Seja em 5L, 10L, 12L e 19L, cada gota de Trindade carrega a confiança de uma Qualidade testada e certificada por entidades competentes nacionais e internacionais.

**Trindade,
qualidade que se prova.**



BCN reforça posição no mercado e amplia impacto na comunidade cabo-verdiana

Durante uma conferência de imprensa dada esta semana, no Mindelo, Luís Vasconcelos apresentou os “resultados financeiros positivos” do BCN em 2024, que, como revelou aos jornalistas, apontam para o reforço da presença desse banco no mercado nacional, bem como junto das várias comunidades cabo-verdianas, através da promoção de iniciativas estratégicas que impactam directamente empresas, famílias e jovens empreendedores.

Num ano marcado por um ambiente económico dinâmico, o BCN, segundo o seu PCE, foi oficialmente classificado pelo Banco de Cabo Verde (BCV) como o terceiro banco de maior importância sistémica do país. A isso soma-se, igualmente, o facto de BCN ter recebido o prémio de Melhor Banco Cabo-verdiano pela International Bankers.

Essas distinções, no dizer daquela fonte, “reforçam o compromisso do BCN com uma gestão sólida e transparente, centrada no cliente e na inclusão financeira”, garantindo que, mais cabo-verdianos tenham acesso a produtos bancários acessíveis e adaptados às suas necessidades.

Crescimento sustentado

Os indicadores financeiros reflectem, segundo Vasconcelos, a solidez do BCN, impulsionada pelas sinergias do Grupo Impar, seu principal acionista. O banco registou um resultado líquido de 719 milhões de escudos, correspondendo a um aumento de 27% face a 2023, “o que representa o melhor desempenho da sua história”. Fora isso, o seu negó-



Luís Vasconcelos

O Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN) revelou esta semana os seus resultados financeiros e operacionais referentes a 2024, que o colocam como a terceira mais importante instituição financeira do país. Segundo o presidente da sua Comissão Executiva, Luís Vasconcelos, o BCN registou um crescimento sólido, reforçando a sua relevância não apenas no sector bancário, mas também no desenvolvimento económico e social do país.

João A. do Rosário

cio cresceu 20%, impulsionado pela evolução da margem financeira, que subiu 16%. Os dados ora divulgados apontam ainda que os capitais próprios do BCN ultrapassaram os cinco milhões de escudos, consolidando a sua solidez patrimonial. A sua carteira de crédito bruta apresentou um incremento de 10%, reflectindo deste modo a confiança que goza no mercado e o apoio que tem vindo a dar à dinamização económica do país. Os números apresentados revelam ainda que os recursos dos clientes aumentaram 11%, evidenciando uma maior captação de depósitos.

Impacto social e comunitário

Além dos indicadores financeiros, de acordo com o seu PCE, o BCN tem sido um importante agente de transformação social, investindo no apoio a pequenas e médias empresas, capacitação de jovens empreendedores e financiamento de projetos comunitários. A estratégia do BCN inclui, igualmente, segundo Vasconcelos, programas de apoio ao empreendedorismo jovem, facilitação do acesso ao crédito para pequenas iniciativas empresariais, bem ainda o Investimento em educação financeira, através de workshops e

formações para capacitar indivíduos e empresas na gestão responsável dos seus recursos. Para além disso, o BCN contempla ainda as Iniciativas de responsabilidade social, com parcerias em projectos voltados para a inclusão financeira, inovação e apoio a comunidades em situações de vulnerabilidade, garantindo soluções financeiras acessíveis para cabo-verdianos que vivem no exterior e que desejam investir no país.

Aposta no digital

Carlitos Fortes, administrador executivo do BCN, presente igualmente na mesma conferência de imprensa,

destacou, por seu turno, que a identidade “100% cabo-verdiana” do banco é um dos seus maiores diferenciais, permitindo que a instituição actue directamente nas necessidades da população e impulsiona sectores estratégicos. E, para alcançar a meta de se tornar uma maior referência bancária no país, Fortes fez saber que o BCN aposta fortemente na transformação digital, alinhando-se às necessidades da nova geração e da diáspora. A expansão das agências, a melhoria da qualidade no atendimento e uma forte aposta no digital fazem, igualmente, parte dos pilares para esta trajectória de crescimento.

O compromisso do BCN com o desenvolvimento do país

O reconhecimento do BCN pelo Banco Central como instituição de relevância sistémica, na opinião da sua administração, evidencia igualmente o impacto do banco na economia nacional e a confiança que tem conquistado entre clientes e reguladores. “A estrutura sólida e a visão estratégica posicionam o BCN como um parceiro essencial no desenvolvimento económico de Cabo Verde, promovendo a inclusão financeira, fortalecendo empresas locais e modernizando o sector bancário”, disse Carlitos Fortes. Para Luís Vasconcelos, por fim, o desafio agora passa por consolidar o crescimento registado até aqui e materializar nos próximos tempos a ambição de liderança no sector bancário nacional, num contexto de transformação tecnológica e exigências crescentes do mercado financeiro.



O **SUMMER** é um Software Integrado de Gestão Empresarial (ERP) baseado na WEB, concebido e desenvolvido pela CABOSYS, para responder, com sucesso, aos novos desafios da **FATURAÇÃO ELETRÓNICA**

MOBILIDADE

Acesso aos dados de seu negócio remotamente via qualquer aparelho (computador, notebook, celular) conectado à internet

SEGURANÇA

SaaS (Software como Serviço). A integridade e segurança de seus dados é garantida por regras de acessos restritas e backups automáticos

BAIXO CUSTO

Substituindo servidores locais por servidores na cloud, ocorre uma redução drástica no valor do investimento em computadores e hardware

INTEGRAÇÃO

Controle em apenas um aplicativo todas as suas atividades e gerencie as suas despesas, faturas, compras, tesouraria, armazéns, etc

SUPOORTE

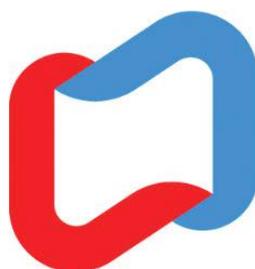
Assistência assegurada de forma remota, sem necessidade de deslocação de um suporte técnico, fato que reduz o custo de suporte

CONFIANÇA

A CaboSys entregar valor para seus clientes. Mais de 1.000 empresas e profissionais Cabo-verdianos confiam no Summer Software para a Gestão de seu Negócio.



Homologado pela DNRE



SUMMER
PLATAFORMA DE
GESTÃO WEB

100% NACIONAL



262-2311

956-0319

© 2022 CaboSys - Tecnologias de Informação - Qualidade & Inovação

www.summersoftware.cv | info@summersoftware.cv

São Vicente

Matiota em risco de ser privatizada



A luta pela recuperação da Praia da Matiota, em São Vicente, está em vias de ganhar novos contornos com revelações preocupantes feitas pelo presidente da Associação Cívica para a Valorização da Matiota (ACVM). Segundo António Pedro Silva, a venda ilegal do histórico espaço, há vários anos, está em vias de concretização, mesmo contrariando a legislação que determina uma faixa de 80 metros de proteção costeira.

João A. do Rosário

Conforme explicou ao A NAÇÃO, os terrenos onde se situa o que resta da antiga Praia da Matiota foram vendidos no tempo em que Onésimo Silveira era presidente da Câmara Municipal de São Vicente (1991-2000). Para o local planeia-se a construção de seis vilas de luxo e um porto para iates, algo que, no entender de António Pedro Silva, representa “uma afronta” à Constituição da República e aos direitos dos são-vicentinos de poderem frequentar a praia, conhecida outrora pelo seu trampolim.

Como advoga aquele ativista mindelense, antigo presidente da ADECO, também conhecido por Tonecas Silva, a antiga Praia da Matiota não é apenas um local de lazer. “É um marco cultural e histórico que atravessa gerações e se entrelaça

com momentos marcantes da identidade mindelense”. Como recorda também, era na Matiota que o célebre escritor e intelectual António Aurélio Gonçalves, “Nhô Roque”, encontrava a paz das águas e o refúgio para sua inspiração. Religiosa-

mente, tomava seu banho na piscina natural conhecida como Tanquim, num ritual que demonstrava sua forte ligação com o espaço. A Matiota, para os pensadores da época, “era muito mais que uma praia: era um reduto cultural”.

O legado inglês

Durante o período colonial, a presença britânica deixou marcas emblemáticas. Para facilitar o acesso ao mar, os ingleses construíram uma escadaria que se tornou conhecida como “Step”, um nome que até hoje persiste na memória dos mais antigos. Além disso, nas décadas de 1930 ou 40, ergueu-se um trampolim sobre as águas, o único existente em Cabo Verde até então. Ainda hoje, muitos jovens são desafiados a mergulhar no local naquilo que ainda resta do trampolim. Mais tarde construiu-se uma esplanada bastante movimentada sobretu-



do no verão.

De se referir que a antiga Praia da Matioia também foi palco de significativos avanços tecnológicos na época. Foi lá que a antiga JAIDA, antecessora da Electra, instalou a primeira estação de bombagem de água salgada para a sua dessalinização, “um dos primeiros passos para a independência hídrica do arquipélago”, aponta Tonecas. Além disso, após um ataque de tubarão a um cidadão italiano foi construída a primeira proteção metálica submersa para evitar novos incidentes, “um pioneirismo na segurança dos banhistas”.

Reduto de desportos náuticos

Antes da degradação do espaço, consequência da construção na década de 1980 dos estaleiros da Cabnave, nas suas proximidades, a Praia da Matioia chegou a ser um verdadeiro centro desportivo. A histórica “Sokols” promovia ali competições de natação, regatas e corridas de botes, tornando o mar um palco vibrante de talentos e tradição. As velas dos barcos coloriam a paisagem, trazendo vida à enseada.

Local de bailes e espectáculos

A Matioia não foi apenas cenário da prática desportiva, mas também de grandes momentos musicais. Foi ali, na então esplanada, que o lendário conjunto “Voz de Cabo Verde”, de Luís Morais, Morgadinho, Bana, entre outros, realizou alguns bailes e espectáculos que marcaram gerações. No dizer de Tonecas, a praia pulsava com ritmos que embalaram noites memoráveis, tornando-se um dos espaços mais icónicos da celebração popular.

Hipocrisia das autoridades

O entrevistado do A NAÇÃO denuncia, entretanto, o que chama de “incoerência” e “hipocrisia” das autoridades do país ao proclamarem a defesa dos mares enquanto sacrificam o acesso da população de São Vicente a uma das suas praias mais emblemáticas.

“A juventude é impedida de usufruir dos espaços naturais, enquanto grandes investidores avançam com projectos elitistas”, reclama o presidente da Associação Cívica para a Valorização da Matioia. “Defender os oceanos sem cuidar

da população é uma autêntica hipocrisia”, reforça.

ACVM anuncia a retoma da limpeza do Tanquim

No Dia dos Oceanos, e em plena celebração dos 50 anos da independência de Cabo Verde, a ACVM anunciou para 5 de Julho a retoma da limpeza do “Tanquim”, algo iniciado há três anos no esforço de devolver dignidade ao local. Além disso, conta lançar igualmente uma campanha para a angariação de fundos destinada à construção e instalação de uma nova escada metálica para substituir a anterior, destruída há bastante tempo.

Há três anos, e na sequência desse esforço de resgatar a Matioia, e apesar da luz verde do Ministério do Mar e da alocação de dez mil contos pela ENAPOR para a reabilitação da praia, todo esse tempo se passou sem que uma única pedra sequer tenha sido movida. Segundo António Pedro Silva, o estado da Matioia só piorou, transformando-se “num triste retrato do abandono institucional”. A ACVM, através do seu presidente, apela por isso à mobilização da sociedade civil, tanto no país quanto na diáspora, e pede apoio financeiro para garantir a instalação da referida escada metálica, avaliada em cerca de 60 contos, bem como a compra de ferramentas essenciais à recuperação da praia.

“Este é um momento crucial para evitar que um bem público seja definitivamente sequestrado por interesses privados”, alerta António Pedro Silva, rematando que a Matioia pertence ao povo, sendo por isso a sua recuperação um dever colectivo. “É com actos que defendemos o que é nosso”, conclui.

PUB



FREQUÊNCIAS

Praia – **89.9 e 94.4**

Santiago Norte e Sul - Fogo
- Maio – **94.4 e 99.6**

São Vicente - S. Antão
- São Nicolau – **96.7**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através de www.radioalfacv.com

+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



radioalfacaboverde

Turismo no Sal

Barco de recreio navega sem tripulação certificada

Há indícios de irregularidades no licenciamento, na observação das condições de segurança previstas no código marítimo e nas convenções sobre a protecção e salvação de vidas no mar, sobre o acesso à profissão e certificação do pessoal marítimo, de uma embarcação de recreio de um dos principais operadores turísticos na ilha do Sal. Contactado, o IMP prefere o silêncio.

Daniel Almeida

Cidadãos cabo-verdianos que trabalham na zona portuária da Palmeira, na ilha do Sal, levantam várias questões sobre um alegado negócio que está a florescer, mas que parece estar completamente desregulado: actividades de recreio náutico, ou passeios de barco para turistas, entre a Baía da Palmeira e a zona da Ponta Preta.

Além de colocar a vida de pessoas em risco, trata-se de uma actividade que vem gerando mais uma situação de quase monopólio estrangeiro, através de operadores turísticos, numa área que podia gerar oportunidades para outros. No dizer de um dos nossos interlocutores, “a procura por esse tipo de oferta vem aumentando exponencialmente e a gula pelo dinheiro fácil também”.

Formação rápida

De acordo com uma fonte, tripulantes vão às Canárias, fazem formação de três a cinco semanas e regressam marinheiros e a pilotar navios de 70 passageiros, “algo muito estranho”, porquanto “uma formação dessas na Escola do Mar”, em São Vicente, “é longa, exige estágio no mar acompanhado e um determinado número de horas de mar, pós formação para se poder começar, não como comandante, mas como imediato”.

Para se ter uma ideia, em sentido contrário, “quadros formados na Escola do Mar não têm certificado para exercerem como comandantes e esses que vêm das Ca-

nárias sem qualquer formação prévia chegam a pilotar”.

Outra informação que nos foi prestada é que se está a navegar apenas dentro das cinco milhas e que por isso quem devia agir era a polícia marítima e não o faz e nem coopera com a Delegação Marítima. “Desculpas de mau pagador. Já conheço esse ‘passa culpas’ no sector onde há uma longa cultura de corrupção”, afirma o nosso interlocutor.

De acordo com as nossas fontes, “num desses dias, foi

preciso ir a Boa Vista buscar passageiros e que quem foi chamado é um dos formados na antiga ISECMAR que, entretanto, não tem certificado para exercer como capitão/comandante. Porque os outros, com certificados das Canárias, não podem sair das cinco milhas”.

Operadores “são poderosos”

A pessoa que nos denunciou o episódio relata que

tentou falar com o actual Capitão dos Portos de Barlavento e esse disse-lhe que não pode fazer nada porquanto “as ordens vêm de cima” e que os operadores que estão a operar no ramo “são poderosos”.

Por outro lado, segundo informações que foram igualmente facultadas ao NAÇÃO, o próprio cais da Palmeira de onde zarpam as embarcações com os passageiros turistas não tem as mínimas condições

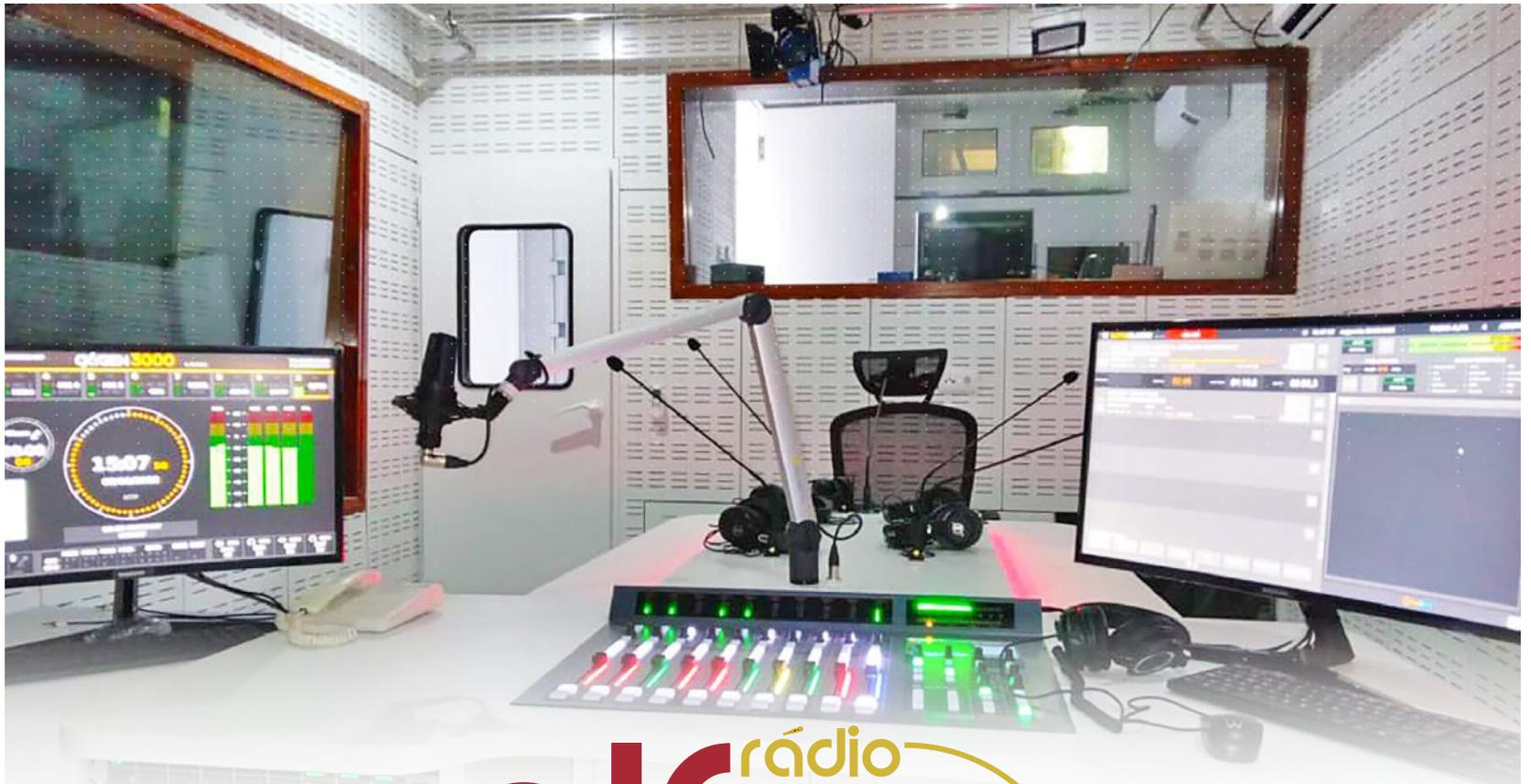
para esse tipo de operações.

IMP em silêncio

Este jornal contactou a delegada do Instituto Marítimo e Portuário (IMP) no Sal, Samira Gomes, mas esta esquivou-se; alegou que não estava autorizada a falar para a comunicação social e que teríamos de contactar os serviços centrais em São Vicente.

Tentamos falar com Seidi Santos, presidente do IMP, mas este preferiu que a “intermediação” fosse feita com a sua secretária, que nos solicitou, por seu turno, o envio de perguntas por email. Enviadas, as nossas questões ficaram por responder até ao fecho desta edição.





FREQUÊNCIAS

Praia - **89.90 e 94.40**

Santo Antão - São Vicente - São Nicolau - **96.70**

Santiago Norte e Sul - Fogo - Maio - **94.40 99.60**



Siga Cabo Verde em qualquer parte do mundo através
de www.radioalfacv.com



+238 970 95 95 / 930 30 05 / 260 26 96



radioalfacaboverde

Empresa de segurança denuncia afastamento da AdS e aponta favorecimento político

“Participámos num concurso público em 2023 e fomos os vencedores. O contrato era de três anos e só terminaria em Maio ou Junho de 2026. No entanto, este ano recebemos uma carta a informar que seria necessário um novo concurso. Estranhamente, o contrato foi atribuído a outra empresa, sem concurso e sem qualquer convite à SELIM”, declarou Admir Marques ao A NAÇÃO.

Contudo, em resposta a essa acusação, a AdS afirma que foi a própria SELIM a aceitar, por escrito, a comunicação de não renovação do contrato. De acordo com a instituição, após essa comunicação, foi desencadeado um concurso restrito (n.º 003/MAR/AdS/2025), através do qual foi contratada a empresa “Santiago Limpo e Seguro”.

Denúncias de favorecimento político

Segundo Marques, a empresa que substituiu a SELIM seria detida por uma suposta funcionária da AdS e casada com uma figura ligada ao partido no governo, MpD. “É uma empresa oriunda da Assomada ou Tarrafal, que nem sequer tem posto na Praia”, reclama.

A AdS refuta esta alegação, afirmando categoricamente que não é verdade que a empresa contratada pertença a qualquer funcionária da instituição. Sobre a ligação política referida por Marques, a AdS classifica-a como “infundada”, reiterando que o concurso seguiu todos os trâmites legais apli-

O gerente da empresa de Segurança e Limpeza SELIM denuncia alegadas irregularidades no processo que levou à substituição da sua empresa por uma nova fornecedora dos serviços de vigilância contratada pela Águas de Santiago (AdS). Segundo Admir Marques, a SELIM foi afastada antes do término do contrato vigente (2023-2026), sem aviso prévio nem realização de concurso público. A AdS nega as acusações.

Geremias S. Furtado



Admir Marques

cáveis.

“Há rumores de que a empresa contratada foi criada no seio da própria AdS. Disseram-nos que a dona da empresa anda pelas instalações da ADS, entra e sai sem funções visíveis”, acrescentou o gerente da SELIM, criticando também a anterior administração da AdS, liderada por Nilton Sanches

e Admilson Afonso. “Nunca obtivemos resposta às nossas cartas e reclamações”, disse.

A AdS contrapõe que a SELIM não foi convidada para o novo concurso por ter prestado serviços com alegadas falhas graves, incluindo furtos de materiais, utilização indevida de viaturas, e falta de urbanidade na re-

lação com os colaboradores e clientes.

Perda de postos de trabalho e qualidade dos serviços

Marques referiu ainda os impactos negativos da substituição da empresa, mencionando a perda de nove postos de trabalho e proble-

mas na qualidade dos serviços. “Colocaram um cidadão nigeriano numa das centrais de água que nem crioulo nem inglês fala e está ali apenas a tentar desenrascar-se”, acusa.

Neste ponto, a AdS ressalva que as empresas prestadoras de serviços devem adequar os seus recursos humanos de acordo com a duração dos contratos e que não assume responsabilidade por eventuais consequências internas resultantes do fim da prestação de serviços.

Conforme os dados facultados pela SELIM, a empresa agora contratada é uma sociedade unipessoal que iniciou actividade com um capital social de 10 mil escudos, tendo aumentado esse valor para 1,1 milhões de escudos em Dezembro de 2024.

Ação judicial em curso

Admir Marques adiantou que, com apoio jurídico, a SELIM está a preparar uma reclamação formal sobre todo o processo. “Desde antes de 2020 temos participado em concursos públicos de forma legal e transparente. Esta situação é completamente atípica”, frisou.

A AdS, por sua vez, recorda que a SELIM foi anteriormente contratada por convite e posteriormente por concurso público, tendo a concorrente “Santiago Limpo e Seguro” sido, à data, desqualificada por não reunir os critérios exigidos. A actual contratação, segundo a instituição, cumpre “integralmente” os requisitos legais no quadro do concurso restrito realizado.

Praia

Sete indivíduos detidos durante o último fim-de-semana

Conforme informações da Polícia Nacional, um homem foi detido em flagrante delito após agredir outro com uma catana, na sequência de uma discussão, no bairro da Jamaica. A vítima foi prontamente socorrida e encontrada fora de perigo. O agressor ficou em prisão preventiva, por decisão do Tribunal da Comarca da Praia.

Em Castelão, um indivíduo foi detido fora de flagrante delito, na sequência do cumprimento de um mandado judicial de busca domiciliária. No local foram apreendidas uma arma de fogo do tipo “boca bedjo”, um cartucho de munição calibre 12 e uma arma branca. Está igualmente indiciado por violência baseada no género. Ficou em prisão preventiva.

A Polícia Nacional procedeu à detenção de sete indivíduos, com idades compreendidas entre os 19 e os 38 anos, no decurso de várias operações realizadas durante o fim-de-semana de 6 a 9 de Junho, em diferentes bairros da cidade da Praia. Na base estiveram crimes de homicídios, posse de armas e roubos.

Geremias S. Furtado

Outro indivíduo, residente na zona do Brasil, na Achada de Santo António, foi detido por envolvimento numa tentativa de homicídio ocorrida em Março, nas imediações do Campus de Justiça, em Palmarejo. O suspeito, em conjunto com dois cúmplices, perseguiu e agrediu violentamente a vítima, disparando arma de

fogo antes de se colocar em fuga. Este encontra-se agora em prisão preventiva.

Já na Achadinha, um homem foi apanhado em flagrante delito enquanto transportava um animal furtado, com a intenção de o vender. O animal foi recuperado e devolvido ao legítimo proprietário. O detido será julgado em processo sumário, com audiência

marcada para dentro de duas semanas.

Homicídio de menor em Achada Santo António

Três indivíduos do sexo masculino foram detidos por envolvimento na morte de um menor de 14 anos, seu amigo, na Achada Santo António. O crime ocorreu no quintal da

residência de um dos suspeitos, onde, segundo as investigações, um disparo acidental de arma de fogo resultou na morte da vítima. Após o sucedido, tentaram ocultar a arma, escondendo-a num barril com água, e encenaram um suposto suicídio, versão prontamente desmentida pela Polícia Nacional. Os três permanecem em prisão preventiva.

No seu comunicado, a PN lamentou profundamente a morte do jovem de 14 anos e endereça sentidas condolências à família enlutada. Reforça ainda o apelo à vigilância por parte dos pais e encarregados de educação, sobretudo no que diz respeito ao acesso e posse de armas de fogo. A PN encoraja a entrega voluntária de armas às autoridades como medida essencial de prevenção.





Campeonato Nacional Finalistas serão conhecidos este fim-de-semana

Os jogos da segunda-mão das meias-finais do Campeonato Nacional de Futebol realizam-se este sábado, 14, às 15h30. O embate Boavista da Praia – Paulense realiza-se no Estádio da Várzea, na cidade da Praia, e no Sal, no Estádio Marcelo Leitão, nos Espargos, tem lugar o duelo Palmeira – Os Sanjoanenses.

Tiago Ribeiro

Na semana passada, os jogos da primeira-mão da derradeira fase não foram além de dois empates. O Paulense e o Boavista da Praia empataram a duas bolas (2-2) e Os Sanjoanense e o Palmeira não foram além de um empate a zero. Sendo assim, os finalistas estão ainda por decidir e serão encontrados este sábado.

Final em São Vicente

Os jogos da primeira-mão foram de altíssimo nível, dei-

xando os adeptos com sérias dúvidas de quem irá disputar a grande finalíssima, marcada para o dia 21 de Junho, no Estádio Adérito Sena, em São Vicente.

Importa dizer, por exemplo, que o Paulense, de Santo Antão Norte, no jogo da primeira-mão frente à actual detentora do título e mesmo reduzido a 10 homens, conseguiu virar o resultado de 1-1 para 2-1. Xibinho, do Boavista da Praia, lá conseguiu empatar a partida com um golo no minuto 82.

Já Os Sanjoanense e o Palmeira, apesar de protagonizarem um jogo interessante, não foram além de um empate a zero. Tudo por decidir no Sal.

Importa lembrar que segundo o regulamento da Federação Cabo-verdiana de Futebol (FCF), a regra do “golo fora” não se aplica como critério de desempate. Mas a verdade é que Boavista da Praia e Palmeira terão uma certa vantagem, pelo menos teoricamente, porque jogam nos seus estádios, “em casa”, diante do seu público.

Basquetebol

Kriol Star fora das meias-finais da BAL

A equipa cabo-verdiana do Kriol Star, dos irmãos internacionais cabo-verdianos Joel e Ivan Almeida, perdeu o jogo com os líbios do Al Ahli Tripoli, por 107-81, e ficou fora das meias-finais da Basketball África League (BAL 2025). A equipa cabo-verdiana fez história e foi a grande surpresa da BAL 2025, conseguindo a qualificação aos play-off do BAL, após quatro vitórias e quatro derrotas na primeira fase da competição.

O jogo era decisivo para as duas formações, a cabo-verdiana e a líbia, mas o Al Ahli Tripoli foi superior e garantiu uma vaga nas meias-finais da competição. As quartas-de-final, recorde-se, decorrem desde o dia 06 de junho e prolongam-se até este sábado, 14, em Pretória, África do Sul.

Kriol Star, recorde-se, fez história ao qualificar-se para BAL de 2025 e logo na sua primeira participação na competição ‘Road to BAL’, tornando-se na pri-

meira equipa de Cabo Verde na BAL.

Mensagem da equipa aos fãs

Através das redes sociais a equipa deixou uma sentida mensagem aos fãs sobre esta histórica participação e deixando bem claro que “este é apenas o início”. “Obrigado pelo apoio inabalável, pela torcida e até pelas lágrimas ao longo da nossa jornada – desde o Caminho para a BAL (Road to BAL) até a competição na própria BAL. A vossa energia guiou-nos pelos altos e baixos e deu-nos força nos dias mais difíceis”.

Esta temporada foi histórica – não apenas para nós como equipa, mas para o nosso país. Logo no nosso primeiro ano, nos tornamos orgulhosamente a primeira equipa a representar Cabo Verde neste palco incrível. Esse marco não teria sido possível sem a vossa confiança em nós” lê-se no comunicado. TR



Joel Almeida

Assomada acolhe campeonato nacional de Karaté em Agosto

A cidade da Assomada, em Santa Catarina de Santiago, acolhe nos dias 08 e 09 de Agosto próximo o campeonato nacional de Karaté. A competição terá participação de 92 karatecas das regiões desportivas de Santiago Norte, Santiago Sul, Fogo, Santo Antão Norte, Santo Antão Sul, Boa Vista, São Vicente e Sal.

O anúncio foi feito pela presidente da

Federação Cabo-verdiana de Karaté (FCK), Alcinda Lima que deu conta que participarão atletas seniores em feminino e masculino. Segundo ela, todas as condições para garantir a qualidade das competições, quer seja de logística ou preparação dos árbitros, estão “praticamente alinhadas”.

TR



A Criação da Autoridade Aeronáutica Militar em Cabo Verde: Entre a Ambição e o Realismo



Américo Medina*

O Decreto-Lei n.º 16/2025 cria em Cabo Verde a Autoridade Aeronáutica Militar (AAM), uma entidade pública incumbida de regular, fiscalizar e supervisionar as atividades aeronáuticas de carácter militar no arquipélago. À primeira vista, parece uma medida alinhada com as exigências de segurança operacional, conformidade com padrões internacionais e articulação com entidades civis, como a Agência de Aviação Civil (AAC).

O Contexto Cabo-Verdiano

Cabo Verde, todavia, enfrenta no setor aeronáutico civil desafios significativos em matéria de supervisão técnica, capacidade regulatória e cumprimento das normas da ICAO e da EASA. Neste cenário, criar uma Autoridade Aeronáutica Militar sem consolidar antes a regulação civil pode acarretar riscos concretos:

- Duplicação de Estruturas: Cria-se nova burocracia e despesa administrativa num país sem margem orçamental para suportar tais encargos;
- Fragmentação da Supervisão: Divide-se a supervisão entre civil e militar, gerando zonas cinzentas de jurisdição e potenciais conflitos em várias situações;
- Dependência Externa: Cabo Verde não dispõe de know-how interno para formar inspetores, auditores ou reguladores militares, o que implicará recorrer a consultores internacionais;
- Desvio de Recursos: Recursos que poderiam fortalecer a AAC acabam deslocados para a nova entidade, deixando a aviação civil ainda mais carente.

Além disso, é impossível ignorar as recentes ocorrências que têm ensombrado as Forças

Armadas de Cabo Verde, levantando dúvidas sérias sobre a sua capacidade de cumprir cabalmente as suas missões republicanas. A sucessão de tragédias, abusos e incidentes graves - mortes de recrutas durante a formação, acidentes rodoviários fatais em missões mal planificadas, casos de abusos sexuais abafados por um silêncio cúmplice, envolvimento em operações sensíveis de emergência médica sem observar as normativas e práticas recomendadas -, sem qualquer responsabilização política, administrativa ou judicial, demonstra uma preocupante cultura de impunidade e opacidade institucional.

Estes episódios não são rumores: ocorreram de facto! São vidas humanas perdidas, direitos violados e falhas operacionais graves que desonram a instituição e minam a confiança da Nação na sua estrutura de defesa. Antes de atribuir responsabilidades regulatórias às Forças Armadas no domínio da aeronáutica, é imperioso questionar se estas estão preparadas, ética e operacionalmente, para as exercer com o rigor e a responsabilidade que o interesse nacional exige.

O Exemplo Português

Portugal, com experiência em conflitos no "Ultramar", caças, helicópteros, radares e uma estrutura consolidada de defesa aérea, só criou a sua Autoridade Aeronáutica Nacional em 2013 (Decreto-Lei n.º 28/2013). Fê-lo após décadas de responsabilidades partilhadas entre civis e militares, consolidando antes quadros técnicos, orçamento e maturidade regulatória.

Em Cabo Verde, onde a aviação militar é inexistente - não

há aeroportos militares, não há aeronaves, caças, helicópteros nem mesmo drones recreativos da DJI nos quartéis - é legítimo questionar se faz sentido criar, de raiz, uma estrutura militar reguladora para uma realidade que simplesmente não existe.

Custos e Sustentabilidade

A criação da AAM exigirá investimentos substanciais: instalações, sistemas de TI, segurança de dados, recrutamento e formação de pessoal especializado, consultoria internacional e auditorias externas, entre outros. Em países pequenos e sem escala crítica, esses custos tornam-se rapidamente insustentáveis, agravando a dependência externa e alimentando estruturas que dificilmente cumprirão eficazmente o seu mandato.

O Risco da Deriva Estratégica

Há o perigo de a AAM se tornar uma fantasia estratégica que desvia recursos da regulação civil, essencial para a segurança de passageiros e operadores. Antes de criar uma entidade militar, não seria mais sensato:

1. Reforçar a AAC, ampliando o número de técnicos e o orçamento num sistema único e "híbrido"?
2. Definir protocolos de coordenação civil-militar, evitando fragmentações regulatórias?
3. Avaliar com rigor os custos e as reais necessidades do país?

O Decreto-Lei n.º 16/2025 corre o risco de criar uma realidade virtual, descolada das necessidades do país, sem base histórica ou técnica sólida. Cabo Verde precisa de consolidar a regulação civil e investir em áreas críticas para o desenvolvimento económico antes de avançar com novas estrutu-

ras que podem agravar a dependência externa.

Uma Exigência Externa?

Não será esta iniciativa legislativa menos uma necessidade interna e mais uma exigência (direta ou indireta) de parceiros estratégicos? Pergunta-se, Senhores Deputados e Senhor Presidente da República, Comandante em Chefe das FACV:

- Estamos a responder a uma necessidade real ou a alinharmos-nos com interesses externos?
- Temos riscos ou ameaças militares reais que justifiquem a criação de uma autoridade própria?
- Ou estamos a preencher requisitos impostos por parceiros como NATO, UE ou EUA, na base de uma agenda oculta?

Dependência e Geopolítica

Sem massa crítica, a AAM dependerá de assistência técnica estrangeira por décadas. Estaremos a servir mais aos interesses dos parceiros do que às necessidades nacionais? Não será essa dependência um sinal de alinhamento estratégico em detrimento da busca de uma soberania mais plena?

Cabo Verde ocupa uma posição geográfica estratégica no Atlântico. A criação da AAM poderá ser interpretada como credencial para que potências estrangeiras consolidem presença na região. Antes de criar uma autoridade militar, não seria mais prudente consolidar a regulação civil, reforçar a segurança operacional e investir em infraestruturas e recursos humanos?

Essas questões sugerem que a AAM pode vir a ser uma peça no tabuleiro geopolítico de parceiros que querem ver Cabo

Verde integrado em redes de defesa regionais. Em vez de priorizar as necessidades reais — regulação civil, segurança operacional e fortalecimento institucional —, podemos estar a investir recursos escassos numa estrutura que responde mais a pressões externas do que ao interesse nacional.

Concluindo, Cabo Verde não deve confundir ambição institucional com prioridades estratégicas. É hora de pensar com responsabilidade, evitar a fragmentação e priorizar o essencial: um sistema aeronáutico unificado, seguro, eficiente e sustentável, antes de dar mais um passo na entropia institucional que tanto nos aflige. Vale a pena sublinharmos, a criação da Autoridade Aeronáutica Militar em Cabo Verde, tal como delineada, não deve ser vista apenas como uma aspiração institucional, mas sim como uma decisão que exige prudência, responsabilidade e alinhamento com as reais necessidades do país.

Só assim será possível edificar um setor aeronáutico robusto, seguro e sustentável, capaz de servir de forma genuína e eficaz os legítimos interesses de Cabo Verde, evitando o risco de isso tudo degenerar em mais um episódio de dependência externa e dispersão de recursos — ou mesmo em instrumento de manobra de terceiros num tabuleiro de forças que, por vezes, nos transcende e compromete o nosso futuro coletivo.

*Consultor em Aerospace



João Serra*

Descalabro da confiança e da transparência na gestão da “res publica” em Cabo Verde

A edificação de uma economia próspera e de uma democracia vibrante assenta em alicerces que, embora invisíveis, são absolutamente essenciais: a confiança dos cidadãos nas suas instituições e a transparência na gestão da coisa pública. Sem estes pilares, as instituições públicas perdem legitimidade, os mercados tornam-se voláteis e a democracia enfraquece, impactando negativamente o processo de desenvolvimento.

Historicamente, Cabo Verde tem sido apontado como um exemplo de estabilidade democrática e de boa governação em África. No entanto, o cenário atual revela um quadro muito mais complexo e, por vezes, perturbador, onde a confiança dos cidadãos nas instituições e a transparência na gestão dos recursos públicos têm vindo a declinar de forma acentuada.

Com efeito, segundo o inquérito realizado pela Afrosondagem entre 27 de agosto e 10 de setembro de 2024, a confiança dos cabo-verdianos em diversas instituições da República tem registado quedas alarmantes nos últimos anos. Esta diminuição abrupta não pode ser encarada como mero capricho momentâneo de opinião: trata-se de um sintoma claro de um desencanto generalizado que demonstra a desconexão entre as promessas políticas e os resultados efetivamente visíveis na vida quotidiana dos cabo-verdianos.

Os dados do Afrobarómetro (AB) evidenciam sinais claros de descontentamento e desconfiança crescentes. Em 2024, 63% dos cabo-verdianos inquiridos achavam que o país seguia na direção errada (um aumento de 7 pontos percentuais em relação a 2019) e 75% temiam retaliações caso denunciasses atos de corrupção. No plano económico, a avaliação é ainda mais severa: 91% consideravam que o Governo falhou no combate à inflação, e 66% achavam que o Governo gere mal a economia em geral.

Por outro lado, os dados do AB indicam que uma percentagem significativa da população (51%) considera que a corrupção aumentou no último ano e que muitos funcionários públicos e políticos estão envolvidos em corrupção. E 68% dos inquiridos atribuem uma nota negativa ao combate à corrupção no Governo. Tal percepção, mesmo que nem sempre corresponda à magnitude real do problema, é corrosiva para a confiança. Se os cidadãos acreditam que o sistema é viciado e que os que detêm o poder enriquecem ilicitamente, a sua ligação emocional e moral ao Estado enfraquece dramaticamente.

Estes indicadores do AB não são apenas estatísticas frias; são o retrato de uma sociedade onde a fé na capacidade das instituições para servir o interesse público e operar de forma justa está a ser posta à prova. Quando a confiança se desvanece, a probabilidade de os cidadãos denunciarem ilícitos diminui, a disposição para participar ativamente na vida democrática arrefece e a legitimidade do poder político para implementar reformas necessárias é questionada.

A erosão da confiança espelha-se nos dados do AB não surge do nada; é frequentemente alimentada pela falta de transparência na gestão da coisa pública.

Ora, nos últimos anos, têm sido noticiados, nos órgãos de comunicação social, vários casos com fortes indícios de falta de transparência, de ilegalidades e de atos corruptos, sendo o caso mais grave e preocupante, até hoje conhecido, o relacionado com os relatórios de inspeção realizados aos fundos do turismo e do ambiente pela Inspeção Geral de Finanças (IGF), abrangendo os anos de 2018 e 2019. Apenas no concernente ao Fundo do Turismo, a IGF constatou várias inconformidades, nomeadamente: (i) financiamentos ilegais, através de contratos celebrados com os municípios, num to-

tal que ascende a quase 3,2 milhões de contos; (ii) casos de ajuste direto em serviços de consultoria e sem fundamentação; (iii) desvio de fins; (iv) duplo financiamento; (v) derrapagem financeira superior a 100%; e (vi) trabalhos a mais acima do limite legal e sem formalização de contrato. (Relatório de inspeção ao FSST, pág. 2 a 6).

Um dos principais focos de opacidade na gestão pública tem sido as empresas estatais, como exemplificado pela trajetória da TACV, onde injeções recorrentes de capital público, reestruturações e processos de privatização e renacionalização ocorreram sob alegações de contas pouco claras, contratos obscuros e justificações duvidosas nas decisões estratégicas. Apesar de esforços de reestruturação, a percepção de má gestão e dos elevados custos para o erário persistiu, abalando a confiança na capacidade do Estado de gerir ativos estratégicos.

Controvérsias semelhantes, embora talvez de menor dimensão ou visibilidade mediática, surgem periodicamente em torno de outras empresas estatais ou entidades públicas, onde a dificuldade de acesso a informações detalhadas – sobre gastos, beneficiários de contratos e critérios de seleção – levanta sérias questões de transparência.

A falta de acesso à informação é um obstáculo estrutural à transparência. Em Cabo Verde, a dificuldade em obter informações de fontes oficiais sobre a gestão pública, as finanças do Estado, as decisões administrativas ou os contratos celebrados é uma queixa frequente por parte de partidos da oposição, jornalistas, investigadores e cidadãos. A opacidade na disponibilização de dados públicos, a lentidão ou ausência de resposta a pedidos de informação e a falta de proatividade das instituições em publicar dados relevantes online restringem a capacidade de fiscalização cidadã e alimentam a percepção de que “há algo a esconder”. Esta limitação à

circulação de informação enfraquece o papel da imprensa livre e da sociedade civil como vigilantes da governação.

Há, também, a inflação de cargos criados para os “boys” e o nepotismo estruturado em certos setores da função pública. Existe a percepção de que posições administrativas e contratos favorecem quadros partidários ou familiares, minando a competitividade e a credibilidade do Estado. Esta erosão das boas práticas – desde obras públicas sobrevalorizadas até concursos de emprego marcados por “amiguismo” – abala o alicerce da transparência institucional. E quando decisões importantes parecem ser tomadas nos bastidores, sob a influência de grupos de interesse ou sem fundamentação clara, a confiança no processo democrático é minada.

Terminando, a crítica aqui feita não é um mero exercício de apontar defeitos, mas uma chamada de atenção urgente para uma mudança de paradigma. A confiança dos cidadãos deve emergir da clareza das ações estatais, e a transparência na gestão da coisa pública não pode ser vista como um mero complemento decorativo, mas sim como o elemento central que legitima e fortalece todo o sistema democrático. O desafio que se impõe é, portanto, o de reconectar as instituições com o povo – não através de slogans políticos ou promessas vazias, mas por meio de ações concretas e mensuráveis que demonstrem, sem ambiguidades, que o interesse público está realmente acima de interesses particulares.

Para o efeito, é indispensável que as lideranças políticas, os gestores públicos e a sociedade civil se unam na luta por uma verdadeira transparência, onde cada ação e decisão seja submetida ao escrutínio público e à discussão aberta.

Praia, 07 de junho de 2025

*Doutorado em Economia

A confiança dos cidadãos deve emergir da clareza das ações estatais, e a transparência na gestão da coisa pública não pode ser vista como um mero complemento decorativo, mas sim como o elemento central que legitima e fortalece todo o sistema democrático.



Zona sob controlo

Mal pousou os saltos da última Gala dos CVMA, Lúcia Fonseca, nossa ex-primeira-dama, foi logo ao Facebook garantir que ela e o marido, Jorge Carlos, chegaram bem a casa, vivos e salvos, sem nada a registar. Foto sorridente, olhar de missão cumprida, legenda tipo telejornal: “já estamos em casa”. ZIG, que nem é de meter-se em festas, acha que a mensagem foi um recado. A quem? Não se sabe. Gente da Alta gosta de ser misteriosa.



CVMA...

ZIG, que está em toda a parte, às vezes, onde menos se espera, captou o aborrecimento que a “locomotiva” portuguesa, integrada por Paulo de Carvalho, Tozé Brito, levou no seu regresso a casa depois do CVMA. Em vez do prometido autocarro, lá tiveram que desenrascar de táxis para chegarem a tempo ao aeroporto. Diante da sucessão de falhas, ao fim de tantos anos, alguns disseram não compreender a paciência (infinita) dos cabo-verdianos, que estoicamente ficaram a aguardar para o arranque da festa com mais de três horas de atraso. É claro, para salvar a noite, não faltaram também os elogios pelos vestidos, a beleza das nossas crioulas, o glamour... “Nem em Lisboa a gente vê tanta riqueza!”

Governo “across the universe”

O próprio Governo (portanto não é nenhuma invenção do ZIG), através da sua página oficial e de forma transparente, como mandam as boas práticas republicanas, divulgou o mapa de viagens dos seus ministros a vários países para, supostamente, assinalarem junto dos nossos emigrantes os 50 anos da Independência. A ideia é: ao mesmo tempo que se festeja, come-se e dança-se, a pensar no próximo embate eleitoral. Tudo à custa do erário público, como mandam as “regras” do Palácio da Várzea. As escolhas dos lugares e dos emissários não é, obviamente, inocente.

PAÍS	MEMBROS DO GOVERNO	DATA
Países Baixos	MDECE: Dr. José Filomeno	1ª QUINZANA DE JUNHO
Luxemburgo	MAPM: Dr. Carlos Monteiro	
Espanha	MCE: Dr. Alexandre Monteiro	
China	MII: Dr. Paulo Rosta	2ª QUINZANA DE JUNHO
Itália	MAL: Dr. Gilberto Silva	
Francia	ME: Dra. Ana Rita	
Itália	MEDD: Dr. José Victor Coimbra	3ª QUINZANA DE JUNHO
Portugal	MREUM/MECAF: Dr. Estácio Monteiro	
Angola	ME: Dr. Jorge Fernandes	
EU (de Bruxelas, Presidência e Parlamento)	PM: Dr. Vítor Correia, acompanhado do MCE: Dr. Augusto Véliz	1ª QUINZANA DE JULHO
Brazil	ME: Dr. Amândio de Cruz	2ª QUINZANA DE JULHO
Argentina	ME: Dr. José Rodrigues	
Guiné-Bissau	MEJG: Dr. Fernando Elias	
Saotome	ME: Dr. Jorge Santos	3ª QUINZANA DE JULHO
Itália	MREUM/MECAF/MEJG: Dra. Susana Lúcia	
São Tomé	VM/ME: Dr. Cláudio Correia	

Navalhas

A Polícia Nacional apreendeu, em São Vicente, quase meio milhar de “canivetes tácticos” chegados ao país numa carga proveniente do estrangeiro. Segundo a PN, trata-se de uma arma proibida no país. ZIG está para perceber se ainda há mercado neste nosso Cabo Verde, de paz e amor, para tanto material bélico. No seu comunicado dando conta do ocorrido, a PN apelou à população a «abster-se de práticas ilegais como esta», a de importar “canivetes tácticos” por vias esconças.



Transportes

O nosso PM anda mesmo com a consciência pesada. Deu-lhe agora para reconhecer o fracasso que tem sido a política do Governo para o sector dos transportes. “Porque, você tem que ter aviões, tem que ter barcos...”, como se fosse possível fazer de forma diferente daquilo que teve de prometer para ser PM. “Tem sido um processo difícil, turbulento, mas estamos no caminho de melhorar significativamente o sistema de transportes”. Haja esperança.

Desemprego

No meio de tantas desgraças, o INE revelou que o desemprego despencou para 8%, cumprindo-se assim a velha promessa da Classe política crioula de o reduzir para menos de um dígito. O milagre, ao que tudo indica, está no elevado número de jovens e adultos que se puseram a andar de Cabo Verde nos últimos cinco ou dez anos. O Governo agradece penhoradamente a todos os cabo-verdianos que, desinteressadamente e com a sua falta de esperança, foram procurar a vida lá fora, contribuindo assim para a queda acentuada do desemprego. A pobreza extrema segue na mesma estrada.



Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Achada Grande Frente - Fazenda 133/c - Praia - Cabo Verde
 Tel: +238 263 31 30 - Fax: +238 2635088 - Mvl: +238 9977683
 Email: geral@setelima.com - segurança@setelima.com - industria@setelima.com
 www.setelima.com

Etc.

Cuidados Paliativos



Cuidados paliativos: em busca da dignidade até ao fim da vida

Receber a notícia de uma doença com prognóstico reservado desafia profundamente a capacidade de aceitação e a resiliência de qualquer um. Além do impacto emocional, uma doença grave e potencialmente fatal é normalmente acompanhada de intenso sofrimento físico e psicológico. Neste contexto, os cuidados paliativos oferecem um suporte fundamental para aliviar a dor e permitir que os pacientes e as famílias enfrentem a doença, o fim da vida e o luto com dignidade.

Ilda Fortes

A Organização Mundial da Saúde define os cuidados paliativos como acções destinadas a pessoas com doenças graves, sem previsão de cura, com foco na melhoria da qualidade de vida. A nível mundial, cerca de 80% das pessoas que precisam não têm acesso a esses cuidados, apesar de fazerem parte dos serviços essenciais para garantir a Cobertura Universal da Saúde, um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em Cabo Verde, embora ainda não exista uma rede plenamente estruturada, têm-se registado avanços significativos, com a capacitação de profissionais de saúde, a criação de equipas especializadas, a oferta de consultas específicas e a inauguração do primeiro centro especializado na ilha do Fogo.

Uma abordagem centrada na pessoa

“Acompanhar, prevenir e aliviar o sofrimento físico, psicológico, social e espiritual dos pacientes e das suas famílias é a base dos cuidados paliativos”, explica a Coordenadora do Plano Nacional de Cuidados Paliativos em Cabo Verde, Valéria Semedo.

O objectivo, como diz aquela especialista, é assegurar a autonomia e o respeito pelo doente. “As decisões devem considerar os valores, desejos e preferências do paciente”, sublinha.

A identificação e o encaminhamento para os cuidados paliativos são feitos por profissionais de saúde e abrangem, sobretudo, doentes oncológicos, e com insuficiência cardíaca, hepática ou renal, doenças neurode-

generativas, síndromes geriátricas e doenças infecciosas. “Cada condição clínica possui critérios específicos que orientam o encaminhamento, de acordo com o quadro clínico e as necessidades individuais do paciente”, afirma.

Fases distintas, foco no conforto

Enquanto área recente da medicina, os cuidados paliativos assentam em quatro pilares: controlo de sintomas, comunicação, trabalho de equipa e apoio à família. O controlo dos sintomas e da dor é, talvez, o aspeto mais visível, mas, para Valéria Semedo, a “comunicação terapêutica” entre os profissionais de saúde, a família e o doente é um dos recursos mais valiosos, pois garante uma “esperança realista

e honesta” sobre o estado do doente.

O trabalho em equipa entre médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e os que prestam apoio espiritual também é fundamental, tendo em conta a abordagem multidisciplinar dos cuidados paliativos. Para além desses, seria desejável a integração de nutricionistas, fisioterapeutas e outros profissionais nestas equipas.

A família é essencial, pois, “além de, frequentemente, sofrer com a doença do ente querido, é o principal suporte do paciente e o elo entre os profissionais de saúde e o doente”.

A intervenção dos cuidados paliativos varia, conforme a fase da doença. “Se a esperança de vida é longa, o acompanhamento é partilhado com o médico assistente. Nos casos terminais,

os cuidados paliativos tornam-se predominantes. No fim da vida, o foco é, exclusivamente, o conforto do doente e o apoio à família, inclusive no processo de luto”, esclarece a médica.

Desafios e perspetivas

Desde 2021, a Direção Nacional da Saúde tem implementado o Plano Nacional de Cuidados Paliativos, através da sensibilização, formação e investigação; organização da prestação dos cuidados; intersectorialidade e registo; monitorização e avaliação.

O objetivo é expandir a assistência a nível nacional, mas são necessários recursos humanos e financeiros, e parcerias com entidades com responsabilidade social, “para assegurar a sustentabilidade e a qualidade”



Valéria Semedo



O papel da família e da comunidade

Para além da assistência médica, a família e a comunidade são fundamentais para assegurar e reforçar cuidados adequados. Em casa, a família ajuda a manter o bem-estar e a dignidade do doente, garantindo “continuidade nos cuidados e atenção às necessidades individuais”, mas ela também necessita de apoio.

“O impacto da doença atinge os fa-

miliares a nível físico, emocional e social, e o seu bem-estar está profundamente ligado ao do doente”, observa a coordenadora do Plano Nacional de Cuidados Paliativos, Valéria Semedo.

A médica realça ainda o papel da comunidade, seja através de apoio social, ações solidárias ou envolvimento ativo, promovendo a integração e a qualidade de vida do doente.

dos serviços. É neste âmbito que cerca de 200 profissionais das ilhas de São Vicente e Santiago receberam formações básicas específicas em cuidados paliativos. Além disso, foram realizadas formações para cuidadores das ilhas de Santo Antão, São Vicente, Sal, Santiago e Fogo.

Este trabalho traduziu-se na criação de 16 equipas de cuidados paliativos, atualmente ativas nas ilhas de Santiago e São Vicente. De 2021 a 2024, realizaram-se cerca de 1900 consultas de cuidados paliativos, sendo 759 no Hospital Dr. Agostinho Neto. “Cerca de 90% dos doentes acompanhados são oncológicos, mas temos assistido a um aumento de pacientes com demência e insuficiência cardíaca”, afirma Semedo.

Apesar disso, os hospitais nacionais ainda não

dispõem de unidades de internamento específicas para cuidados paliativos. Os doentes são internados nas enfermarias das especialidades já existentes, de acordo com a doença. Semedo ressalta que “a prioridade é manter o doente no seu ambiente social habitual, devido à importância dos vínculos familiares e sociais para a sua qualidade de vida”. O internamento, diz, é reservado a situações específicas, como casos clínicos complexos e necessidade de descanso familiar.

Apesar dos avanços, a implementação da abordagem paliativa em Cabo Verde enfrenta alguns desafios. “É fundamental fortalecer os cuidados domiciliários, reforçar o envolvimento dos parceiros, promover a melhoria da assistência nos Hospitais, continuar a capacitar as

equipas e avançar com a regulamentação da área”, defende a Coordenadora, que avança ainda que está em curso a criação, em Cabo Verde, de uma pós-graduação em cuidados paliativos que irá contribuir para a consolidação da especialidade.

A nível nacional, estima-se que, anualmente, entre 2.193 e 2.606 precisem de cuidados paliativos em Cabo Verde. Esses números reforçam a urgência de se investir numa área que promove não apenas a ausência da dor, mas a humanidade e a dignidade, mesmo quando a cura já não é possível. Além disso, os cuidados paliativos contribuem para a sustentabilidade dos sistemas de saúde. “Há estudos que mostram que a sua implementação reduz os custos e promove um uso mais eficiente dos recursos”, conclui Valéria Semedo.

Entre a dor e o cuidado

Para os familiares, o apoio de uma equipa de cuidados paliativos pode ser um divisor de águas, como relata Renata (nome fictício). “O alívio do sofrimento, da angústia, da dor e dos sintomas é notório. O doente é tratado como um ser com necessidades físicas, emocionais e espirituais, o que proporciona algum conforto. A família, que às vezes sofre tanto quanto o doente, recebe apoio psicológico para lidar com a ansiedade e com a tristeza”, afirma.

Eduardo (nome fictício) afirma que a equipa tem sido fantástica. “É sempre atenciosa, ajuda a melhorar qualidade de vida do doente e

da família. Além de aliviar os sintomas físicos e emocionais, tem primado pelo respeito pelos nossos valores e preservado a dignidade do nosso doente”, descreve.

Para Joana (nome fictício), testemunhar o declínio do avô, diagnosticado com cancro avançado, foi inicialmente traumático. No entanto, com o apoio recebido, a família sentiu que não estava sozinha. “Devolveram a dignidade ao meu avô. Notamos que ele ficou mais tranquilo e nós também. Apesar da tristeza, despedimo-nos num ambiente de paz, serenidade, afeto e cuidado”, reiterou.

A caminho da independência, 50 anos depois

Falta de infraestruturas em Cabo Verde é dor de cabeça para o Governo de Transição

Em entrevista ao Novo Jornal de Cabo Verde (NJCVC), o ministro do Equipamento Social e Ambiente, o major português Wilton Pereira, faz um balanço das actividades e das carências do sector, nas ilhas. Na parte das obras públicas, este ministério tem uma Divisão Técnica, que tem a seu cargo a planificação e projecto de todas as obras públicas do Estado. Em Santiago tem a seu cargo também a execução das mesmas obras. A Divisão Técnica compreende as secções de Viação, Parque e Oficinas e serviços regionais a funcionar em São Vicente, Santo Antão e Fogo.

No último ano, informa o ministro, tinham sido concluídos os anexos do Liceu da Praia, Pavilhão de Psiquiatria do Hospital da Praia, Anexos dos Serviços de Economia e novas instalações do Parque e Oficinas da Praia. Para 1976, esperava-se a conclusão do novo Porto da Praia, orçamentado em 80 mil contos. Adianta o governante que estavam em fase de conclusão, ainda na Praia, a escola de Tira-Chapéu e um conjunto de moradias para funcionários. Pouco tempo antes, tinha sido iniciada a empreitada do novo hospital do Mindelo (12 000 contos).

Mão de obra: mulheres grávidas, menores, velhos e inválidos

Informa o ministro que no último ano, a "Brigada" havia despendido 90 000 contos em Santiago (27 000 em 1975) e 65 000 contos em Santo Antão (21 000 em 1975). No en-



A poucas semanas da independência, verifica-se como vários sectores da sociedade cabo-verdiana se debatem com problemas profundos. São eles a educação, a saúde e as infraestruturas, fundamentais para pôr de pé um Estado que se aproxima da data da sua entrada na comunidade internacional e caminhar com os seus próprios pés, rumo ao futuro. O Novo Jornal dá também conta do primeiro julgamento de um Tribunal Popular em Cabo Verde.

Joaquim Arena

tanto, os resultados tinham sido muito fracos. "Basta dizer que o quilómetro de estrada no Estado anda por 2 000, 3 000 contos, e em Angola, por exemplo, por 600."

As causas, segundo Wilton Pereira, estavam no "fraquíssimo rendimento do pessoal, deficiência de enquadramento, insuficiente apoio mecânico, atrasos no fornecimento dos materiais de construção, excessiva dispersão das frentes de trabalho". No que respeita ao baixo rendimento da mão de obra, por esta altura em Cabo Verde, diz o governante como "é chocante a preponderância de elementos pouco produtivos, como mulheres (incluindo muitas grávidas), menores, velhos e inválidos, que em Santiago ronda os 83% do total".

Lisboa Ramos leva os problemas médico-sanitários de Cabo Verde à OMS

De regresso da sua participação na 28ª Assembleia Mundial da Saúde, como observador, o médico cabo-verdiano Lisboa Ramos fala ao NJCV sobre os contactos que manteve, em especial com o Director Geral da OMS. Ramos participou na reunião como representante da Comissão Nacional de Cabo Verde, visto o convite ter sido dirigido ao PAIGC e a Guiné-Bissau já ser membro da OMS.

O representante de Cabo Verde fez uma exposição sobre a situação médico-sanitária das ilhas, com uma análise do estado "fraquíssimo" em vários sectores, nomeada-

mente no campo da saúde, os problemas decorrentes da falta de quadros, da falta de organização, falta de serviços, analisando todas as deficiências nesta matéria.

Santa Catarina realiza primeira experiência de "execução da justiça pelo povo da nossa terra"

Aconteceu em Achada Falcão, no dia 8 de Junho, o julgamento de um indivíduo por ter queimado uma bandeira do PAIGC e por ter desrespeitado assim um vasto sector da opinião pública da zona em que vive, onde o PAIGC se encontra fortemente implantado.

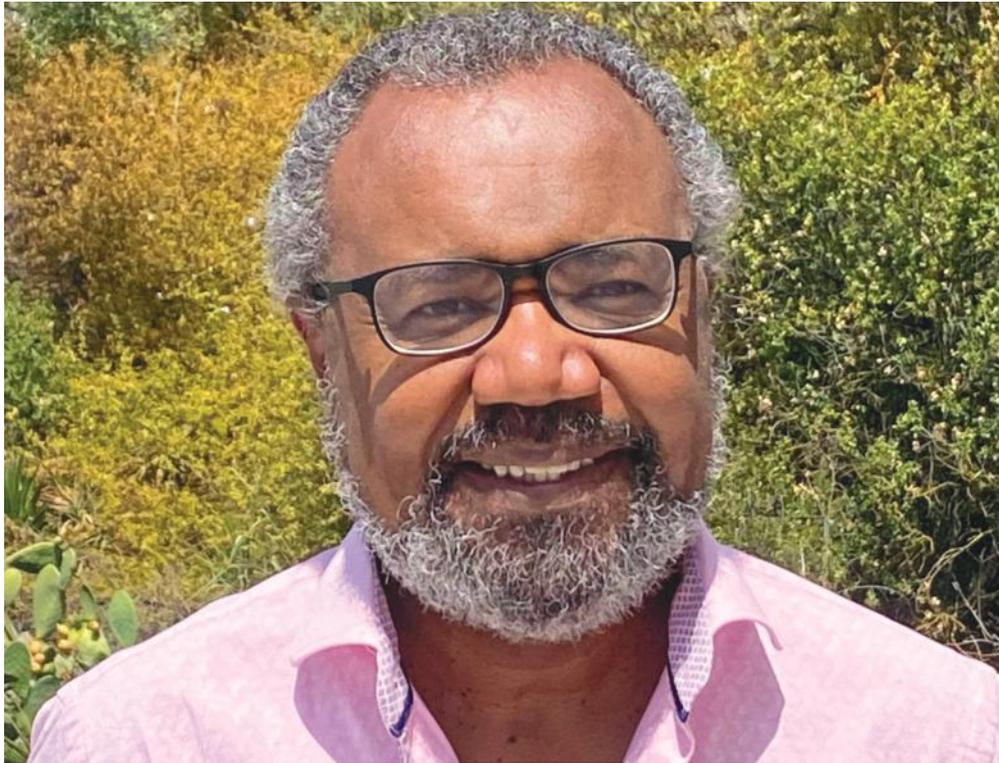
Escreve o NJCV que, "ao contrário do que afirma a reacção ao deturpar o verdadeiro

sentido da expressão 'Tribunal Popular', o julgamento não se caracterizou pela anarquia e confusão, mas foi sabiamente conduzido por homens idóneos escolhidos pela massa de camponeses da terra". O artigo destaca ainda o facto de o referido julgamento "não foi de inteira iniciativa do Partido ou do Governo, mas antes uma exigência do povo de Achada Falcão, ofendido na sua dignidade de gente simples em luta pela libertação do seu país".

Mais três funcionários saneados

O NJCV escolhe desta vez a palavra 'demitidos' para o seu título, sobre os "três colaboradores activos do anterior regime", em vez de "saneados". Com estes três, são já nove funcionários públicos afastados ao abrigo do Decreto-Lei, sob proposta da Comissão de Saneamento e Reclassificação de Barlavento. São eles o 1º subchefe da PSP de Cabo Verde, Octavino Tavares Barreto, "dedicado colaborador, zeloso e leal da famigerada PIDE/DGS." E sob proposta da Comissão de Sotavento, foram saneados o professor eventual José António Bernardo Figueiredo, antigo dirigente "activo e consciente" da ANP, nas ilhas, e o administrador de concelho Napoleão Bonaparte Teixeira de Azevedo, colaborador da PIDE/DGS e membro da Comissão de Censura da Praia, que revelou "mentalidade manifestamente anti-democrática, que foi defensor activo do regime colonial, e que fez a apologia e defendeu a situação colonial de Cabo Verde, mesmo depois de 25 de Abril de 1974".

Ben do Rosário, o fotógrafo dos ‘sorrisos’



A fotografia parece ter estado desde sempre na vida de Ben do Rosário (Benvido do Rosário). A passagem pela escola de artes de António Arroio, nos anos setenta, foi o primeiro passo para ser um ‘Walt Disney negro’, como ele explica. Tudo porque toda a gente lhe dizia que ele tinha imenso ‘jeito’ para desenhar. E assim entrou para a escola que todos os aspirantes às artes desejavam, antes das Belas-Artes. Mas, curiosamente, as suas melhores notas eram em línguas. Fez o curso geral de artes gráficas e mais tarde cinema e fotografia. Mas levado pelas notas, decidiu seguir Línguas e Literatura na Universidade Nova de Lisboa. “Mas sempre fiz fotografia, paralelamente a todo este percurso”, diz.

Percorria as noites cabo-verdianas e africanas da cidade de Lisboa, com a máquina a tiracolo. Mais tarde as célebres Noites Longas, o clube B. Leza. “Portanto, os meus primórdios na fotografia terão sido aí pelos meus 15, 16 anos, e desde aí tem sido um processo de incremento, digamos assim, quer do meu interesse quer do tempo que dedico à fotografia, que hoje em dia é 90%.”

Ao mesmo tempo que fotografava, Ben dava aulas de trabalhos manuais e educação visual, e mais tarde de português e inglês. “Houve uma época em que tive três actividades: entrei para o Banco de Portugal, estava a terminar o meu curso na faculdade e estava a dar aulas.” E quando da criação da moeda europeia, o euro, Ben do Rosário passaria três anos no Banco Central Europeu, sempre a fazer fotografia. Actualmente está reformado do BdP, o que lhe permite dedicar quase todo o seu tempo à fotografia.

A questão que ele coloca

É uma das figuras mais conhecidas da comunidade cabo-verdiana, em Portugal. Através da sua objectiva, Ben do Rosário capta e transmite essa presença crioula, nas suas várias manifestações culturais. Mas também pelas suas muitas viagens pelo mundo, captando sorrisos e ultrapassando barreiras, culturais e geografias.

Joaquim Arena

sempre é o que é que a fotografia lhe pode dar. A partir desta ideia, a sua relação com a fotografia, explica, “é mais pacífica e dá-me prazer”. Considera-se, acima de tudo um retratista.

“Dá-me prazer ver as pessoas sorrir e por isso chamam-me o ‘fotógrafo dos sorrisos’, dá-me igualmente prazer fotografar eventos, em especial espectáculos, paisagens, isto tudo numa relação de prazer que eu tenho com a fotografia.”

Revela como tem um grande portfólio de “sorrisos”, que coleciona nas suas muitas viagens pelo mundo, captadas pela sua tele-objectiva. Um ‘caçador de sorrisos’, que depois mostra aos fotografados, para seu espanto e prazer. Não existe nenhuma razão especial, diz Ben. “É algo que surge naturalmente, depois de teres feito vários tipos de fotografia, decides pelas expressões de feli-

cidade das pessoas, mesmo se momentos antes estavam demasiado sérias. O mundo já é demasiado sério.”

Sendo fotógrafo freelancer, Ben do Rosário diz que faz “o que quer e quando quer”. Apesar dos vários trabalhos encomendados, diz que não é isso que o move no mundo da fotografia, não é a questão financeira. Viaja para vários países, onde fotografa, por encontrar vários registos, em pessoas, paisagens, ambientes musicais. “Gosto muito da experiência de viajar e tirar fotografias espontâneas, de rua.”

Ben desloca-se com frequência a Cabo Verde para fotografar, como no Kriol Jazz Festival e outros festivais musicais, tanto em Santiago como no Sal e São Vicente. Teve vários casos insólitos, de fotografar personalidades internacionais, nas ruas de Londres, ou

surpresas, como na China.

“É mais difícil tirar fotografias de sorrisos, aqui em Cabo Verde, do que na China ou no Japão, por incrível que pareça. E todas estas experiências vão me dando a conhecer um mundo novo, é um dos ganhos da fotografia. E através dos sorrisos penso que posso caracterizar as culturas dessas pessoas. Em Cabo Verde as pessoas são abertas, mas não para serem fotografadas e muitas vezes há um interesse da parte delas, em terem algo em troca.”

Algumas das suas fotos já foram apresentadas em exposições, uma delas com a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, com o tema Leitura e Sorrisos. O seu projecto pessoal chama-se Cabo Verde Toca e Canta, fotografias de músicos de Cabo Verde e seus descendentes, dos quais possui um grande acervo. Come-



Sorriso: Leroy Pinto (cantor)



Zulu, cantora (@ Atlântico Music Expo)



Fábio Ramos @ Atlântico Music Expo

çou em 2018 e Ben do Rosário levou-a a Marselha, pelo aniversário de uma rádio local cabo-verdiana. Seguiram-se duas vezes em Roterdão, no consulado de Cabo Verde, Paris, Luxemburgo, Almada, Lisboa e em São Vicente. “A minha vontade é levá-la a outras ilhas, em princípio será a ilha do Sal.”

Enquanto retratista, confessa o fotógrafo, está sempre à procura do ‘close-up’, assim como situações que tenham mais impacto. “Tenho imenso orgulho em ser cabo-verdiano, quando estive na Costa do Marfim, na última CAN, dava-me imenso orgulho porque tínhamos sido o primeiro país a passar à fase seguinte, só com vitórias.”

Através da fotografia, Ben do Rosário procura também destacar e divulgar as várias formas da expressão da cultura de Cabo Verde.



América “a ferro e fogo”

Sob o argumento de que pretende “proteger” os norte-americanos de uma suposta delinquência associada à imigração, Donald Trump, com o envio de dois mil efectivos da Guarda Nacional para reprimir protestos inicialmente pacíficos, procura criminalizar os imigrantes que, verdade seja dita, são a base de sustentação – pelo seu trabalho e esforço – da economia da Califórnia, decorrente fundamentalmente do trabalho braçal.

Cartilha repressiva

Jornalistas estrangeiros que cobrem a política americana, consideram que o conflito dos últimos dias “não é um caso isolado”, resultando de uma cartilha mais ampla de “polarização e repressão”

Desde o último sábado, 07, que a Califórnia, particularmente a cidade de Los Angeles, está “a ferro e fogo”, numa impressionante escalada de confrontos, envolvendo imigrantes, principalmente de origem mexicana, e as forças policiais e militarizadas enviadas por Donald Trump. E os protestos, estão a estender-se para outros estados dos EUA, designadamente Nova Iorque e Massachusetts.

António Alte Pinho

com a intenção de “afirmar uma imagem de lei e ordem”, que almofade o reflexo desgastado de Trump e o procure afirmar como um político firme contra a baderna e uma suposta insegurança provocada pelos culpados convenientes de sempre.

A verdade é que esta batalha de Trump contra a “delinquência” revela uma estratégia para colocar em causa valores da democracia, como sejam o federalismo, os direitos humanos e a separação de

poderes, por razão da repressão tele-guiada de Washington, intrometendo-se na autonomia que é garantida aos estados da federação norte-americana, neste caso, o Estado da Califórnia.

De todo modo, a imagem de afirmação da “lei e da ordem”, de que enforma a cartilha narrativa de Donald Trump, a manter-se este clima de confrontação e repressão, terá como consequência a própria ruptura da “lei e da ordem” e instigará a polari-

zação (de contornos cada vez mais violentos) entre a supremacia branca e o ambiente de terror orquestrado sobre os estrangeiros e a população com a “cor de pele errada”.

Para já, os resultados estão aí: mais de uma centena de prisões, incluindo líderes sindicais e dezenas de feridos.

Políticos levantam a voz contra a repressão

Por sua vez, a presidente do México, Claudia Shein-

baum, exigiu à Casa Branca respeito pelo “devido processo legal”, ao mesmo tempo que o governador da Califórnia, Gavin Newsom, condenou a operação repressiva, considerando-a “prejudicial” às comunidades, e que “desvia recursos” do combate a “crimes graves”.

A mayor (presidente da Câmara) de Los Angeles, Karen Bass, também se associou às manifestações de repúdio, considerando que “Trump quer que todos pensem que Los Angeles está em chamas. Mas a verdadeira emergência é ele próprio.”

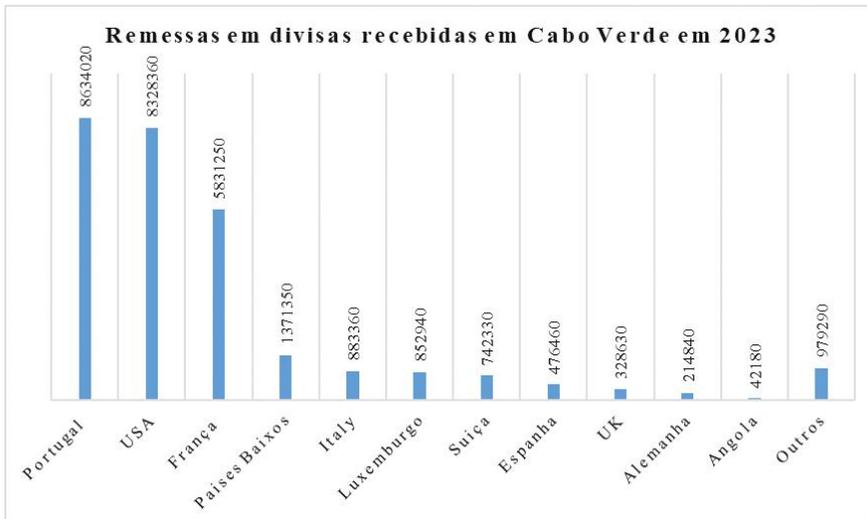
A governante de Los Angeles, anunciou ainda que irá processar o governo de Washington e enfatizou: “Ele federalizou a Guarda Nacional para fabricar o caos. Vamos impedi-lo.”

Transferências de divisas

Diásporas africanas na mira de Trump

Após cortar a ajuda externa e anunciar a redução da presença diplomática dos EUA em África, o governo Trump decidiu taxar as remessas internacionais dos imigrantes para os seus países de origem. A medida pode penalizar severamente as economias africanas mais dependentes das remessas de suas diásporas.

A NAÇÃO e agências



Na sua onda de medidas protecionistas, nem sempre coerentes, o presidente dos EUA tem agora na mira as remessas das várias diásporas existentes nesse país. Para o próximo orçamento a Casa Branca pretende impor um imposto federal de 3,5% sobre remessas enviadas ao exterior por cidadãos não americanos.

A decisão de Washington de suspender o financiamento à USAID já tinha levantado preocupações em todo o continente africano, particularmente quanto ao seu potencial impacto na saúde pública.

Em África, países como a Nigéria, o Senegal e a Libéria são apontados como os que mais poderão ressentir-se da anunciada medida fiscal. Ainda que à sua dimensão, Cabo Verde deve também ser afectado. Em 2023, depois de Portugal, os EUA foram a segunda fonte de remessas de transferências, ver quadro.

Se o projecto de lei for aprovado pelo Senado, os EUA se tornarão o país do G7 com as remessas mais caras. Esta medida está alinhada com as actuais políticas protecionistas e anti-imigração de Donald Trump, que visam desencorajar a fixação de novos imigrantes e encorajar os já presentes a deixarem o país, como já vem acontecendo, embora não no ritmo desejado pela Casa Branca.

As remessas para a Nigéria representam cerca de 38% dos fluxos de remessas para a África, ou seja, mais de US\$ 19,5 biliões. Na Gâmbia, Lesoto e Comores, elas contribuem com mais de 20% do seu PIB.

Em 2024, segundo o Banco Mundial, os EUA continuaram sendo a maior fonte de remessas de diásporas para seus entes queridos. Dos US\$ 56 biliões enviados para a África Subsaariana naquele ano, quase US\$ 10 biliões tiveram a sua origem nos EUA.





Carlos Carvalho

CEDEAO – 2025

Nestes 50 anos, tivemos 5 Presidentes e governos se alternando. Eleitos todos em eleições normalmente: justas, transparentes e democráticas!!

Ninguém tomou poder trapaceando, batotando, comprando deputados!! Ou mesmo pegando “narmas” para tomar poder!! Talvez por isso anós “nu ca é ben-africanus”...pa consola nós cabeça.

Nestes 50 anos, há países que quase só tiveram 2 Presidentes, alguns com mais de trinta anos de poder, sendo Chefe Único. 50 anos depois, essa tendência ainda existe.

UM PARÊNTESE - À NHA CUNPADRI

Há dias recebi, julgo muitos receberam, de todos os lados um vídeo onde se analisa o facto de um intelectual-berdianu dizer k nu ka é África. Vídeo kela dja corri mundu!!

Num grupo a que pertença... kuazi só di Historiadores...un strangeru perguntou sobre a reacção da intelectualidade-caboverdiana, que não houve.

Un patrisiu respondeu que não valia/valeu a pena... porque o assunto, a posição do intelectual, não merecia reacção...não reflete a posição da maioria!! E, o assunto -afinal - não é assunto!!

A verdade é verdade que nosso mundo é pikinoooooti!! Evitamos falar/escrever verdade, pá cá cunpra guerra, pá cá straga amizade!!! Pá cá “ofendi” nu prifiri fasi sima avestruz!!!

E foi assim que ninguém veio desmontar a fraca argumentação socio-histórico-antropológica do autor. Na verdade, todos os colegas da área ouvidos disseram o mesmo:

- Não vale a pena!!

- Livro ca ten consistência!!

E - ficou que fica - k nós nu ka é africano!!

Anós é “something-special”, como disse um Ministro perante colegas-experts da sub-região.

Algo assim, híbrido!! Pardos-mulatos-amarelos!!

Fiquei corado!

Eu, gó, que sou preto-negro-africano!! Sem nenhum “prejuízo”!! Resumindo, o Ministro disse isso, para dizer o mesmo que: - Não somos África!!

Assim como Inglaterra não é Europa!!

Mas, voltemos a CEDEAO.

Somos da CEDEAO, na nossa condição de “nem peixe-nem carne”!!

Na “Organização”, nós andamos sempre...k un-pé-dentu...un-pé-fora!!

CEDEAO - CÁ SÉRIO

Esta Organização não é séria!! Tanto não é que prometeu invadir três de seus membros...pá restabelesi ordem institucional.Três membros que deram “golpe-mau”!!

Alguns membros da Organização ainda teimam a se juntar com “Os-de-senpri” para “dá-na-xon” “golpistas-maus”!! Mesmo quando vêm que o povo quer estes golpistas!! Tão não é séria que o Ditador de um país da organização nega organizar eleições.

Prazu di sta na puder caba.

É fla: daqui não saio, daqui ninguém me tira.

Está lá ainda...ta resebedu k pompa i circunstância na palácios de sub-região e de mundo.

CPLP, aquela outra Organização que não existe, até vai organizar sua Cimeira na Terra-do-Ditador!!!

CEDEAO manda delegação “ba tra cusas na linpu”. O ditador simplesmente correu com a delegação.

Ayan, corri k delegason.

Delegason fugi. Bai, fasi rilatório di misson.

Nunca mais se ouviu falar no/do relatório.

Presidente de Organização-di-brincadera bá visita Ditador.

Foi dar a bênção ao Ditador e dizê-lo:

- Nhu podi continua sóta...baza gaz...baza agu-kenti...dá tiro...Nu sta k nhó!!!

É si propi k povo ta podu na ordi.

Até o Presidente do país vizinho...rapasinhua Faye...k o Ditador enxovalhava quando lutava con-

tra ditadura... foi lhe prestar vassalagem. Ah-mundu!!! Quem vos viu Diomaye Faye e Sonko!!

Quelle désillusion, Ussuman!!

O pan-africanista camaro-francês, prof. Franklyn Nyamsi, tem razão!!

Sonko e Faye são caricaturas di pan-africanistas que nos apresentaram...dès le debut!!!

CEDEAO - CÁ EM CASA

Oliei i uvi o nosso Presidente, José Maria Neves, na nossa TVEC, felicitar num speech os 50 anos da Organização.

Uvi falar...tá gaba!!

Direitos Humanos; Governação Democrática; CEDEAO transformadora; Diferendos que devem ser resolvidos no quadro do diálogo V Escutar o Povo.

Discurso buniiiiiiitu, sima k k Zemas abituano...porém, não falando verdade.

Nosso MAMdaN não tuge-nem muge sobre o que se passa no único outro país Palopiano da CEDEAO, por sinal nosso irmão-de-sangue, dmé-avera!! apesar di nu cá Africano!!

Nosso Premier kel sé boca ca sta lá!! N’ca obil ta papia un palavra sobre CEDEAO. Cusas fasi más importantes k papia dum Organizason k ka ta izisti.

Sta la Merca ta cata dnher d’snhor BM!! I ta sensia MCA...k Nhu Trump cré tranu!! Nem um di nós Xefons ca ba sisti 50 anu di CEDEAO...PABIA NÓS É CALOTERU!!

CEDEAOENSES

CEDEAOENSES é sidadons di CEDEAO.

São aqueles que chegam no nosso aeroporto e são jovedus sima si és teni vuru vunvudu na costa!!!

Branco chega, só falta pó tape-titi!

CEDEAOENSE chega...ta fazedu di tudu pa ka entra paraíso!!!

E...esquecemos que foi na terra deles que matamos a fome, sede, fomos recebidos sima patricios-ermons que nu é di facto!!!

Pa mostra ma nós é something-special, nu ta njuria nós patricios

CEDEAOENSES...nu ta prendi... não raras vezes nú ta sóta propi, pá bai, pá ca ben más.

Nós gó ti inda kuazi és ta pidi pá nu bai Nós gó...so terra-brancus k nu cre bai.

Na verdade, as coisas mudaram grandemente.

Ultimamente, os CEDEAOENSES raramente são mandjacus. Metamorfosearam-se em amigos.

Já estão integrados, não são catalogados.

São a maioria na nossa construção-civil (se pararem...Cabo Verde para); na guardaria das nossas residências; são professores, médicos; alguns...si nu forsa...até já foram governantes.

Portanto, cusas dja cumesa muda, filismenti!!

CONCLUINDO

Me envergonho de ser cidadão desta brincadeira que se chama CEDEAO!!

Tenho vergonha de saber que sou cidadão de “Organizações” que envergonham cidadãos dessas “Organizações”: CEDEAO-UA-PALOP-CPLP-NU!!

3 pesos-pesados abandonaram, justamente, a vergonhosa-CEDEAO. Decidiram seguir os seus caminhos, com novas políticas e novas alianças.

O caminho para a derrocada-total desta organização está aberto.

Nós, desta tapadinha, decidimos, dias-há, k kenha k nu ta linha...sima kel música di Bulimundo!!

Decidimos continuar sendo os “bacans-carnerus”, alinhando senpri pelo caminhu erradu, caminhu daqueles que já pegaram sua aldeia lume...otu-bés...e estão preparando para incendiar...di bés...a aldeia-global.

Dja falta pocu!!! Se não “arripiarmos caminhu” (reles-“slogan” em voga há uns aninhos) e pensarmos com nossas próprias cabeças, com o mundo se transformando, dia-dia, n’ka sabi undi nu ta npara!!

Para nossa reflexão!!

Disse.

29/05/2025.

Regresso, depois de um longo “poisio”, para...NAO...celebrar os 50 anos duma Organização que já não existe, a CEDEAO.

Dá-me berguensa falar dela, mas sou obrigado.

HISTÓRIA

Em 1975, nascia a Organização. Muita coisa aconteceu nestes 50 anos.

De no início ser uma Comunidade essencialmente Económica, ao longo do tempo transformou-se mais numa Organização Política. Pelo caminho, foi perdendo membros. Saiu antes de todos a Mauritânia.

Há bem pouco tempo, abandonaram a Organização três pesos pesados: Burkina, Mali e Níger. Três golpistas-maus emergiram no panorama da sub-região.

É que há também “golpistas-bons”. São: 1) os que seguem a cartilha “Dos-de-Sempre”; 2) Os “institucionalistas”, tipo-Ouatara da Cote-d’Ivoire.

Nestes 50 anos, tivemos todo o tipo de “Chefes”. Presidentes e PM’s até semi-analfabetos e labregos!!

Alguns até foram, imagine-se, Xefis-di-CEDEAO!!

Houve, igualmente, poucos “rei-di-bons”- que orgulharam o continente.

Modéstia a parte, nós, os “não-africanos-berdianus”, contribuímos e muito para esta classe de Governantes. Tivemos até um “Mo Ibrahim”!! Mercanos danu 2-3 (??) MCA, como prenda de nossa séria governação. Nós, os “não-africanos-berdianus”, somos membros da organização quase desde a fundação.

Sertu!! Senpri k un pé dentu...kelotu fora!! Na nós eterno complexo identitário.

O futuro não aterriza num aeroporto

Promessas vazias não travam o êxodo juvenil em Santo Antão



António Medina*

Fala-se com insistência da construção de um aeroporto em Santo Antão, como se essa fosse a chave mágica para resolver os problemas da ilha. Anuncia-se a obra com pompa em tempos de campanha, evocando desenvolvimento, progresso, e agora, a fixação da juventude. Mas quem conhece a realidade no terreno, quem percorre as ribeiras secas, os campos abandonados e as aldeias sem crianças, sabe: o futuro de Santo Antão não virá com o pouso de aviões. O futuro não aterriza num aeroporto.

Essa obsessão por grandes obras, muitas vezes sem plano estratégico de base, tem servido para iludir, mais do que para transformar. São promessas recicladas, usadas como moeda eleitoral, que ignoram os problemas reais da ilha: o despovoamento rural, a falta de oportunidades para os jovens, o abandono da agricultura, o en-

cerramento progressivo das escolas e a desertificação das comunidades.

Ribeira Alta, Corvo, Formiguinha, Fontainha, Martiene... são nomes que outrora vibravam com a presença de crianças, famílias e vida comunitária. Hoje, essas localidades vivem o silêncio. Não há crianças. As escolas fecharam. O sinal mais claro de que estamos a perder o essencial: as pessoas.

A juventude de Santo Antão não está a sair por falta de aeroporto, mas por falta de emprego, de formação adequada, de acesso à terra, ao crédito, à habitação, à cultura e à dignidade de viver da sua ilha. A agricultura, que já foi pilar da economia local, está hoje enfraquecida. E não por falta de potencial, mas por falta de políticas sérias que incentivem a sua modernização e valorização.

Onde estão as fábricas de conserva de peixe? Onde estão as uni-

dades de transformação dos produtos agrícolas locais? Onde estão os programas de incentivo ao ago empreendedorismo jovem? Onde estão as políticas que convertem os recursos naturais – o mar, a terra, o sol e a paisagem – em fontes sustentáveis de emprego e rendimento?

Enquanto se promete um aeroporto, os campos continuam por cultivar, os jovens continuam a emigrar e o interior continua a desaparecer. O aeroporto, se vier isolado, será apenas mais um elefante branco — bonito nas fotos de inauguração, mas inútil para resolver os problemas de base. Pior: poderá até acelerar o esvaziamento, ao facilitar ainda mais a saída de quem já não vê futuro.

Santo Antão precisa, sim, de infraestruturas. Mas precisa sobretudo de visão. De uma estratégia territorial coerente, focada na fixação da juventude e na revitali-

zação económica da ilha. Precisamos de escolas rurais reabertas, centros de formação adaptados à realidade local, políticas de apoio ao investimento produtivo e à economia verde. Precisamos de dignidade e de justiça territorial.

A política tem que deixar de funcionar à base de promessas fáceis e começar a operar com base em resultados concretos. A juventude já não se deixa enganar com discursos. Quer oportunidades reais. Quer futuro.

E esse futuro, sejamos claros, não irá aterrar de avião. Será construído com trabalho, seriedade e investimento sustentável, de baixo para cima, das comunidades para o país.

10 de junho de 2025

*Geógrafo, doutorando em Ciências Sociais



Navegue sem intermediários

www.anacao.cv





Marciano Ramos Moreira*

Ensaio

Plenu ofisializason di kabuverdianu i variantis – ki suluson?

50 anu dipos di Indipendensia, dja txiga ora di nu fitxa koraji pa konkista nos 3º libertason – libertason di txakota trokadu baraka na purtuges, libertason di traumatismu pa nos kriansas na skola! Tudu pa sisi pois nu ka meste otu lingua pa nu komunika nos ku nos. So algen ku kabesa mariadu ki ta uza guarda-sol dentu kazal! Nu faze plenu ofisializason di nos lingua maternu (lkv) gosi!

Si nu ba le pertinentis intervencion di Dr. Carlos Veiga, enton Prizidenti di MpD i Primeru-Ministru, konstanti na atas di sesons di Assembleia Nacional di 19 i 20 di julhu di 1999, nu ta konstatu ma kondisons ki lejislador sa ta referiba ma e nisi-sariu kria pa plenu ofisializason di lkv, e isensialmenti sosializason di alfabetu kabuverdianu ki, na altura, ka era konxedu inda pabia tenba so 6 mes ki el ofisializada a titulu sperimental (konfiri: pajinas 24-25 di ata di 19-07-1999 lisin <https://tinyurl.com/ynwa4cwt> i pajinas 15-16 di ata di 20-07-1999 lisin <https://tinyurl.com/yd3o3k35>). Ora, grandi parti di populason ta konsigi le testu skrebedu ku alfabetu kabuverdianu oji. Kes ki ka ta konsigi le ti inda, e pabia

es ka kre. Kes ki ka kre prende, sa ta viola nº 3 di artigu 9º di Konstituison. Purtantu es ka pode inpidi plenu ofisializason di lkv, ki signifika plenu gozu di un direitu umana baziku - direitu di uza bu propi lingua na bu tera.

N ta atxa normal ki pesoas di otus ilha fika ku medu di “inpozison” pa varianti di Santiago ser uniku varianti ofisial. Es tipu di rizistensia provavelmenti kontise ku kuazi tudu povu ki oji ten ses linguas maternu padronizadu pabia na tudu lingua tenba i ta kontinua ta ten variantis. Oji, filismenti padronizason ka signifika skodje un varianti, mas sin skodje un entri diversus prununsia di un mesmu palavra di lkv. Ifetivamenti tudu palavra ku un so prununsia debe inkluidu na padron indipendentimenti di numeru di utentis di es palavra. Pa ditahis, konfiri nha ensaiu “Kaminhu pa padronizason di nos lingua”: <https://tinyurl.com/5n7bzumn>

Alguns konpatriota ta uza pulitika di kel mai falsu frenti rei Solomon – si nha varianti ka ta salva, nton N ta mata tudu varianti. Modi? N ta uza / difende so purtuges. Es ka e atitudi di un kriston o di un ser umanu nobri.

N ta ben aprizenta un puvivel suluson pa problema di variantis:

I) Assembleia Nacional ta diklara plenu ofisializason di lkv sima el ta papiadu na tudu ilha timenti nu ka ten un lingua padron;

II) sima nº 3 di Artigu 9º di Konstituison ta ordena, tudu kriansa ta ser obrigadu konxe lkv – istu e, kada kriansa ta studa se varianti pa el ser kapas di ntende-l i uza-l i ta studa kes otu varianti so pa ntende-s; Modi? Asin:

III) a) ta identifikadu tudu kes ilimentu kumun di lkv ki ta izisti na tudu varianti; b) ta identifikadu tudu kes ilimentu kumun na variantis di kada un di kes 2 grupu di ilhas ku afinidadis linguistik; c) ta identifikadu tudu kes ilimentu spesifiku pa kada varianti di kada ilha;

IV) Na skola, kriansa ki sta nun ilha, ta studa: ilimentus di alinia IIIa) pa el ser kapas di ntende-s i uza-s + ilimentus di alinia IIIb) di kel grupu di ilhas ki el sta nel pa el ser kapas di ntende-s i uza-s + ilimentus di alinia IIIb) di otu grupu di ilhas pa el ser kapas apenas di ntende-s + ilimentus di alinia IIIc) di kel ilha ki el sta nel pa el ser kapas di ntende-s i uza-s + ilimentus di alinia

IIIc) di otus ilha pa el ser kapas apenas di ntende-s.

Variantis e petalas ki ta enbeleza lkv! Un kriansa, ku dizenvolvimentu di nos tera, ta ten kada bes mas intensu kontaktu ku tudu varianti di lkv mesmu antis ba skola. Pur isu kriansas ta ben messte faze kada bes menus sforso na skola pa es fika kapas di ntende kes otu varianti.

Asin, kada Kabuverdianu ta uza se varianti pa papia i pa skrebe i ninhun otu Kabuverdianu (di Santanton ti Brava) ka ta ben fla ma el ka ta ntende varianti ki kel otu ta uza. Asin, ningen ka ta ben ku sperteza di mata lkv. Prezervason di tudu varianti ta pruteje nos diversidadi linguistik i e kel li ki ultimamenti txeu linguista sa ta difende.

Sobri es pruposta di suluson diskrebedu sumariamenti li di riba (sima António de Paula Brito, na 1885, flaba na primeru gramatika di lkv), “nhos le-l ku atenson i nhos imenda-l ku rason” (konfiri: pajina 102 di livru “Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Cabo-verdiano”, IIPC, 2006).

*Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera

PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde



Marcando a diferença
desde Setembro de 2007

Telefone + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornalanaocv@gmail.com
www.anacao.cv

Prato cheio

Feijoada à moda de Santo Antão

Ingredientes:

- 500g de feijão pedra (ou outro feijão local);
- 300g de carne de porco (costela ou entrecosto);
- 200g de chouriço ou linguiça tradicional;
- 200g de toucinho ou bacon;
- 1 cebola grande picada;
- 2 dentes de alho picados;
- 1 folha de louro;
- 1 cenoura cortada em rodela (opcional);
- 2 tomates maduros picados;
- 2 colheres de sopa de óleo ou banha;
- Sal e pimenta a gosto;
- Malagueta (opcional);
- Água quanto baste.

Modo de preparo:

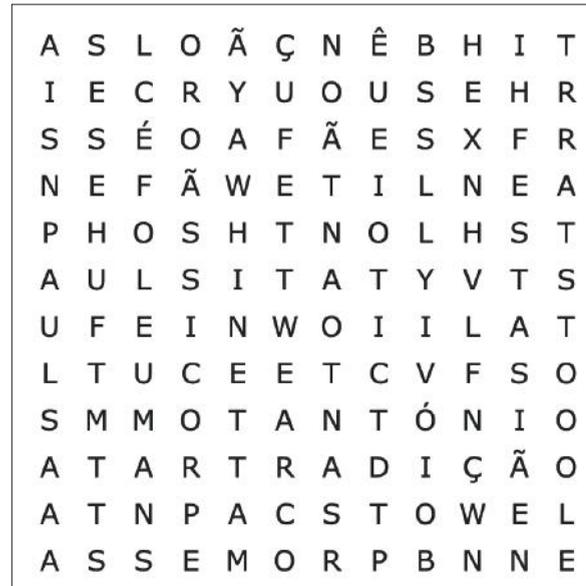
- 1- Deixar o feijão de molho por pelo menos 6 horas ou de um dia para o outro.
- 2- Cozer o feijão numa panela com água e um pouco de sal até ficar macio (cerca de 40 minutos a 1 hora). Reservar.
- 3- Numa panela grande, refogar a cebola, o alho, o tomate e a folha de louro no óleo ou banha até dourar.
- 4- Juntar as carnes (carne de porco, chouriço e toucinho) cortadas em pedaços. Refogar bem até selar e dourar levemente.
- 5- Se desejar, adicione a cenoura e a malagueta.
- 6- Acrescentar o feijão cozido com um pouco da água da cozedura.
- 7- Deixar apurar em lume brando por 20 a 30 minutos, mexendo de vez em quando.
- 8- Ajustar o sal e a pimenta.
- 9- Quando o caldo estiver espesso e as carnes bem cozidas, retirar do lume.

Sugestão de acompanhamento:

- Arroz branco
- Banana verde ou pão de milho cozido
- Couve salteada no alho (opcional)



Caça-palavras



Encontre palavras relacionadas ao dia de Santo António:

- SOLUÇÕES:
- SANTO
 - TRADIÇÃO
 - BÊNÇÃO
 - FESTAS
 - PROCISSÃO
 - PROMESSA
 - PAUL
 - FÉ
 - SANTANTÃO
 - ANTÓNIO

Sete diferenças



Talento

Débora Vaz da Luz é o talento desta semana. Nascida em Castelão, cidade da Praia, cresceu numa família humilde, mas cheia de amor e dignidade. “Graças a Deus, nunca nos faltou nada.” Rebelde na infância, vivia em brigas na saída da escola e na rua. “Hoje nem pareço aquela menina... só quero paz e sossego.”

Filha de uma rabidante, Débora cresceu com um grande exemplo dentro de casa, tendo a mãe como a sua mentora, “a minha mãe é a minha ídola para sempre”.

Foi com esse espírito de luta que criou a sua marca, “Débora Fashion Beauty”, pois, com apenas 13 anos, ela vendia com uma banheira na cabeça, tendo começado com apenas 2 mil escudos por mês no Supupira.

Hoje, empresária de sucesso no Luxemburgo, Débora considera ser símbolo de autoestima, bem-estar e empoderamento feminino. “A mi-

nhá marca internacional é a melhor coisa que me aconteceu. Hoje eu posso dizer: consegui. Tudo valeu a pena”, afirma, emocionada. “Criei a Débora Fashion Beauty para valorizar as mulheres. A prioridade é o conforto e o bem-estar de quem nos procura.”

Mesmo vivendo fora do país, a ligação com Cabo Verde permanece forte. “Vou sempre que posso. Estive lá há seis meses e quero voltar a viver no meu país.” E sobre os produtos, ela diz que estão disponíveis em vários países, com loja física em Cabo Verde e online pelo Instagram: @debora-fashion-beauty.

Ela deixa uma mensagem para jovens mulheres, “nunca desistam dos vossos sonhos. Não é fácil, mas também não é impossível. Acreditem em vocês, porque somos todos capazes.”

Adelise Furtado- estagiária



“Coisas do Quotidiano” de Raissa Gonçalves em exposição no CC do Mindelo

A jovem artista plástica Raissa Gonçalves, de 19 anos, inaugura amanhã, 13, às 18h30, no Centro Cultural do Mindelo, a sua primeira exposição pública de pinturas “Coisas do Quotidiano”. A intenção é sensibilizar e tocar as pessoas e “analisarmos as pessoas com mais empatia”.

A Nação

É a primeira exposição num espaço público do conjunto de obras produzidas a partir da técnica de pintura acrílica sobre tela e, segundo Raissa, demonstram as coisas que acontecem no quotidiano, os sentimentos que “deixamos de sentir no decorrer do nosso dia-a-dia” devido à rapidez que as coisas vêm acontecendo.

“A intenção é de sensibilizar e tocar as pessoas com a tonalidade das co-

res fortes e marcantes que envolvem as telas e através das obras, quero apelar para pararmos um segundo e analisarmos as pessoas com mais empatia e menos frieza”, diz Raissa.

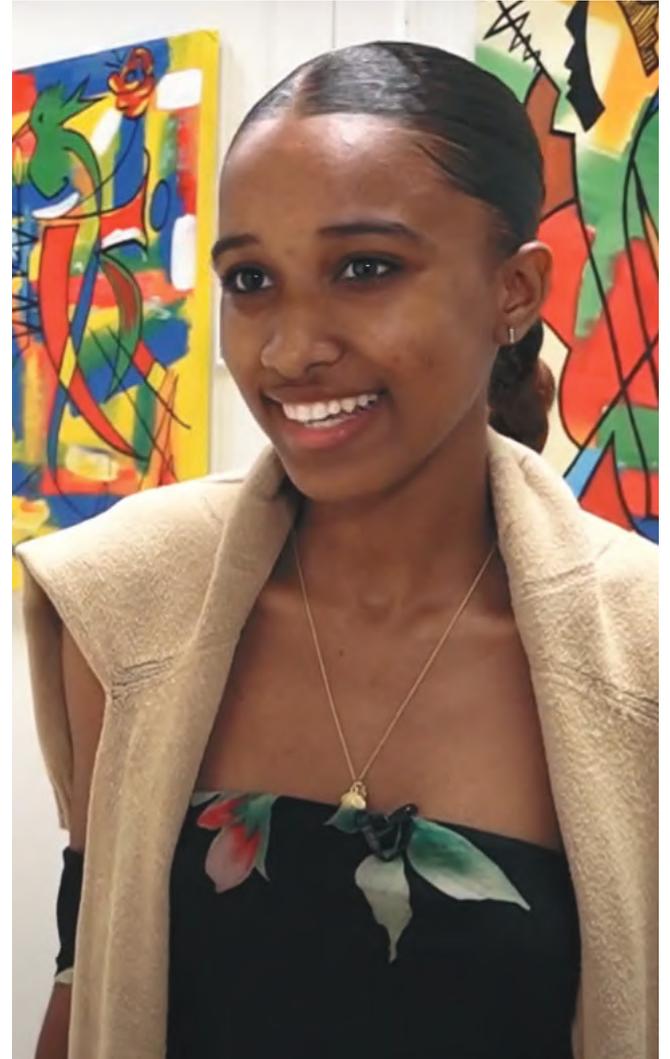
Sobre Raissa

Raissa Eliane Gonçalves, de 19 anos, é aluna do 12º ano de artes gráficas na Escola Técnica do Mindelo e quer prosseguir os estudos superiores na área

das belas artes.

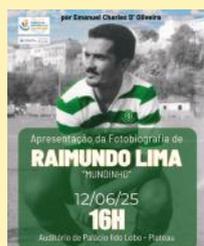
“Os quadros que pinto são um reflexo de mim, sou uma pessoa muito calma, guardo muitas coisas dentro de mim e a arte é uma das formas para exteriorizá-las, expô-las”.

A estreia da mostra aconteceu em Fevereiro deste ano, na empresa onde trabalha o pai e esta será a primeira vez que expõe suas obras num espaço aberto ao público.



Acontece

- ▶ - Cinema Documental no Centro Cultural do Mindelo, em São Vicente, com início às 19h:
 - . 17 junho - Tarrafal - Dez Pancadas No Carril de João Paradela
 - . 18 junho - Caboverdeamente de João Sodrê
 - . 19 junho - Bidon - Nação Ilhéu de Edson Silva e Celeste Fortes
 - . 20 junho - Nos Dança de Rui Lopes da Silva



- ▶ - Apresentação fotobiografia Raimundo Lima “Mundinho” hoje, quinta-feira, 12, às 16h, no Palácio de Cultura Ildo Lobo, na cidade da Praia

- ▶ - Sétima edição do “I Love Porto Novo” sábado, 14, na Cidade do Porto Novo, em Santo Antão



- ▶ - Show “Sunday Concert” com Katy Dias, domingo, 15, às 17h, no Underground Praia, na Cidade da Praia



Aconteceu...



- ▶ - “Noite cabo-verdiana” no Polivalente Bunzin, na Cidade das Pombas, Santo Antão, sábado, 07, às 21.

Adilson Fernandes, presidente da Câmara Municipal

Turismo e agricultura: grandes apostas para desenvolver o Paul



Pág. 04 a 06



Empendedoras transformam ideias em negócios com identidade local



Aqui vive um campeão - O Paulense DC



Programa cultural inovador e identidade reforçada



Concelho com história e um santo que arrasta multidões




TEM A PALAVRA
Adilson Semedo

Turismo e agricultura: grandes apostas para desenvolver o Paul

Texto: António Alte Pinho

Em entrevista ao Município em Destaque, o actual presidente da Câmara Municipal do Paul, Adilson Silva Fernandes, no cargo há cerca de seis meses, considerou que o turismo e a agricultura são sectores-chave para o desenvolvimento do concelho que, nesta Sexta-feira, 13 de Junho, assinala o Dia do Município e a festa do seu santo padroeiro, Santo António das Pombas.

A conversa foi longa e praticamente todos os temas recorrentes foram abordados na entrevista com Adilson Fernandes. Trazemos alguns a esta edição, aqueles que mais suscitam a atenção dos munícipes. Outros temas, por razão da absoluta “tirania do espaço”, que é curto, ficaram para outra oportunidade.

O presidente da Câmara Municipal do Paul não se furtou a nenhuma pergunta e deu para entender que domina os assuntos e todos os dossiês. O sucesso que terá ou não no futuro não depende só dele. O tempo dirá!

Ainda jovem, de 46 anos, pai de dois rapazes de 3 e 18 anos, vivendo em união de facto, para todos os efeitos casados, Adilson Fernandes é licenciado em Geografia, foi professor e exerceu diversas funções de direcção no sistema de ensino, tendo ocupado, ainda, vários cargos políticos. Até dezembro de 2024, foi deputado na Assembleia Nacional.

Em tempos, referiu que o Paul tem enfrentado desafios únicos, o que exige uma liderança com visão, experiência e compromisso com o bem-estar da população e com o desenvolvimento do município. Que desafios são esses e como estão a ser enfrentados?

Assumir a presidência da Câmara Municipal do Paul,



Adilson Fernandes

“ Temos em curso um leque diversificado de projetos em vários sectores que iremos implementar com a parceria do Governo e, sobretudo, com outros parceiros de desenvolvimento. **”**

um município com poucos recursos, é uma grande responsabilidade, mas não só estamos cientes dessas dificuldades, como também das inúmeras potencialidades que o município tem.

Se fizermos uma análise retrospectiva sobre o processo de desenvolvimento do município, podemos dizer que Paul tem dado passos relevantes em diversas áreas. Contudo, ainda precisamos

intensificar esforços para que possa assumir o papel que lhe é reservado a nível da ilha de Santo Antão e no próprio contexto nacional.

Há ganhos em vários sectores mas, por outro lado,

temos um conjunto de desafios socio-económicos a vencer, que requerem o esforço de todos os actores políticos em áreas cruciais como os sectores da agricultura, turismo, desencravar de localidades, habitação social e juventude e, também, a nível do empoderamento do nosso sector empresarial.

São desafios nos quais temos estado a trabalhar desde que assumimos funções. Temos em curso um leque diversificado de projetos

FICHA TÉCNICA

A Nação – “Caderno Município em Destaque” – Paul – Parte integrante da edição nº 928 do A Nação de 12 de Junho de 2025. Não pode ser vendido separadamente.

Editor: António Alte Pinho | **Jornalistas:** António Alte Pinho, Geremias Furtado, Ilda Fortes, José Mário Correia | **Jornalistas Estagiários:** Adelise Furtado, Cláudia da Cruz e Paulo Galvão | **Designer:** Alfa-Comunicações | **Comercial & Marketing:** Verónica Rocha | Edmira Correia (Facturação e Cobranças) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial)

TEM A PALAVRA

nesses sectores que iremos implementar com a parceria do Governo e, sobretudo, com outros parceiros de desenvolvimento.

Referiu que há ganhos em vários sectores, gostaria que os especificasse.

Temos tido ganhos, sobretudo, a nível do desencravarmento de localidades. Por exemplo, localidades que anteriormente eram en-cravadas, hoje têm as suas linhas de acesso que permitem tirar benefício das inúmeras po-

Temos uma ambulância e outras condições de trabalho dos profissionais de saúde e de atendimento público.

Referiu a projectos ainda em fase de estudo e de implementação. Que projectos são esses?

Temos alguns projectos em curso que já estão na sua recta final e que iremos inaugurar durante as festividades. Refiro-me concretamente à qualificação urbana de Pontinha de Janela, de Chão de Margarida, aqui

bem avançadas e vamos fazer todo o esforço para que, daqui a um ano, por ocasião das festas de Santo António das Pombas, seja entregue à população e, sobretudo, à juventude. É uma grande infraestrutura que resulta de um investimento de cerca de 130 mil contos financiados pela Câmara Municipal e o Governo.

Os operadores turísticos do município queixam-se de dificuldades relacionadas com as infraestrutu-



Câmara Municipal Paul

“ Neste momento, estamos a trabalhar com o Ministério da Agricultura e Ambiente e com o Governo no seu todo, visando a instalação de uma delegação desse ministério aqui no nosso município. ”

tencialidades em termos da agricultura e do turismo.

Também registámos alguns ganhos a nível do abastecimento de água através de um projeto que ainda enfrenta alguns desafios, mas que permite o acesso a quase todas as famílias, estando o município praticamente 100 por cento [%] coberto em termos de abastecimento de água às populações.

Ainda temos ganhos a nível da saúde, não obstante os desafios no sentido de que é necessário continuarmos a trabalhar para melhorar. Anteriormente, tínhamos um médico, hoje temos dois. Há mais meios clínicos e equipamentos.

na cidade das Pombas, do acesso ao Hotel Paradise e da praceta de Eito.

Há projectos estruturantes em curso como a qualificação urbana em Janela e a construção do Estádio Municipal. Como se sabe, Paul é o único município que não possui um estádio. O município é um viveiro de atletas e, ademais, conta com uma equipa, o Paulense, que está na crista da onda do Campeonato Nacional de Futebol da presente temporada (2024-2025), disputando as meias-finais desta que é a maior competição nacional da modalidade.

Neste momento, as obras do Estádio Municipal estão

ras. Que acções pensa levar a cabo nesse domínio?

O turismo, a par da agricultura, foi eleito por esta equipa como um dos eixos centrais do nosso programa de governação. É neste sector que temos de trabalhar para criar melhores condições, não só para atrair mais investimentos turísticos para o município, mas também para proporcionar aos operadores melhores condições.

Isso passa, necessariamente, por quê?

Em primeiro lugar, passa por melhorar as infraestruturas, designadamente o desencravarmento das lo-

EDITORIAL

Dar voz aos municípios e às pessoas

A sociedade cabo-verdiana e os munícipes em particular têm reclamado com frequência o facto de os temas locais não estarem a merecer o devido tratamento nos órgãos de comunicação social do país, quase sempre arredados numa agenda que normalmente privilegia os assuntos dos grandes centros urbanos e questões de natureza político-partidárias que, na maioria dos casos, nada têm a ver com os reais anseios e problemas do dia-a-dia dos cidadãos espalhados pelos 22 municípios e as suas inúmeras aldeias e localidades mais distantes.

Por isso mesmo, o jornal A Nação lança hoje, com periodicidade quinzenal, a primeira edição do caderno **Município em Destaque**, começando pelo Paul, em Santo Antão, que amanhã assinala mais um Dia do Município e de Santo António das Pombas.

Estamos cientes de que esta iniciativa, pela sua singularidade e exigência, acarreta enormes desafios, mormente para um periódico privado com poucos recursos, mas não nos quedamos perante incertezas nem viramos a cara a esses desafios que vamos enfrentar, contando com a inestimável adesão dos nossos leitores, parceiros e anunciantes.

Assim, o **Município em Destaque** aposta num jornalismo de causas e de serviço público, tendo em vista servir sobretudo o interesse geral dos cabo-verdianos e criar pontes entre o projecto editorial e os cidadãos, suscitando engajamento e empatias com as comunidades locais.

Tudo isso na perspetiva de manter os cidadãos de cada município informados sobre o desenvolvimento local e nacional e estimular a sua participação nas atividades que lhes dizem respeito.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que dá voz às pessoas de cada reduto populacional, **Município em Destaque** assume-se como megafone do municipalismo e da necessária proximidade com as populações, as suas dificuldades, os seus sonhos, mas também os seus anseios e vontades para o futuro.

Município em Destaque é, ainda, veículo empenhado na exaltação do municipalismo enquanto instrumento mais directo da proximidade dos poderes públicos com os cidadãos, e meio em que têm expressão garantida todas as diferenças irmanadas do sentido republicano do bem comum, da ousadia de fazer diferente e marcar vidas e futuros com a capacidade criativa de cada um e de todos.

Município em Destaque, expressão das realidades locais e instrumento do direito à palavra das pessoas comuns e dos protagonistas que fazem a história das comunidades, faz-se hoje à rua com a vontade inabalável de servir as comunidades de cada concelho, de cada ilha, de cada cantinho de Cabo Verde.

Contai com isso de nós!

TEM A PALAVRA

calidades que têm um potencial grande em termos de turismo. Já estamos a trabalhar conjuntamente com o Governo para desencravar algumas dessas localidades.

Um outra obra é a qualificação da nossa Cidade das Pombas, melhorando as suas condições urbanas e estéticas para que o nosso território se torne mais atractivo para receber investimentos turísticos.

Mas, o desenvolvimento do Município do Paul e também de Santo Antão, passa pela construção de duas infraestruturas, em relação às quais temos estado a referir de forma insistente, que é a construção do aeroporto da ilha e a segunda fase do porto de Porto Novo. São duas infraestruturas cruciais para o processo de desenvolvimento do nosso município e da ilha de Santo Antão.

O que é que está a ser feito para que a agricul-

tura de subsistência no município se transforme numa efectivo negócio, ou seja, numa produção para o mercado?

Paul é um conselho agrícola de subsistência. Portanto, a agricultura é um pilar da nossa economia local e temos de trabalhar no sentido de alavancar o seu enorme potencial para que possa

Neste momento, estamos a trabalhar com o Ministério da Agricultura e Ambiente e com o Governo no seu todo, visando a instalação de uma delegação desse ministério aqui no nosso município. Como se sabe, se a memória não me falha, em 2019, foi assinado um protocolo de delegação

da população e prestem o melhor apoio técnico aos agricultores.

Quais são as apostas da Câmara Municipal para o empreendedorismo jovem?

O município do Paul está no centro da ilha mas, apesar dessa localização estratégica, denota-se que os agentes económicos lo-

da neste primeiro ano de mandato. Esse gabinete irá prestar todo o apoio aos jovens, principalmente desde a identificação das suas ideias. Paralelamente, iremos trabalhar com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, transformando o ex-liceu, na zona de Eito, num polo de formação profissional.

“ O desenvolvimento do Município do Paul e também de Santo Antão, passa pela construção de duas infraestruturas, em relação às quais temos estado a referir de forma insistente, que é a construção do aeroporto da ilha e a segunda fase do porto de Porto Novo. ”

contribuir para a geração de riqueza, criação de emprego e, sobretudo, para a fixação da população. Isto só acontece se a agricultura for explorada com recurso a novas tecnologias. Temos de fazer esse trabalho juntamente com os agricultores.

de competências entre o Ministério da Agricultura e Ambiente e a Câmara Municipal, mas temos que avançar para a instalação da supracitada delegação, por forma a que os serviços desse ministério estejam mais próximos

cais pouco se têm aproveitado dessa localização que poderia contribuir muito para o desenvolvimento do concelho.

Em termos de empreendedorismo, iremos avançar com a criação de um gabinete de apoio ain-

Com a criação deste gabinete incubador de negócios, estaremos a dar um passo grande rumo ao empoderamento dos jovens, mas também do sector privado, contribuindo para a fixação da população e a criação de empregos.

PUB





**Restaurante Residencial
NOVA CIDADE**

Servimos todos os pratos para serem sempre delícias para o seu paladar!

Recomendações dos que nos visitaram:

- Arroz de marisco
- Polvo Grelhado
- Massa de mariscos

www.bancobai.cv



50 anos. Um país. Um campeão.

Independência é conquista.
Conquistas ganham-se
no **BAI Cabo Verde**.

Fique atento à surpresa
que temos para si.



CONFIANÇA NO FUTURO




ECONOMIA LOCAL & EMPREENDEDORISMO

Empreendedoras transformam ideias em negócios com identidade local

Texto: Geremias S. Furtado

No coração do vale verdejante do Paul, duas mulheres estão a transformar ideias em negócios com identidade local. Lucilena Rodrigues, de 35 anos, criou a *Lenny Ice Boom*, uma microempresa de gelados artesanais que já conquistou paladares dentro e fora do concelho. Etelvina da Cruz, de 42 anos, apostou no turismo rural com o projecto *Mão Verde*, recebendo turistas franceses em experiências de acampamento ao ar livre.

Lucilena, natural do Paul, recorda que a vontade de empreender surgiu da ausência de opções no ramo dos gelados na região. “Queria trazer algo novo e inovador para o Paul, algo que pudesse alegrar as pessoas e proporcionar momentos especiais”, explica. A paixão por sabores e combinações autênticas levou à criação de produtos como o gelado de batata-doce ou de grogue velho com uvas passas, com ingredientes locais e sazonais.

Apesar das dificuldades iniciais, como a logística das embalagens vindas da ilha de Santiago ou a necessidade de conquistar a confiança dos clientes, Lucilena destaca que a persistência e a qualidade falaram mais alto. “Todos os nossos gelados são produzidos artesanalmente, utilizando basicamente ingredientes naturais. Até temos gelados sem lactose! Acreditamos que isso faz toda a diferença no sabor e na qualidade”, informou.



Etelvina da Cruz

Aceitação positiva da comunidade

A aceitação da comunidade local, Segundo diz, tem sido muito positiva. “As pessoas têm apoiado muito a

nossa iniciativa e ficam felizes em ver um negócio local prosperando. Isso motiva-me ainda mais”, afirma a empreendedora, que já começou a expandir a sua marca para a Ribeira Grande e participa

em feiras e eventos dentro e fora do Paul. “Tenho sonhos de expandir para outras ilhas. Quero mostrar o que temos de melhor!”, confidência.

Lucilena diz ainda que vê no interior da ilha um enorme potencial para jovens empreendedores. “Os jovens têm ideias criativas e inovadoras, e se receberem apoio adequado, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento económico do interior”, afirma.

sa. “Eles vieram até onde eu morava, que era numa casa alugada. Gostaram do espaço e assim começámos a trabalhar juntos”.

“O meu negócio é dedicado ao turismo rural. Tenho uma parceria com uma agência em França que envia grupos para experiências de acampamento familiar, mas



Lenny Ice Boom

Mão Verde aposta no turismo rural

Outra empreendedora é Etelvina da Cruz que constrói a sua própria história de sucesso com o projecto *Mão Verde*, um negócio focado no turismo rural. A actividade surgiu através de uma parceria com uma agência france-



Lucilena Rodrigues

ECONOMIA LOCAL & EMPREENDEDORISMO



Mão Verde

no meio rural e ao ar livre. Comecei com esta actividade por volta de 2013/2014. A tendência é de crescimento”, conta a empreendedora.

Inicialmente, Etelvina operava num espaço alugado, onde permaneceu durante 10 anos. “Na altura em que comecei, estava desempregada. Já tinha formação na área da cozinha, além de mais duas formações ligadas a essa área, recorda.

Novos passos

Desde o ano passado, decidi dar um novo passo e passou a acolher os turistas na sua própria casa, localizada entre a Vila do Paul e o fim da estrada, numa zona produtiva, segura e estrategicamente bem situada. Os visitantes ficam hospedados no terraço da casa, transformado num espaço de acampamento ao ar livre, com colchões individuais e todo o equipamento fornecido pela agência francesa.

“O acampamento ao ar livre é feito com colchões individuais,

mas é a própria agência que fornece todo o equipamento já preparado. O preço definido pela agência é de 2.600 escudos por pessoa, incluindo alojamento, jantar e pequeno-almoço”, explica.

Etelvina acredita no potencial do seu negócio. “É uma zona com bastante produtividade e todas as pessoas que visitam gostam. Eu considero que é uma aposta viável para investir (...). Tenho um projeto que inclui não só o acampamento, mas também receber turistas em quartos. No entanto, ainda está em processo. Por enquanto, continuo apenas com a parte de turismo rural”.

Esta empreendedora vê no turismo rural uma oportunidade de desenvolvimento para o interior da ilha e aposta na hospitalidade como diferencial. Com a marca *Mão Verde*, Itelvina da Cruz quer continuar a oferecer experiências autênticas e sustentáveis aos visitantes que escolhem o Paul como destino.



Mão Verde

PUB




VAMOS CONSTRUIR O FUTURO !

Mota Construções é uma empresa de construção civil que projeta, gerencia e executa com eficiência de planeamento e controle, que permite domínio pleno do projeto de obras públicas e privadas.

O nosso ramo de atividade é a construção civil, com uma oferta de produtos e serviços ligados a obras de engenharia civil.

MISSÃO

Corresponder às exigências do mercado e dos seus clientes, através de um modelo de negócio sustentável, recursos qualificados e motivados, geradores de valor económico, social e ambiental, de modo a proporcionar um retorno atrativo.

VISÃO

Ser uma empresa de facto que se baseia num crescimento sustentável, apoiado por uma equipa humana de alta qualidade e numa prestação de alta diversificação e inovação em todas as suas projectos.



PRÉ-FABRICADOS



VALORES

Prestação de serviços de qualidade; Honestidade e respeito aos clientes, colaboradores, comunidade e meio-ambiente; Atender as normas técnicas existentes e a boa senso na busca de melhor soluções na execução de trabalhos; Respeitar os profissionais e os entidades do classe que os representam, tomando como base os seus princípios fundamentais que regem a Engenharia; Responsabilidade social promover o bem-estar social, o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio-ambiente, além de garantir o cumprimento de direitos trabalhistas e a segurança em suas atividades.

RAMOS DE ATIVIDADE

- Construção civil;
- Aluguer de equipamentos
- Pré-fabricados (blocos, laje, Pave, posto de iluminação em betão);
- Produção de inertes (brita e areia)

CONTATE A NOSSA EQUIPA:
 (+238) 9714244
 (+238) 9958210
 (+238) 3522211

 MOTACONSTRU@HOTMAIL.COM

 PORTO NOVO, SANTO ANTÃO

+MAIS
INFORMAÇÕES

Ministro da Família realiza visita de cortesia à Câmara Municipal

Texto: Ilda Fortes

O presidente da Câmara Municipal do Paul, Adilson Fernandes, recebeu, no dia 02 de junho, uma visita de cortesia do ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire.

O presidente da Câmara Municipal do Paul, Adilson Fernandes, recebeu, no dia 02 de junho, uma visita de cortesia do ministro da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, Fernando Elísio Freire.

Durante o encontro, o autarca partilhou alguns dos principais desafios do concelho, com destaque para a reabilitação habitacional.

O ministro reafirmou o compromisso do Governo em aprofundar a articulação e a cooperação com o poder local, para dar respostas mais eficazes às necessidades das famílias, nomeadamente no domínio da habitação condigna, assegurando que ninguém seja deixado para trás no processo de desenvolvimento do concelho.

Paul acolhe Fórum sobre Sustentabilidade

O Auditório do Liceu Januário Leite acolheu, no dia 5 de junho, o Fórum Sustentabilidade: Rumo a um Futuro Saudável. O evento, que reuniu vários especialistas, teve como objetivo promover um diálogo sobre temas como o ambiente, o turismo, o desporto e a cultura, com vista aos desafios ambientais e sociais da região.

O fórum contou com as presenças do presidente da Associação dos Municípios de Santo Antão, Armindo Luz, e do ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva. Durante a sessão de abertura, o presidente da Câmara Municipal do Paul, Adilson Fernandes, reforçou o compromisso do município com iniciativas que promovem o equilíbrio entre progresso e preservação.

A atividade foi promovida pela Associação dos Municípios de Santo Antão, e resultou de uma parceria entre diversas entidades, incluindo as câmaras municipais do Paul, Ribeira Grande e Porto Novo, o Ministério da Agricultura e Ambiente, o Instituto do Turismo, o Instituto da Juventude e do Desporto, a ALOU, a União Europeia e o Projeto Terras Vivas.

Delegação da UNICEF visita Paul

No passado dia 06 de junho, a Câmara Municipal do Paul recebeu a visita de uma delegação da UNICEF, composta pelo Representante Residente em Cabo Verde, David Matern, e pela Diretora Executiva do Comité Nacional da UNICEF em Portugal, Beatriz Imperatori. No final



Encontro Ministro da Família, Fonte Facebook do Ministério da Família

do encontro com a autarquia, seguiram-se visitas a alguns estabelecimentos de ensino.

Noite Cabo-verdiana

O Polivalente Bunzin, na cidade das Pombas, acolheu mais uma edição da Noite Cabo-verdiana, no dia 07 de junho. O evento contou com a participação de diversos artistas, entre os quais Arymar, Cremilda Medina, Diva Barros, Bau, Djoys, Djony do Cavaco, Nádía Duarte e Flor Veiga.

Breves

O município do Paul acolheu, na primeira semana de

Junho, uma série de competições desportivas nas modalidades de ciclismo, atletismo e futsal, enquadradas nas Festas do Município e de Santo António das Pombas.

O desfile das Marchas de Santo António das Pombas decorreu esta segunda-feira, 9 de junho, na cidade das Pombas. O evento reuniu pessoas de todas as idades, numa grande manifestação de fé e tradição.

No dia 10 de junho, a Casa da Cultura acolheu o acto de lançamento do livro, "Reconstruindo Percurso", da autoria de Lino Magno. A obra tem a chancela da Santiago Editora.

A Câmara Municipal do Paul realizou, no dia 10 de junho, uma sessão de apresentação de alguns projetos municipais. No evento, que decorreu no Auditório da Escola Secundária Januário Leite, foram destacados os projetos de Requalificação Urbana da Cidade das Pombas e de Coqueiral, o Arranjo e Reforma da Plataforma do Cineteatro e do Pavilhão, o Acesso e Plataforma da Estátua de Santo António das Pombas e a via alternativa Cidade-Vicente.

O Centro Paroquial do Paul acolheu, no dia 11 de junho, a apresentação do Banco Jovens e Mulheres e as oportunidades de financiamento da linha Stimula Empreenda+, da Pró Empresa.

O que vai acontecer

Nesta quinta-feira, 12 de junho, a cidade do Paul acolhe o tradicional Baile de Conjunto, integrado nas Festas do Município e de Santo António das Pombas 2025. O evento vai contar com a participação de diversos artistas locais e nacionais.



Fórum Sustentabilidade, Fonte Associação dos Municípios de Santo Antão



Encontro UNICEF

Encantos, mistérios e tradições de um vale verdejante

Texto: José Mário Correia

Quem conhece o Paul, sabe que este encantador município da costa nordeste de Santo Antão é envolto em mistérios e encantos, enriquecido por paisagens exuberantes e uma cultura vibrante. É aqui que se encontra o vale mais verde de Cabo Verde. A combinação de montanhas imponentes, nascentes de água doce e um clima húmido cria um ambiente ideal para a agricultura - um contraste impressionante com o resto do arquipélago, predominantemente árido.

Cidade das Pombas

A sede do concelho, hoje elevada a cidade, é conhecida como Cidade das Pombas — nome que remonta aos tempos em que bandos de pombos habitavam a zona. Em muitos recantos ainda se preserva a arquitetura colonial, visível em varandas de madeira e telhados de telha, marcas de um passado português longínquo. A estrada que liga esta cidade à Ribeira Grande - via Cordova - serpenteia pela encosta, revelando a cada curva, a cada palmo de terra, panoramas marítimos de tirar o fôlego. Um trajeto desafiante e encantador para visitantes e locais.



O vento salgado carrega histórias de bruxas e encantos, enquanto as montanhas vigiam em silêncio

“Não acredito em bruxas, mas que as há...”

O imaginário rural paulense é profundamente povoado por estórias de bruxarias, feitiçarias e seres misteriosos. São narrativas transmitidas oralmente, herdeiras de tradições africanas e adaptadas ao contexto religioso e insular cabo-verdiano. Muitas pessoas ainda acreditam haver gente com poderes sobrenaturais, capazes de proteger ou prejudicar outrem.

Figuras como “curandeiros”, “senhoras dos remédios” e “benzedoras” utilizam chás medicinais, rezas e defumações para curar o corpo e a alma - uma alternativa popular aos hospitais tradicionais. Há também relatos de almas penadas (os tais espíritos que vagueiam, depois de não terem tido um enterro digno), vozes misteriosas na Boca de Figueiral (na forma de barulhos ou vultos misteriosos vislumbrados na

penumbra ou quando caminhamos entre montanhas pela noite dentro), galinhas pretas que falam crioulo antigo em Chã de João Vaz, e cabras que aparecem e desaparecem sem explicação.

Sabores do Paul

A gastronomia do Paul é um reflexo da sua identidade única. Há vários pratos típicos do concelho, muitos dos quais um *mix* entre sabores africanos e portugueses. Destaque para um, confeccionado com toque bem paulense. Dir-se-ia que de uma forma diferente do conjunto dos 22 concelhos de Cabo Verde. Trata-se da “Cachupa” que, no Paul é confeccionada, não com o milho seco e “cotchido”, mas sim, com o milho ainda verde. É aquilo a que em Santiago, por exemplo, é chamado de “Catchupinha”, numa mistura culinária onde também entram

vegetais do vale. Depois de almoçado ou jantado, regressa ao lume pela manhã, mas agora para ser guisado e recomido com ovo e peixe frito. Muito bom. Poder-se-ia falar ainda no “Guizod de Cabrito”, mas também no “Xerém”, uma espécie de papa de milho, onde entram inhame e mandioca.

E não faltam - claro está - o caldo de cana, o grogue artesanal e caseiro, este último produzido com base em receitas ancestrais.

Grogue e Agricultura

Quando se fala em “Grogue de Santo Antão”, não se poderá ignorar a investida das gentes do Paul na produção destacada deste bem tradicional muito cobiçado pelos turistas estrangeiros que vagueiam pelo município, mas também pela grande diáspora cabo-verdiana que, neste produto ardente, tem

uma encomenda de eleição. Não há mala ou maleta que se deixe fechar, sem que lá dentro se lhe confie uma garrafinha, rumo às outras ilhas, aos EUA, a França e Portugal. Mas, também, não podemos ignorar que Paul é o concelho-celeiro de São Vicente, ilha a quem dá de comer - bananas, mangas, inhame, mandioca, café e outros produtos que saem das entranhas das suas terras.

Trekking e Ecoturismo

Caminhada ou trilha, a diferença é que Trekking é mais competitivo, mais longo. Justamente por isso, em alguns países como o Brasil, os trakkers são forçados a dormir fora de casa, em abrigos ou tendas, como se fossem uma espécie de peregrinos. Trekking outra coisa não é, senão, um passeio pela natureza, durante mais do que um dia seguido.

Esta prática enraizada em muitos países desde meados da década de 1980, começa agora a fazer-se hábito no Paul, num acto protagonizado por nacionais e estrangeiros desejosos de desfrutar de paisagens inéditas, os tais lugares onde poucos chegam. Do ponto de vista simbólico, os praticantes paulenses procuram agora superioridade, força, autoconfiança e autoconhecimento com esta actividade desportiva. E isso é proporcionado pelo duro trajeto Paul-Cova (cratera do vulcão) e vice-versa. São 1.200 metros de caminho íngreme em ziguezague, vencidos entre duas a três horas. Qualquer descuido na descida, é “queda de boca no grotchi”. Ainda assim, aguardam-nos vistas espectaculares, experiências imperdíveis, numa trilha já considerada das mais admiráveis da África Ocidental.

PESSOAS & CAUSAS

almonte, Lda
Sociedade Comercial

Dedicamos a:
Venda a Grosso e a Retalho de mercadorias e
Venda de apartamentos

DELEGAÇÃO - RIBEIRA GRANDE
Telefone: 221 28 59
Email: valmontepn@cvtelcom.cv

SEDE - PORTO NOVO
Telefone: 222 22 14
Email: valmontepn@cvtelcom.cv

Guilherme & Silva, Lda
Comércio Geral

Onde a sua
economia
é a nossa
alegria!

9960290 | Porto Novo | guilhermepaulo73@hotmail.com



Januário Leite

Texto: Ilda Fortes
Fonte: www.caboverdeamusica.online

António Januário Leite é uma das figuras literárias mais conhecidas do Paul, devido à sua veia poética. Nasceu no dia 10 de junho de 1867 no Vale do Paul e teve uma infância difícil, tendo frequentado apenas a instrução primária. No entanto, aprendeu a técnica dos versos e os seus aspetos formais e tornou-se num poeta reconhecido até hoje.

Considerado por muitos como um homem simples e humanista, foi ourives e professor durante cerca de dois anos em Ribeira de Baboso, no concelho de Porto Novo. Trabalhou como faroleiro, no Farol da Amélia, na baía de São Pedro, na ilha de São Vicente. Na cidade do Porto Grande terá convivido com outros nomes importantes da literatura cabo-verdiana.

Enquanto cidadão activo e consciente, a sua obra literária inclui

poemas sobre temas diversos, relacionados com a injustiça, mas também com a sua terra natal. A sua produção literária, grande parte inédita aquando da sua morte, encontrava-se dispersa em alguns periódicos. Algumas foram publicadas postumamente, nomeadamente Poesias (1952 e 2006), Versos da Juventude (1987); António Januário Leite: o poeta além Vale (2005).

Faleceu a 11 de junho de 1930, aos 63 anos, mas o seu legado permanece. A Escola Secundária do Paul foi batizada com o seu nome e, em 2020, foi anunciada a instituição do Prémio Literário Januário Leite, com o propósito de galardoar obras literárias em verso originais de estudantes que frequentam ou frequentaram o estabelecimento de ensino.



Travadinha

António Vicente Lopes (Travadinha) nasceu em Janela, concelho do Paul, em 1937, e é considerado um dos maiores músicos autodidactas e violinistas de Cabo Verde. Foi compositor e instrumentista. Além de violino, tocava violão de dez cordas e cavaquinho, interpretando, sobretudo, géneros musicais cabo-verdianos, como mornas, coladeiras e mazurcas.

Aprendeu a tocar violino por influência do pai e, desde muito jovem, acompanhava os músicos em festas e bailes locais. As suas interpretações e improvisações eram consideradas como tendo um estilo único.

Viajou para São Vicente, onde trabalhou como pedreiro e como contínuo

na Empresa Pública de Abastecimento (EMPA). No Mindelo, começou a tocar nos circuitos musicais, o que o levou a actuar algumas vezes em Portugal, onde a sua mestria com o violino foi destacada nos jornais nacionais.

Em 1982, a sua atuação no Hot Club, uma tradicional casa de jazz em Lisboa, foi gravada e editada em cassette e depois em CD. Chegou a integrar o grupo Nova Aurora e foi um dos membros do Grupo Cultural Mantenha, com quem gravou o LP Mantenha em 1985. Em 1986, lançou o LP Feiticeira de Cor Morena, que teve uma excelente aceitação. Faleceu no auge da popularidade, em 1987, aos 49 anos, vítima de doença prolongada.

DESPORTO & JUVENTUDE

Estádio João Serra Ponta do Sol



Futebol no Paul

Aqui vive um campeão - O Paulense DC

Texto: Paulo Galvão
Estagiário

Paul é uma referência nacional não só pelas suas festas de romaria, o grogue, a boa comida e suas lindas paisagens de cortar respiração. É também destaque no desporto, sendo que a sua referência maior é o Paulense Desportivo Clube que este ano conseguiu atingir mais uma proeza, conquistando, pela segunda vez na sua história, um lugar nas meias-finais do Campeonato Nacional de futebol, a maior competição da modalidade em Cabo Verde. O clube, que é o mais titulado do município, também aposta no andebol e no voleibol.

O Paulense Desportivo Clube é o actual campeão da Região Desportiva de Santo Antão Norte, façanha alcançada apenas nos últimos jogos da temporada 2024-2025. No ano em que celebra o seu 44.º aniversário, o clube volta a disputar, por mérito próprio, o Campeonato Nacional de Cabo Verde. Após o empate (2-2) no jogo da primeira mão das meias-finais, disputado em casa no último fim de semana contra o Boavista da Praia, os santantonenses prepararam-se agora para o jogo da segunda mão. A vantagem recaí sobre os anfitriões axadrezados, que atuarão no seu próprio reduto.

Importa salientar que as duas equipas já se haviam defrontado nas fases preliminares, com vantagem para o Paulense (0-1).

Esta é a segunda vez que o Paulense alcança as meias-finais de um campeonato nacional na sua história, sendo a primeira há uma década. Para os que não se recordam, a estreia do clube em competições nacionais remonta a 2003. Desde então, participou em sete edições: 2004, 2005, 2012, 2014, 2015, 2017 e agora em 2025.

O Paulense Desportivo Clube é uma agremiação multidesportiva da Vila das Pombas, fundada em novembro de 1981. Actualmente, inclui outras modalidades, como basquetebol, voleibol e atletismo.

Conquistou o seu primeiro título regional em 2003 e o mais recente em 2025. A nível regional, é o clube mais titu-

lado, com sete campeonatos, além de cinco taças regionais em torneios avulsos, quatro supertaças e cinco títulos de torneios de abertura.

Escolas de formação em futebol

A Escola de Iniciação ao Futebol do Paul (EIFD-Paul) é presidida por Neusa Silva, que se mostra empenhada em revelar talentos que não só brilhem nos campos, mas que também se tornem cidadãos íntegros no futuro. Um dos principais objetivos da EIFD-Paul é formar o ser humano para a vida, promovendo o desenvolvimento intelectual e emocional, conforme afirma a presidente.

A EIFD-Paul tem desempenhado um papel fundamental na formação de jogadores, alguns dos quais integram atualmente a equipa do Paulense nas meias-finais. Segundo Neusa Silva, esse feito é motivo de orgu-

lo e reforça o compromisso com a formação de jovens e com o apoio necessário para que atinjam o seu máximo potencial no futebol.

Acima de tudo, busca-se formar grandes atletas, aliando rendimento desportivo ao sucesso académico.

Evolução do futebol ao longo dos tempos

Em comparação com gerações anteriores, Neusa Silva observa que, há 20 anos, os jogadores eram mais autodidatas e aprendiam por conta própria, o que, segundo ela, pode ser uma desvantagem relativa face à geração actual. Hoje, os jovens são desde cedo incentivados a desenvolver-se técnica e taticamente, o que lhes proporciona uma base mais sólida e os coloca num patamar mais elevado. É isso que ela deseja continuar a fazer.

O concelho do Paul conta agora com várias escolas de

futebol, andebol e voleibol — infraestruturas que não existiam há algumas décadas. Esse desenvolvimento, segundo Neusa Silva, justifica o progresso notório dos jovens atletas da atualidade.

Também os campos registaram melhorias significativas: foram instalados relvados sintéticos e criadas condições para maior conforto do público. Há uma clara evolução na qualidade das equipas, com melhores equipamentos, acesso a

máquinas de treino e medicamentos adequados para o tratamento de lesões.

Jogadores que marcam gerações:

Nelson D'Gusta

Natural do Paul, este ponta de lança é um exemplo inspirador. Além do Paulense, já representou diversos clubes de Santo Antão e São Vicente. Mas guarda a memória particular de ter representado as equipas de Santo Crucifixo, Rosariense e Foguetões.

A sua trajetória é um testemunho do talento local, com origem no Paul e projecção nacional.

Anilton Gomes

Antigo jogador do Paulense, dedica-se actualmente a apoiar os jovens, promovendo a educação e a inclusão social. Acredita na importância do contacto próximo entre os jovens e a comunidade, como caminho para uma vida digna. Participa, ainda, em projectos sociais que utilizam o futebol como ferramenta de transformação.

Oceano

Conhecido como um verdadeiro “coleccionador de títulos”, Oceano celebra mais uma conquista regional em 2024-2025. Ao longo da sua carreira, soma 14 títulos regionais: oito pela Académica do Porto Novo, dois pelo Paulense, dois pelo Santo Crucifixo, um pelo Rosariense e um pelo Derby FC, este último nos primórdios da sua carreira em São Vicente.



Programa cultural inovador e identidade reforçada

Texto: Adelise Furtado
Estagiária

A celebração de Santo António, é marcada por uma programação que alia tradição e inovação, com forte aposta cultural e estrutural. O presidente da Câmara, Adilson Fernandes, já havia classificado as festas de Santo António das Pombas como um “produto turístico sustentável e de referência nacional”, acrescentando que a programação foi desenhada para “envolver a população local e acolher visitantes”. E o vereador da Cultura, Silvino Sousa, levanta o véu da programação deste ano.

O vereador da Cultura, Silvino Sousa, destacou que, depois da “Noite Cabo-verdiana” realizada no início de Junho, decorrerá hoje, quinta-feira, no Polivalente, o habitual “Baile de Conjunto”, com bandas da terra e de fora. “Somos uma equipa nova e quisemos implementar ideias diferentes em Santo António das Pombas”, sublinhou, anunciando a estreia de um novo layout para o palco e “surpresas” na tradicional corrida de cavalos em Baía Verde.

Para garantir um ambiente inclusivo, a autarquia lançou, segundo o vereador da Cultura, a iniciativa “Lembra Tempu”, destinada à população sénior. De referir que arrancou no dia 5 de Junho, no Valeiro, uma feira de três dias que reuniu produtos locais, nomeadamente grogue, café e mel, bem como artesanato, com a presença de expositores do Paul e de outras ilhas e concelhos.

A oferta cultural do Paul reforça o lado festivo com o património musical local. Ritmos como morna, coladeira, mazurca e contradanças, mas sobretudo o colá, dança de romaria com tambores e apitos, típica de Santo António das Pombas, continuam a marcar presença e a alimentar a identidade colectiva do concelho.

Aposta numa cultura viva

Com cerca de 7.000 habitantes distribuídos por Pombas, Eito, Janela e outras localidades, o Paul combina o património et-



Santo António das Pombas



Santo António das Pombas

nográfico, paisagístico e artístico, evidenciado sobretudo pelas festas de Junho, e aposta numa cultura que é viva, partilhada e promotora de desenvolvimento económico e social.

Hoje, sábado, 12 de Junho, o destaque vai para o “Baile de Conjunto”, à noite, o “Lembra Tempu” para os seniores desde as 07:00. O programa inclui ainda atuações de Ferro Gaita, Buguin Martins, Jennifer Dias, Cremilda Medina e Cordas do Sol, equilibrando tradição e modernidade.

Com esta estratégia cultural, o Paul projeta-se como um exemplo de concelho que alia festa, memória e futuro: criar identidade, fortalecer a economia local e capacitar gerações, transformando-se

num ativo cultural e turístico da ilha de Santo Antão e de Cabo Verde.

Cordas do Sol: um activo cultural do Paul

O grupo Cordas do Sol, nascido no Paul, regressa ao palco depois de celebrar 25 anos de carreira com uma tournée europeia, passando por Luxemburgo, Itália, Suíça, Países Baixos, e encerrando em Paris no dia 10 de Maio.

Arlindo Évora, membro fundador do grupo, afirma que “através da música, que é uma linguagem universal, conseguimos unir... Paul é uma terra de saudades”. Arlindo reforça, ainda, que Cordas do Sol é “um património que o Paul tem”,

referindo-se ao seu papel estratégico no desenvolvimento cultural local. Santo Antão é reconhecida pela



Silvino Sousa

sua riqueza musical - das batidas da mazurca e contradança, com influências prováveis de marinheiros franceses, à diversidade das suas tradições agrícolas. Nesse contexto, Cordas do Sol tornou-se não apenas uma referência musical, mas uma verdadeira alma viva do Paul e um dos maiores patrimónios culturais de Cabo Verde.

O grupo nasceu no seio das noites de serenata, numa época em que a electricidade ainda não era perma-

nente na ilha das Pombas. Nessa altura, como recorda Arlindo Évora, “a criatividade evoluía ao ritmo da escuridão e do silêncio”. Com o passar do tempo, o grupo rompeu fronteiras, levando a sonoridade tradicional de Santo Antão a palcos internacionais.

“Através da música, conseguimos unir povos e culturas. Mostramos que existe diversidade cultural e linguística. Levamos os sentimentos e vivências locais a outras comunidades e ilhas com realidades semelhantes. É uma sinergia. O Paul é uma terra de saudades. Todos os paulenses acabam por regressar e, quando o fazem, contribuem para o desenvolvimento da terra. Promovem o próprio Paul”, destacou o músico.

Para Arlindo Évora, Cordas do Sol é um verdadeiro activo cultural: “É por isso que, logo no primeiro encontro com a Câmara Municipal, nos mencionaram. Sabem que podemos contribuir para o desenvolvimento e a projecção do Paul. Somos um património vivo.”



Cordas do Sol



Santo António

Paul: um concelho com história e um santo que arrasta multidões

A ilha de Santo Antão, segundo a historiografia oficial, teria sido descoberta dois anos após a chegada dos portugueses a Cabo Verde, no ano de 1460, em pleno século XV, pelo navegador Diogo Afonso que aportou àquela que se viria a denominar ilha das montanhas, corria o dia 17 de Janeiro de 1462. Aqui se fala de um concelho com história – o Paul – que procura um novo rumo, entre as tradições e a modernidade, mesmo no centro da ilha das montanhas. Mas também das festividades de um santo que arrasta multidões e de uma data – 13 de Junho – que é Dia do Município.

Texto: António Alte Pinho

O povoamento das ilhas, ocorrido logo após a chegada dos portugueses, começou por Santiago e pelo Fogo. Só cerca de um século depois, Santo Antão viria a ser povoada, ao que se julga no ano de 1548. Os recursos naturais, bem como as condições geográficas e climáticas estiveram na origem do povoamento, principalmente nessa metade da ilha verdejante, onde se situam os actuais municípios do Paul e de Ribeira Grande.

A escassez de recursos naturais, mormente de água, obstou a que o povoamento se iniciasse na outra metade da ilha, onde se situa actualmente o município de Porto Novo, embora mais tarde, por razão da infra-estruturação portuária e pelas actividades mercantis ligadas ao porto de mar, Porto Novo tenha adquirido as características de uma urbe em franco crescimento.

Na linha do sistema de organização político-administrativa das outras ilhas, Santo Antão foi, nos primeiros séculos, uma Capitania Donatária, sob a liderança de um “capitão-donatário”, a quem o rei doou a ilha, que assumiu as tarefas de povoamento, seu desenvolvimento económico, paralelamente com amplos poderes nos domínios da arrecadação de impostos e administração da justiça.

Concelho posto, concelho morto...

Na sequência do fluo-rescente aumento populacional da ilha e da sua



Santo António

ascendente importância económica, em 1732 foi estabelecido o Concelho de Santo Antão, com a inerente máquina pública e de administração judiciária. Porém, um século após, corria o ano de 1867, a ilha passou a contar com dois concelhos, tendo surgido o de Paul, sediado em Vila das Pombas – um nome adquirido pela expressiva quantidade destas aves que sobrevoavam a urbe e ali fizeram sua casa.

A elevação de Paul a essa

dignidade foi sol de pouca dura, já que em 1892 o concelho foi extinto, voltando-se à anterior organização administrativa de um único município de Santo Antão. As razões alegadas para esse regresso ao passado residiram na proximidade geográfica entre as vilas de Ribeira Grande e das Pombas.

O regresso a concelho

Sediado no Porto dos Carvoeiros, em 1912, foi cria-

do um novo concelho que, inicialmente assumiu essa designação. Considerado o principal porto de comercialização de escravos da ilha e seu ponto de entrada e saída, Porto de Cavaleiros, com um cais acostável e povoado em crescimento, veio a dar origem à actual cidade de Porto Novo.

Porém, em 1917, Paul retomou a sua elevação a concelho, abrangendo a Freguesia de São João Baptista, fixando sede em Ribeira das Patas, na parte sul da ilha. E, em 1928, novo arranjo administrativo cria a Freguesia de Santo André, com sede em Ribeira da Cruz. Mas, actualmente, o concelho do Paul conta apenas com uma freguesia: Santo António das Pombas.

Um Santo que arrasta multidões

A área geográfica de Santo António das Pombas coincide com a paróquia do

mesmo nome, cujo feriado religioso é celebrado a 13 de Junho, a data que assinala o dia do padroeiro: Santo António. Mas é, também, Dia do Município.

As festividades arrastam multidões ao concelho do Paul, seja de outros municípios, de outras ilhas de Cabo Verde ou da diáspora, para participação na romaria e na missa ou nas actividades mais profanas, como sejam os espectáculos musicais, a venda produtos em feira ou a habitual e já tradicional Corrida de Cavalos.

Mas a oferta cultural é muito diversificada, ressaltando-se a Noite Cabo-verdiana, os bailes populares e a, agora renovada, Feira de Produtos Agroindustriais e de Serviços.

Cada vez mais, as festividades religiosas ou profanas são importante produto turístico, levando ao Paul visitantes e animando a economia local.

Neste ano, a aposta vai para o resgate de tradições culturais que enformam a identidade colectiva do município e pretendem devolver às festividades novo brilho e a grandiosidade de outrora.

O caminho faz-se caminhando e, hoje, parece evidente que a aposta vai directa para a construção de uma nova estratégia turística, que coloque o Paul nos roteiros turísticos nacionais e internacionais. Tido como casamenteiro, Santo António pode vir a ser uma espécie de agente turístico e as festividades uma alternativa aos roteiros oficiais, normalmente sem alma.



Paul

Desafios e oportunidades para o ecoturismo

Texto: Cláudia da Cruz
Estagiária

Conhecido por suas paisagens deslumbrantes, o município do Paul destaca-se como um destino emergente para o ecoturismo, incluindo trilhos como o da Cratera da Cova até Ribeira do Paúl. Essas trilhas têm conquistado cada vez mais espaço no cenário turístico, atraindo visitantes de países como França, Alemanha e Holanda, entre outros, que buscam vistas panorâmicas e contacto directo com a biodiversidade local. No entanto, o sector enfrenta desafios significativos que exigem atenção para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo.



Apesar do crescente interesse turístico pelo município, Cláudia Ramos, sócia-gerente do Hotel Château Georgette, aponta desafios relacionados com as infraestruturas turísticas. A falta de formação profissional para

os jovens, a necessidade de melhorar a sinalização dos trilhos e a promoção insuficiente do destino, são questões que impactam a experiência do visitante e a sustentabilidade do sector. Além disso, os custos elevados dos transportes aéreos, com tarifas que

podem ultrapassar os mil euros, dificultam o acesso durante a chamada “época baixa”, de Maio a Setembro.

Investir em infraestruturas e apostar no desenvolvimento sustentável

Cláudia enfatiza a importância de investimentos em infraestruturas e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da ilha: “Durante a época alta [Novembro a Março e Agosto], o fluxo de turistas é bastante positivo. No nosso hotel, registamos taxas de ocupação superiores a 80 por cento [%], com uma esmagadora maioria de visitantes internacionais.”

A sócia-gerente questiona, contudo, a discrepância nas taxas de ocupação durante os meses de Maio e Junho, que caem drasticamente para cerca de 20%, apesar das festas de romaria, ricas em valor cultural e turístico, que acontecem nesse período. “Estamos convictos de que, com uma estratégia de marketing mais agressiva e uma política de transportes mais acessível, será possível transformar a dinâmica turística do município e da ilha, garantindo um fluxo mais constante ao longo do ano”, sustenta Cláudia Ramos.

Turistas sentem-se bem acolhidos

O turismo na ilha de Santo Antão e, em particular, no Paul, tem-se tornado uma fonte de renda para várias famílias, gerando oportunidades de trabalho. Denis Sousa, 23 anos, um guia local, compartilha que os turistas avaliam como positiva a estada. “Os turistas sentem-se bem acolhidos, notam logo a simpatia das pessoas e o ambiente calmo do vale. Muitos dizem que se sentem em casa, mesmo estando tão longe da terra deles.” Denis destaca ainda a segurança como um dos pontos fortes

da região: “A segurança que os turistas sentem ao andar pelas ruas é um diferencial importante.”

“Fui chamado para acompanhar visitantes, percebi que estava gostando do que fazia e podia transformar isso num trabalho sério. Hoje, é a minha principal fonte de rendimento”, diz ainda Denis Sousa.

Promoção da Cultura e da Gastronomia

Patrícia Sousa, sócia-gerente do Bar Cachoeira afirma que a sua aposta foi muito bem-recebida: “Este foi um empreendimento que valeu muito a pena. Além de contribuir para a economia local, o projecto gerou vários empregos no município.” Patrícia destaca, também, que o turismo tem contribuído para a promoção da Cultura e da Gastronomia: “A gastronomia é uma grande porta de entrada para estas experiências. Quando se sentam à mesa, eles [os turistas] não estão apenas a alimentar-se, mas sim conhecendo a alma do lugar, e isso é o que torna o Paul especial: o sabor, o cheiro e o calor humano. Alguns até voltaram após dois anos.”



Hotel Château Georgette



Denis Sousa



Patrícia Sousa

Bruxas: uma lenda que projectou Janela para o mundo

Texto: Ilda Fortes

As lendas associadas às Bruxas de Janela têm origens históricas profundas e curiosas. Apesar do misticismo, elas sobrepõem-se ao próprio nome da localidade e têm contribuído para a sua projecção para o mundo. As feiticeiras (como também são conhecidas) assumem-se, assim, como um valioso património imaterial local, que deve ser preservado e que pode ser explorado a nível cultural e turístico.



A história do surgimento da lenda das Bruxas de Janela tem várias explicações. Uma das mais conhecidas está relacionada com a chegada de um português, chamado Fernando, na localidade de Ribeira de Janela. Este terá arranjado uma namorada local, o que não foi bem visto pela população. Bartolomeu Ramos da Cruz, um filho de Janela, conta que, segundo os mais velhos, o homem terá contraído uma doença que o levou à morte e as pessoas começaram a comentar que tinha sido obra de uma feiticeira. A história ficou imortalizada na morna Papa Juquim Paris, interpretada por Cesária Évora e tocada muitas vezes pelo conhecido violinista, natural do Paul, Antoninho Travadinha. Na morna, uma moça pede licença ao seu pai para ir chorar o seu amor. "A música projectou o nome da localidade de Janela no mundo", afirma Bartolomeu da Cruz, considerando que o tema "despertou a curiosidade das pessoas para saber onde fica localizada a

zona das feiticeiras de Ribeira de Janela.

Bartolomeu da Cruz recorda que a lenda está também muito ligada a um homem chamado Manuel José Cunha, que era natural de São Nicolau e que adquiriu algumas propriedades na zona de Ribeira de Janela. "Como forma de proteger as suas propriedades agrícolas e de intimidar as pessoas para não roubarem, contam que ele saía à noite com uma pequena luz ou lanterna, fingindo que se tratava de bruxas", descreve.

No entanto, reconhece que a lenda ganhou uma maior expressão quando foi relacionada com o nascimento das crianças. "Devido aos fracos recursos a nível da medicina e às longas distâncias para chegar a um posto de saúde, muitas mulheres acabavam por ter os filhos em casa, com a ajuda de parteiras. Essas, com os poucos meios e conhecimentos, muitas vezes faziam os curativos do umbigo da criança com plantas ou produtos medicinais tradicionais, às vezes com terra

As crianças acabavam por contrair tétano e outras infeções e, ao fim de sete dias, faleciam", enuncia Cruz.

No entanto, surgiu o mito de que as crianças que morriam eram vítimas de actos de bruxaria. Foi neste contexto que surgiu a chamada "guarda-cabeça", realizada sete dias depois do nascimento, onde se efectuam rituais de canto e banhos de erva, como forma de afugentar as bruxas e de proteger as crianças do mau olhado. O tema "Na, o minino na", cantado até hoje nos tradicionais "guarda-cabeça", faz alusão a esse aspecto. Além disso, para proteger as crianças das "oiadas" das bruxas, eram-lhes pendurados ao pescoço ou na cintura objetos que se chamavam "esgarde" ou resguardo.

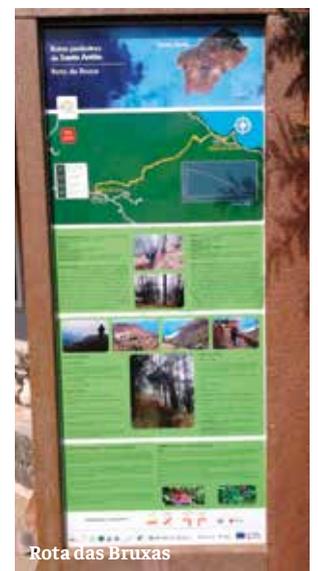
As histórias sobre bruxas contam que essas tinham rabo, conseguiam transformar-se em animais, perseguiram as pessoas nas ruas à noite e usavam vassouras de palha para voar. Além disso, contava-se que havia locais

específicos nos quais as bruxas se reuniam à noite. "Havia todo um historial e lenda à volta disso. Se se visse qualquer luz à noite, dizia-se logo que era uma bruxa que estava a voar", recorda Bartolomeu da Cruz. Além disso, havia pessoas que diziam que conseguiam "amarrar as bruxas". A técnica consistia em oferecer um copo de água a uma bruxa e depois emborcar o copo. "Se a pessoa não sáísse do local, significava que tinha sido amarrada. Aí descobria-se se a pessoa era ou não bruxa", revela.

Para além do tempo

Apesar de hoje poucas pessoas acreditarem nas histórias de bruxas, a lenda permanece viva e quase que se confunde com o nome da localidade. "Quando digo a alguém que sou da terra das bruxas, dizem logo: és de Janela", refere Bartolomeu da Cruz.

Recentemente, a música oficial de um grupo de carnaval local, feita por Walter



Silva, fez alusão ao universo místico associado a estas histórias. Até o andar do grupo foi construído a partir do imaginário de uma bruxa, o que mostra que as histórias ainda continuam vivas na comunidade.

A lenda também é usada como atracção turística. "Nas trilhas percorridas por visitantes, há uma que foi batizada de "Rota das Bruxas", descreve. O caminho tem uma extensão de 9,2 quilómetros, passando pelas localidades de Pico da Cruz, Lombo de Tampa, Fajã de Janela e Ribeira de Janela, e terminando em Ribeira do Penedo. Durante o percurso, os visitantes passam por uma floresta rica pela variedade de espécies endémicas e embelezada com nascentes naturais. "Há pessoas que visitam Janela com essa ideia de explorar a lenda e é algo do qual temos de tirar mais proveito, contando as histórias de bruxas", remata Bartolomeu da Cruz.



Bartolomeu Ramos da Cruz

PUBLICIDADE

APP
ÁGUAS DE PONTA PRETA



@AguasPontaPreta

aguaspontapreta.cv

APP

ÁGUAS DE PONTA PRETA

25

anos
2000~2025

garantia de
serviços básicos!
água
saneamento
energia



Classificados

NOTIFICAÇÃO

DB PROTECT - Segurança Privada Sociedade Unipessoal Lda., (doravante designado de requerente) Alvará nº 07, com sede na Av. Cidade de Lisboa Praia, titular do NIF n.º 267939116, representada neste ato pelo seu sócio-gerente, Sr. Denis Barros, NOTIFICA o senhor. **ANILDO SOARES LOPES**, seu trabalhador na Ilha de São Vicente - Cidade do Mindelo, ausente de serviço desde o dia, 16 de Janeiro 2025, **que tem o prazo de 5 dias úteis**, a contar deste aviso, para comparecer nas instalações da Empresa na Ilha de São Vicente - Cidade do Mindelo, a fim de justificar a sua prolongada ausência, sob pena da sua conduta ser considerada **ABANDONO DE LUGAR** nos termos do artigo 244º do Código Laboral de Cabo-Verde, considerando-se que voluntariamente fez cessar o seu vínculo laboral, desde o dia 16 de Janeiro 2025, ao abrigo do postulado no artigo 245º do Código Laboral de Cabo-Verde.

Mais se informa que a DB PROTECT - Segurança Privada Sociedade Unipessoal Lda não abdica do seu direito de ser indemnizada pelos danos em virtude da falta de aviso prévio.

Cidade do Mindelo, 09 de Junho de 2025

O Gerente
Denis Barros

DB PROTECT
NIF: 267.939.116
Telf: 261.59.59



Ministério
da Saúde

Direção Geral do Planeamento
Orçamento e Gestão

Palácio do Governo
CP nº 47, Várzea, Cidade da Praia
República de Cabo Verde
Telef: (+238) 261 0128

ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexata no jornal a nação, classificados | Edição nº 924 do A Nação | 15 de maio de 2025, referente ao auto de Abandono de lugar do Doutor **Neudis Eládio Vasquez del Llano**, Médico Graduado, pertencente ao quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, afeto ao Hospital Dr. Baptista de Sousa, é anulada a publicação do extrato na íntegra.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 03 de junho de 2025.

Ministério da Saúde
O Diretor Geral
Dir. Geral de Plan.
Orçam. e Gestão
/Albertino Fernandes/



TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE BARLAVENTO

ANÚNCIO JUDICIAL

Autos de Ação Especial (revisão e confirmação de sentença estrangeira), registados sob o nr. 54/2024-2025.

Requerente: ISABEL MARIA DOS REIS, divorciada, natural de Santo Antão, residente em Luxemburgo.

Requerido: **PAULO JORGE AZEVEDO DA SILVA**, natural de Portugal, com última residência conhecida em L-4540 Fousbann, 7 Rue Dicks-Lentz Differdange Luxemburgo.

-0-

FAZ SABER que nos autos acima referidos, é **citado** o Requerido acima identificado para, no prazo de **DEZ DIAS**, e finda a dilação de **TRINTA DIAS**, contados da data da segunda e última publicação do presente anúncio, deduzir oposição ao pedido formulado pela Requerente nos referidos autos, que consiste no seguinte:

Que seja revista e confirmada a sentença proferida pelo Tribunal Distrital de Luxemburgo, em 28 de outubro de 2009, que decretou o divórcio entre a Requerente e o Requerido, com todas as consequências legais, designadamente as de o divórcio produzir todos os seus efeitos

legais em Cabo Verde.

FAZ AINDA SABER que: a falta de oposição não importa a confissão dos factos articulados pela Requerente, que caso deduzir oposição, deverá oferecer logo os meios de prova; que é obrigatória a constituição de advogado; que deverá efetuar, no prazo de cinco dias, a contar da apresentação da oposição, o pagamento do preparo inicial no valor de 13.000\$00 e, não o fazendo dentro desse prazo, será notificado para o fazer acrescido da taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, podendo, solicitar o Duc na Secretaria deste Tribunal, para o pagamento da referida quantia e, se o fizer, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter a este Tribunal documento comprovativo do pagamento efetuado; e ainda que goza da faculdade de requerer à O.A.C.V. o benefício de assistência judiciária.

Mindelo, 22 de maio de 2025
A Juíza Gabriela
/Dir.º Cláudio Costa Neves/
A Escrivã de Diário,
/Adelina Gomes Rufin/

Avenida Alberto Leite, CP nºx003 - telefone e Fax
2314064 -



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA BOA VISTA

Juízo Cível
= ANÚNCIO JUDICIAL =

Autos - **Ação Executiva para Pagamento de Quantia Certa, nº 02/2023-2024.**

Exequente: BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.

Executados: **NUNO GONÇALO MATIAS FIALHO e DURVALINA DORIA SILVA FORTES FIALHO**, casados, o 1º natural de Portugal e a 2º da ilha de São Nicolau, portadores do Passaporte nº G452230, emitido em 07.08.2022 pelo governo Civil de Lisboa e do Bilhete de Identidade nº 191625, emitido em 03.01.2005 pelo ANICC de São Vicente, respetivamente o 1º com NIF nº 121164860 e a 2º com NIF no 119162571.

-0-

FAZ-SE SABER que nos autos e Juízo acima indicados, no dia **13 de junho de 2025, pelas 10:00 horas**, há-se ser posto à venda por meio de propostas por carta fechada, o seguinte bem imóvel, pertencente aos executados, pelo seguinte preço:

Verbas:

Fração 43 (AQ), Apartamento designado por C101 tipo T3, com área de 111 m2, composto por uma sala comum com kitchenette, três quartos de

dormir, dois Wc, duas arrecadações/lavandaria e uma varanda, localizada na zona de Praia Cabral, Freguesia de Santa Isabel, Concelho da Boa Vista, com NIP 9500375200038.

Será aceite a proposta de melhor preço acima do valor de sete milhões, quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e sete escudos e dois centavos (7.539.697,2 ECV), correspondente a 70% do valor base.

FAZ-SE AINDA saber que as propostas devem ser apresentadas na Secretaria Judicial do Tribunal Judicial desta Comarca até o dia e hora acima indicados, que o fiel depositário do bem é o gerente da agência da Caixa Económica de Cabo Verde desta Cidade, responsável para mostra-los a quem pretenda examina-los, podendo fixar as horas em que, durante o dia, facultará a inspeção dos bens.

Sal Rei, 15 de maio de 2025

Dr.º Kirk Foides Neves/
Escritor de Juízo
Ivan Silva

1. NOTICE OF INVITATION TO TENDER N° CVE/390•25 7864

Title: Supply and Installation for SCADA/EMS/DMS Expansion at the National Dispatch Center (CND) – Cabo Verde (goods)

in the framework of Programme CVE/390 receiving financial support from the Government of the Grand Duchy of Luxembourg and the Republic of Cabo Verde

This notice of invitation is launched by and according to the procedures of Lux-Dev, the Luxembourg Development Cooperation Agency, on behalf of programme CVE/390 receiving financial support from the governments of the Grand Duchy of Luxembourg and the Republic of Cabo Verde.

2. Identification and financing of the Programme

- Title: Programme CVE/390 – Energy Transition Support
- Source of financing: The government of the Republic of Cabo Verde and the government of the Grand Duchy of Luxembourg as set out in the programme's bilateral agreement CVE/390 from January 12th 2022
- Status of financing: Under consideration, this tender is launched with a suspensive clause stated in section no. 12 (additional information)

3. Identification of the Contract

- Type of contract: Goods
- Object: **Supply and Installation for SCADA/EMS/DMS Expansion at the National Dispatch Center (CND) – Cabo Verde**
- Number: CVE/390•25 7864
- Number de lots: 1
- Grouping of lots: N/A

4. Eligibility and evaluation criteria

- Origin: No restriction
- Eligibility: Economic operators satisfying the criteria included in the statement of good standing and in the ethics clauses of the general regulations.
- Evaluation: The most economically advantageous tender on the basis of price according to article 19 of the IT, will be granted the contract.
- Variants: No variants will be considered

6. Location and timeframe

- Location of the programme: Cabo Verde - Santiago islands- Praia
- Terms and place of delivery: DDP at Sal Rei, Boa Vista Island
- Performance period of the contract: 10 months
- Validity period of tenders: 120 days from the time limit for receipt of tenders

8. Definitions

- Awarding authority: Lux-Development
- Contracting authority: Lux-Development
- Beneficiary: Ministry of Industry Trade and Energy
- Supervisor: to be appointed at a later stage
- Donor: Grand Duchy of Luxembourg
- Donor's representative: Lux-Development

9. Tender Dossier (TD)

- How to obtain the TD: The TD may be obtained free of charge by email:
Email: nathaly.santos@luxdev.lu
c/c: domingas.cardoso@luxdev.lu

- Consultation of the dossier: The TD may be consulted at the address mentioned above
E: mail: nathaly.santos@luxdev.lu
c/c: domingas.cardoso@luxdev.lu

- Written notifications and communications must be sent to the following e-mail address:
E: mail: nathaly.santos@luxdev.lu
c/c: domingas.cardoso@luxdev.lu
- Deadline for requests for additional information: 14 (fourteen) days before the deadline for submission of tenders

- Deadline for providing explanations to tenderers: 8 (eight) days before the deadline for submission of tenders

8. Language, currency, receipt and opening of tenders

- Language: The language of the procedure is English.
- Currency: EUR
- Tenders may be submitted by electronically (with dossier No CVE/390•25 7864 and the tenderer's identity in the subject line) to the following addresses:

Link : https://luxdev1my.sharepoint.com/:f/g/personal/nathaly_santos_luxdev.lu/eq_Z_Yrt4XROnqULTbtluTsBfotm6c3q4T7bZreMHOCAwg

Once you have submitted your technical and financial offer, you must send an email to the address below to inform us of your submission:

Email: nathaly.santos@luxdev.lu
Cc: domingas.cardoso@luxdev.lu

You will receive an acknowledgement of receipt of your offer following the deposit of the offer.

- Deadline for receipt of tenders: **27.06.2025 at 10H00 (local time)**
- Date and time of the public opening session: Immediately after the deadline for submission

9. Guarantees

- Tender guarantee: N/A
- Performance guarantee: 10% of the value of the contract
- Other guarantees: see TD

10. Payments

All eligible payments which are part of this contract will be processed by Lux-Development on behalf of programme CVE/390.

11. Information meeting and/or site visit

The Bidder is advised to attend the Pre-Bid Meeting which is planned to be held by video conference on TEAMS on **05.06.2025, starting at 10h00** (Cabo Verde's local time).

Participation in the video conference is optional and interested companies must provide us with the email address to send the access link to participate in the Pre-Bid Meeting.

12. Complementary or additional services

This contract does not include any complementary or additional acquisition of goods. In the event where complementary or additional acquisition of goods would be required (initially not included), its value will be limited to a maximum of 50% of the initial value of the contract. When several successive amendments are made, this limit applies to the value of each amendment.

13. Additional information

See TD.

The award of the contract is subject to the fulfilment of the following pre-condition:

- The formalization of the extension of Programme CVE/390 that will guarantee the sufficient financing of the "Supply and installation for SCADA/EMS/DMS Expansion at the National Dispatch Center (CND) – Cabo Verde".
- Non-fulfilment of the above-mentioned pre-condition will lead to a cancellation of this tender procedure and the termination of the award of the contract.



Programme CVE/389
Programme Eau et Assainissement



AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/389•25 7937

Titre : Travaux d'optimisation hydraulique pour Águas de São Nicolau (AdSN) (travaux)

Dans le cadre du Programme CVE/389 financés sur des ressources des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg

Cet avis est lancé par et selon les procédures de LuxDev, l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement, pour le compte du Programme CVE/389 recevant un appui financier des gouvernements du pays partenaire et du Grand-Duché de Luxembourg.

1. Identification et financement du Programme

- Intitulé : CVE/389 – Eau et Assainissement
- Source de financement : Le gouvernement de la République de Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme n° CVE/389 du 12 janvier 2022
- Situation du financement : Approbation en cours, cet appel d'offres est lancé avec une clause suspensive mentionnée dans la section no. 12 (informations complémentaires).

2. Identification du Marché

- Type de marché : Travaux
- Objet : **Travaux d'optimisation hydraulique pour Águas de São Nicolau (AdSN)**
- Numéro : CVE/389•25 7937
- Nombre de lots : 1 (un)
- Groupement de lots : N/A

3. Critères d'éligibilité et d'évaluation

- Origine : Pas de restriction
- Éligibilité : Les opérateurs économiques qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale.
- Évaluation : L'offre économiquement la plus avantageuse sur la base du prix sera déclarée attributaire.
- Variantes : Aucune variante ne sera prise en compte

4. Lieux et délais

- Localisation du Programme : Cabo Verde – île de Santiago - Praia
- Lieu d'exécution du marché : île de São Nicolau
- Délai d'exécution du marché : 09 mois (jusqu'à la réception provisoire)
- Délai de validité des offres : 120 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. Définitions

- Pouvoir adjudicateur : Lux-Development
- Autorité contractante : Águas de São Nicolau (AdSN)
- Bénéficiaire : Águas de São Nicolau (AdSN)
- Maître d'œuvre : sera désigné ultérieurement
- Bailleur de fonds : Grand-Duché de Luxembourg
- Représentant du bailleur de fonds : Lux-Development

6. Dossier d'Appel d'Offres (DAO)

- Conditions d'acquisition : Le DAO peut être acquis gratuitement par mail à l'adresse suivante :
Email : nathaly.santos@luxdev.lu c/c domingas.cardoso@luxdev.lu
- Consultation du dossier : Le DAO peut être consulté par internet, à l'adresse mentionnée ci-dessus
- Notifications et communications écrites, à envoyer par mail à l'adresse suivante :
Email : nathaly.santos@luxdev.lu c/c domingas.cardoso@luxdev.lu
- Date limite pour les demandes d'informations complémentaires : 14 jours avant la date limite de réception des offres

- Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires : huit jours avant la date limite de réception des offres

7. Langue, monnaie, réception et ouverture des offres

- Langue : La langue de la procédure est le français. Toutefois, certains documents techniques et administratifs (CST) des soumissions ainsi que le BPU/QE peuvent être présentés en portugais
- Monnaie : Euro (EUR)
- Adresse pour la réception et l'ouverture : Un original et deux copies et une copie sur clé USB, à envoyer au :
Lux-Development Bureau Cabo Verde
Edifício da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo
C.P. 458
Quebra Canela – Praia

- Date et heure limite pour la réception des **offres 30.06.2025 à 10H00 (heure locale-Cabo Verde)**

- Date et heure pour la séance publique d'ouverture : Immédiatement après la limite de soumission

8. Garanties

- Garantie de soumission : N/A
- Garantie de bonne exécution : 10 % du montant du marché
- Autres : voir DAO

9. Paiements

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du Programme CVE/389.

10. Réunion d'information et/ou Visite des lieux

Il est conseillé aux soumissionnaires d'assister à la réunion d'information facultative préalable à l'appel d'offres qui devrait se tenir le **12.06.2025** à 9h30 (heure locale) sur la plateforme teams.

Une visite facultative des lieux est prévue le **10.06.2025** à 9h00 (heure locale – Cabo Verde).

Le point de rencontre sera dans les installations de Águas de São Nicolau, Ribeira Brava, São Nicolau, île de São Nicolau
Une réunion d'information sera tenue immédiatement après la visite des lieux.

11. Prestations complémentaires ou additionnelles

Le présent marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50 % du montant du marché initial. Lorsque plusieurs modifications successives sont effectuées, cette limite s'applique à la valeur de chaque modification.

12. Renseignements complémentaires

L'attribution du marché est sujette à la réalisation de la condition préalable suivante :

- la formalisation de l'extension du Programme CVE/389 qui garantira le financement suffisant pour la réalisation des « Travaux d'optimisation hydraulique pour Águas de São Nicolau (AdSN) ».
- le non-respect de la condition préalable susmentionnée entraînera l'annulation de la présente procédure d'appel d'offres et de surcroît l'attribution du contrat.



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SANTA CATARINA

JUÍZO CÍVEL

Anúncio nº 646

2ª publicação

O Dr. Leonel Carvalho Pires, Juiz do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina de Santiago.

&

Pelo Cartório do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina, correm termos os **Autos de Inventário Facultativo**, registado sob nº **04/2021**, em que é inventariante **Ana Mafalda dos Santos Borges Gomes**, viúva, residente em Assomada e inventariado **João Gomes**, no qual desempenha função de Cabeça-de-Casal a Sra. **Ana Mafalda dos Santos Borges Gomes**, são **CITADOS os Herdeiro desconhecidos e Interessados Incertos**, para os termos do referido inventário, e que podem, querendo, no **prazo de 20 dias**, que começa a correr depois de finda a dilação de Trinta (30) Dias, contada a partir de segunda e última publicação deste anúncio, deduzirem oposição ao inventário, pelos fundamentos constante da petição inicial, cujo o duplicado encontra-se nesta Secretaria à sua disposição e impugnar a competência de cabeça de casal.

O pedido consiste em “proceder a partilhada herança aberta por morte de **João Gomes**, com advertência de que não é obrigatória a constituição de advogado, salvo no caso de levantamento de

questões de direito e de que, caso deduza oposição, deverá pagar o preparo inicial dentro de 5 dias, sob pena de sanção correspondente ao dobro do seu valor e de cobrança coerciva, aplicada nos termos do art.º 66º do Código das Custas Judiciais.

Ainda com advertência de que pode requerer o benefício da assistência judiciária, apresentando desde logo prova da sua insuficiência económica, à Ordem dos Advogados através dos nos de telefone e fax: da mesma (tel: 2619755/56 e Fax: 2619754), ao abrigo do disposto no art.º 5º e 6º do Decreto regulamentar 10/04, de 21 de novembro ou, se este pedido for rejeitado ou o mesmo disser respeito apenas às custas processuais, em requerimento autónomo dirigido a este Juízo Cível.

Para constar se lavrou este anúncio, que será entregue, para efeito da 1ª e 2ª publicação.

Cartório do Juízo Cível, em Assomada, aos 19 de dezembro de 2024.

Cidade de Assomadu. Av. Da Liberdade, Tel nº 5162307 e fux. 2652382



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



-EXTRATO-

Certifico narrativamente para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 81, de folhas 71 a 72, outorgada no dia 15-05-2025, na qual **Domingos João Medina**, solteiro, maior, natural da Freguesia de Santo Crucifixo, Concelho da Ribeira Grande, residente no Luxemburgo, alega com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor de um prédio de regadio e sequeiro, localizado em Boca de Coruja, inscrito na matriz predial rustica da freguesia de Santo Crucifixo, sob o n.º 12844/0, com uma área de 282 m2, (duzentos e oitenta e dois) confrontando ao Norte com Estrada, Sul com Fio de Lombo, Este com João Manuel Medina e Antónia Maria dos Santos e do Oeste com Marcos Santos, omisso no registo predial. Alega que o prédio acima identificado, veio-lhe a posse por compra feita ao Senhor **Mário Delgado Santos**, através de documento particular em maio de 2009, que, após isso fez a inscrição na matriz camararia em seu nome, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respetivo registo na Conserva-

tória, mas desde logo, entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja. Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 28-05-2025

Conta n.º 933296/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 225 12 90, +(238) 225 14 03 / VOIP (333) 2559, (333) 2583, Email: Conservatoria.CartorioPS@gov.cv



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA

2º Juízo de Família e Menores

ANÚNCIO nº 15/2025

1ª PUBLICAÇÃO

Faz saber que correm seus trâmites, no Juízo supramencionado, os autos de **Ação Declarativa com Processo Ordinário (Impugnação de Perfilhação)**, registados sob o nº **38/2022**, em que o(a) autor(a) **Curadoria de Menores**, move contra o(s) réus **André Mateus Neves Embaló**, nascido a 14 de março de 2017, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, residente em ASA, **Stefany Maira Neves Duarte**, filha de José Manuel Duarte da Rosa e de Adélia Maria Neves Évora, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, residente em Palmarejo Monte Vermelho e **Amadú Embaló**, filho de Umaro Embaló e de Mariama Sanhá, natural da Guiné Bissau, residente em Santana, actualmente em parte incerta.

Fica o réu **CITADO**, para no prazo de **VINTE (20) DIAS** que começa a correr depois de finda a dilação fixada mínima de **TRINTA (30) DIAS**, a contar da segunda e última publicação do anúncio, contestar(em) a referida ação, cujo o pedido consiste no reconhecimento do(a) menor **André Mateus Neves Embaló** não é filho de **Amadú Embaló**, e o cancelamento da

paternidade no assento, para todos os efeitos e com todas as consequências legais, com advertência de que a falta da contestação não implica a confissão dos factos articulados pelo(a) autor(a).

Mais se faz saber ao(s) citado(s), que é obrigatório a constituição de advogado na ação, da necessidade de toda a defesa ser deduzida na contestação, e que caso contestar(em), deverá(ão) pagar(em) o preparo inicial no prazo de **cinco dias**, sob pena de não o fazendo no prazo legal, vir a pagá-lo(s) acrescido da taxa de justiça de igual ao dobro e ainda a instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do art.º 66 do CCJ, podendo ainda requerer o benefício de assistência judiciária em juízo ou na Ordem dos Advogados de cabo Verde, apresentando logo os respetivos meios de prova da sua insuficiência económica.

2º Juízo de Família e Menores na Praia, 27 de maio de 2025.



Ministério da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, certifica, narrativamente, para efeito de publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia onze de Dezembro de dois mil e vinte e quatro, a folhas 76 do livro de notas para escrituras diversas número 84 foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Paula Melo Ramos Gomes**.

Que, têm perfeito conhecimento de que no dia doze de julho do ano dois mil e dezoito, faleceu no Hospital De Ribeira Brava, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, cidade de Ribeira Brava, **Paula Melo Ramos Gomes**, no estado de casada com Ernesto Monte Gomes sob o regime de comunhão de bens adquiridos, que foi natural da freguesia de Nossa Senhora Do Livramento, concelho de Ribeira Brava, com última residência habitual em Vila Ribeira Brava.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como herdeiros os seus filhos.

a) **Givenilson Fredi Ramos Gomes**, solteiro, maior, natural da fre-

guesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, habitualmente residente em Sal Rei.

b) **Gilson Sameiro Ramos Gomes**, casado com Leida Tavares Correia sob o regime de comunhão geral de bens, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, habitualmente residente em Sal Rei.

c) **Gilliard Ivo Ramos Gomes**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, habitualmente residente em Sal Rei.

Que não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão da identificada **Paula Melo Ramos Gomes**.

Que não existem herdeiros legítimos que possam proferir ou concorrer á sucessão com o herdeiro instituído.

Cartório Notarial da Boa Vista, aos 13 do mês de Dezembro de 2024.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

..J (mil e duz.
A NOTÁRIA,
Isabel Maria Gomes da Veiga
Isabel Maria Gomes da Veiga



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
3º JUÍZO CÍVEL

Campus de Justiça - Palmarejo - Praia
C.P. nº 99 - Tel.: 3336434 - 3336418 e Fax: 2613880
terceirocivil@gmail.com
ANÚNCIO Nº 22/2025

Faz Saber que pelo Cartório do 3º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca da Praia, correm éditos de **dez (10) dias**, contados a partir da 2ª e última publicação do respetivo anúncio, **Citando todos os Credores da Sambala Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda.**, nos autos de Reclamação de Crédito, registados sob o nº 25/2024, movida pela autora Pergula - Construção, Restauração e Obras Publicas, Lda., com sede nesta Cidade, para, no prazo de **vinte (20) dias**, posteriores ao dos éditos, impugnarem a reclamação do crédito deduzida, no valor de 89.048.404\$00 (oitenta e nove milhões, quarenta e oito mil e quatrocentos e quatro escudos), pelos fundamentos constantes no duplicado da petição inicial, com advertência de que a falta da contestação importa a confissão dos factos articulados pela autora (art.º 439º e 444º do Código de Processo Civil).

Faz ainda saber a todos os credores supra referido de que e obrigatória, a constituição de advogado nestes autos, tendo em conta o valor da causa e que caso contestar, deverão no prazo de **05 (cinco) dias**, efetuarem o pagamento do preparo inicial, sob pena da cobrança deste igual ao dobro nos termos do art. 66º do Código das Custas Judiciais e que poderão requerer o benefício de assistência judiciária, sendo em requerimento autónomo e que poderão também fazê-lo (pedir o benefício de assistência judiciária) em relação à Ordem dos Advogados de Cabo Verde ou sua Delegação solicitando a designação de um patrono, juntando desde logo os elementos comprovativos da sua insuficiência económica, sendo no prazo máximo de **DOIS DIAS**, a contar da citação.

O duplicado da petição inicial encontra-se à sua disposição na Secretaria deste Juízo podendo ser levantados em qualquer dia e hora normais do expediente.

Para constar, se lavrou este anúncio, que será entregue ao autor, para efeito de 1ª e 2ª publicação, (nº 2 do art. 747º, ex vi da al. B), do artº 229º do CPC); Cartório do 3º Juízo Cível da Praia, em três de junho de ano de dois mil e vinte e cinco.


A Juiz de Direito
/Mário José de Pina/
A Ajudante de Escrivã,
/Domingas Simões/




REPÚBLICA DE CABO VERDE
TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DO TARRAFAL
JUÍZO CÍVEL
ANÚNCIO Nº 77/2024-25
1ª e 2ª PUBLICAÇÃO

Dr. **Nilton José de Pina**, Juiz de Direito do Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal;

Faz saber que pelo cartório do Tribunal Judicial da Comarca do Tarrafal, correm termos os autos de **Ação Ordinária variante Abreviado, registado sob nº 34/2024-25**, em que é autor EDEC, SA, com sede em São Vicente e ré Promotur Prestação De Serviço, Lda, é **Citado** a ré **PROMOTUR PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, LDA**, com sede em Achada Batalha, Calheta São Miguel, Villa Morgana, representado pelo Sócio Gerente, Sr. Jean Gabriel Pina Lopez, atualmente em parte incerta da França, com última residência em Calheta São Miguel, para no prazo de **10 (Dez) dias** que se contará depois de finda a dilação de **30 (trinta) dias**, contados depois da 2ª e última publicação do anúncio, **contestar**, querendo, a ação supra indicada que lhe move o autor supra referido, pelos fundamentos constante da Petição Inicial, com advertência de que a falta de contestação importa a confissão dos factos articulados pelo autor.

O pedido consiste “nestes termos e nos melhores da Lei e do direito, e com o sempre mui douto suprimento de V. Exa, deve a presente ação ser julgada procedente, e em consequência:

Ser a ré condenada a pagar a autora a quantia de 217.903\$00 (duzentos e dezassete mil novecentos e três escudos), acrescida de juros de mora até o integral pagamento;

b) ser a ré condenada nas custas e procuradoria condignas e demais encargos legais;

c) Requer-se a citação da ré para contestar, querendo, no prazo e sob cominação legal.”

Faz ainda saber a ré que não é obrigatória a constituição de advogado na presente ação; que, com a sua defesa a apresentar, deverá no prazo de **cinco (05) dias**, efectuar o preparo inicial nos termos do art.º 61º do Código das Custas Judiciais (CCJ), sob pena da sua cobrança acrescida de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância, ao abrigo do disposto no artº66º do citado diploma, sendo advertido de que a falta deste pagamento implica a imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do presente Código. Ainda, poderá requerer o benefício de Assistência Judiciária, na modalidade de dispensa ou redução de pagamento de encargos e custas processuais (cfr. artº 8º al. a) diretamente no Tribunal, ou no prazo de dois dias a contar da citação, na modalidade previsto no (artº8, al, b) nos termos da Lei 35/III/88, de 18 de junho junto da Ordem dos Advogados de Cabo Verde na Cidade da Praia, Email:ordemadvogados@cvtelecom.cv, tel. Nº (238)2619755, apresentando em todo o casa elementos comprovativos da sua insuficiência económica.

Para constar se lavrou o presente anúncio que será entregue ao autor para efeito da 1ª e 2ª publicação (nº 3 do artº 226º do Código Processo Civil).

Cartório do Tribunal Judicial da Comarca de Tarrafal, um de abril de dois mil e vinte e cinco.

O Juiz de Direito
Nilton José de Pina


A Ajudante de Escrivão
/Maria Socorro Tavares Lopes/




TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA
2º Juízo de Família e Menores

ANÚNCIO nº 13/2025

1ª PUBLICAÇÃO

Faz saber que correm seus trâmites, no Juízo supramencionado, os autos de Ação de **Divórcio Litigioso** registados sob o nº 122/2024, em que a autora **Edna de Jesus Rebelo de Almeida**, casada, filha de Vitalina Mendes Rebelo e de António Adelino Moreno de Almeida, natural da freguesia e concelho de Santo Amaro Abade, residente em França, move contra o réu **José Mário Mendes Silva**, casado, natural da Freguesia e Concelho de Santo Amaro Abade, filho de Octaviano Gomes Silva e de Amália Mendes Furtado, com a última residência em Cabo Verde, conhecida em Tarrafal, Chão Bom-Lém Mende, casa da Senhora Maria esposa de Tavé (casa pegado Agostinho Agente da Policia Nacional), atualmente em parte incerta.

Fica o Réu **CITADO**, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação fixada em **TRINTA (30) DIAS**, a contar da segunda e última publicação do anúncio, querendo contestar a referida ação, cujo pedido consiste em julgar procedente, por provada, e assim decretar o divórcio entre a

Autora e o Réu, com advertência de que a falta da contestação não implica a confissão dos factos articulados pelo autor, cujo o duplicado da petição inicial e documentos se encontram na secretaria do Juízo mencionado.

Mais se faz saber ao citado, de que é obrigatório constituição de advogado na presente ação, de toda a defesa ser deduzida na contestação, inclusive, a apresentação das testemunhas, que não pode ser superior a oito, e que após a apresentação da contestação, deverá no prazo de CINCO DIAS, efetuar o preparo da contestação, sob pena de imediata instauração de execução especial para a sua cobrança coerciva, nos termos do art.º 66 do CCJ, e artigo 445º do CPC, e que poderá requerer o benefício de assistência judiciária.

2º Juízo de Família e Menores na Praia, 27 de maio de 2025.

A Juiz de Direito
/Eugénia Gomes/


A Ajudante Escrivão de Direito
/Eugénia Gomes/


Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50- 1ª Série, que no dia vinte e cinco de outubro de dois mil e dezassete, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante, Lic. **Dr. Paulo Jorge Barbosa Correia de Pina**, Conservador/Notário, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número trinta e sete traço B, de folhas sete a sete verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual **JAILSON RODRIGUES MONTEIRO MACE-DO**, NIF 126400261, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Monte Grande, se declara dono e legítimo possuidor, com exclusão de outrem, de um prédio urbano coberto de betão armado, tendo no rés-do-chão uma sala, três quartos, duas casas de banho, garagem, varanda e quintal, situado em Lacaca, ocupando área de duzentos e vinte e quatro metros quadrados, confrontando ao norte com moradia, sul e este com Terrenos e oeste com Via pública, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Conceição sob o número 5385/0, com o valor matricial de dois milhões, oitocentos e três mil e duzentos escudos, omisso no registo.

Que adquiriu o referido prédio por o ter construído de raiz com recurso a seu material e dinheiro num terreno lhe doado pela mãe Margarida Rodrigues, anterior proprietária há mais vinte anos, terreno esse com uma área de duzentos e vinte e quatro metros quadrados, toda ocupada pela casa.

Que está na posse e fruição do imóvel, sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja, sem violência e de boa-fé e vem sendo exercida em nome próprio por forma correspondente ao direito de propriedade.

Que para efeito de inscrição no registo predial, vem por este meio justificar o domínio que detém sobre o dito prédio.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos vinte e três de Maio de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto.....200\$00
Soma:1.200\$00
Conta sob o nº 50/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54 / VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.Cartorio Fogo@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

CERTIFICO, para efeito de **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50- 1ª Série, que no dia vinte e três do mês de Maio do ano dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, perante mim, Lic. Manuel António Pina Rodrigues Rosa, Conservador/Notário por substituição, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número sessenta e oito, de folhas oito verso a nove verso, a habilitação de herdeiros, nos termos seguintes:

Que, no dia sete do mês de Maio do ano dois mil e vinte e cinco, em Fonte Aleixo, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, onde teve a sua última residência habitual, faleceu **MANUEL DOS REIS GONÇALVES**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo, no estado de casado com Maria Genoveva Rocha Lopes, sob o regime da comunhão de adquiridos.

Que, o falecido não fez testamento e nem qualquer outra disposição da última vontade, tendo deixado como herdeiros legitimários, os seus filhos, a saber, **1. Paulo Jorge Lopes Gonçalves**, solteiro, maior, residente em cidade de São Filipe; **2. Ângela Helena Lopes Gonçalves Lousa**, casada com Fernando Manuel Pereira De Lousa, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente em Portugal; e **3. Maria Antónia Varela Gonçalves Carvalho**, casada com Joaquim Alves Carvalho, sob o regime da separação de bens, residente em Portugal, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, ilha do Fogo.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, prefiram aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido **Manuel dos Reis Gonçalves**.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de São Filipe, aos vinte e três de Maio de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2.....1.000\$00
Selo do acto..... 200\$00
Soma:1.200\$00
Processo n.º 937993
Conta sob o n.º 202514084



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de São Filipe, Avenida Amílcar Cabral - São Filipe - Fogo, CP 13, Cabo Verde, Telefone +(238) 281 11 54, +(238) 281 11 54/VOIP (333) 8101, Email: Conservatoria.Cartorio Fogo@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

-EXTRATO-

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no trinta de maio de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número 92, a **folhas 14 a 15**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito de **Maria Vitalina Lopes**, falecida no dia três de janeiro de dois mil e vinte e três, em França, onde teve a sua última residência, natural que foi da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, no estado de casada com Gregório da Veiga, sob o regime de comunhão de adquiridos.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **a) - Euclides Jorge da Veiga Lopes**, casado com Marenel Natacha da Veiga Lopes, sob o regime de comunhão de adquiridos; **b) - Elisete Alexandra Lopes da Veiga**; **c) - Ana Patrícia Lopes Veiga**, estes solteiros, maiores. Todos naturais da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa -

Portugal, residentes em França.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança da referida **Maria Vitalina Lopes**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, em trinta de maio de dois mil e vinte e cinco.

Emol:.....1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Conta nº: 942385



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 / VOIP (333) 6932, (333) 6933, Email: Cartoriosantacatarina@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Primeiro Cartório Notarial da Praia
Notária: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, ditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 04.06.2025, a folhas 50 e 51 do livro de notas para escrituras diversas número 351 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma Escritura de Habilitação de **Herdeiros por óbito de Domingas Vaz Tavares**, nos termos seguintes:

1. Que no dia **vinte e cinco de dezembro de dois mil e quinze**, na freguesia e concelho de Loures, Portugal, faleceu **Domingas Vaz Tavares**, aos noventa e dois anos de idade, no estado civil de solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filha de Vitorina Vaz Tavares, que teve a sua última residência habitual na Rua das Arroiteias, Ramada e Caneças, Odivelas, Portugal.

2. Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros, os seus filhos;

a) **Eduardo Tavares da Costa**, solteiro, maior, natural de Angola, residente em Portugal;

b) **Hildegarda Vaz Tavares da Costa**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Craca, concelho da Praia, residente em Portugal;

c) **Elísio Vaz da Fonseca de Sá Nogueira**, viúvo, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal;

d) **Ricardo Vaz Tavares**, solteiro, maior, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Portugal.

e) **Arlindo Tavares Semedo**, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de Santa. Catarina de Santiago, residente em Portugal.

3. Que não existem outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou com eles possam concorrer a sucessão da falecida.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei nº 9/2010, de 29 de março.

Primeiro Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, em 4 de junho de 2025.

CONTA: 944888/2025
Art. 20º 4,2.....1.000\$00
Selo do Acto..... 200\$00
Total..... 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.

A Notária,

/Joselene Safira do Souto Andrade Gomes/

Primeiro Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notaria. Lic.: Joselene Safira do Souto Andrade Gomes NIF- 353331112

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO, para efeito da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 - 1ª Série, que no dia quinze de abril de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol** Conservador Notário P/S no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 18/A, a folhas 83 a 84 e verso, a seguinte habilitação:

Que têm pleno conhecimento do facto a seguir mencionado determinante da seguinte habilitação:

Que no dia **vinte e nove** do mês de **dezembro** do ano **dois mil e vinte e quatro**, faleceu em freguesia de São Lourenço dos Órgãos, sem testamento ou disposição de última vontade o **Sr. Pedro Correia Fernandes**, no estado de casado com Joana Garcia Tavares, sob regime de comunhão geral de bens, natural que foi da freguesia de São Lourenço dos Órgãos e com última residência em Boca Larga. Que lhe sucedeu como seus únicos herdeiros, os filhos legitimários:

a) **Janice Suely Vieira Fernandes**, no estado de solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal, b) **Ailton Júnior Vieira Fernandes**, no estado de solteiro, maior, natural da freguesia de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal, c) **Evanilse Indira Vieira Fernandes**, no estado de solteira, maior, natural da freguesia de São Lourenço dos Órgãos, residente em Portugal.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

Nos termos do número 5 do artigo 86º A e 87º do Código Notariado, podem os interessados querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos quinze de abril de dois mil e vinte e cinco.

CONTA:

Artº.20.4.2..... 1.000\$00
Imposto de Selo..... 200\$00
Total1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 918830/2025

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António, Praia, Cabo Verde

O Notário, P/S,
/Felismino Monteiro Benchimol/



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DA PRAIA

2º Juízo de Família e Menores

ANÚNCIO Nº 06/2024

2ª PUBLICAÇÃO

Faz saber que correm seus trâmites, no juízo supramencionado, os autos de **Ação de Divórcio Litigioso**, registados sob o nº **40/2023**, em que a autora **DANILDA LUÍSA VARELA BARROS**, casada, maior, residente na Cidade da Praia, move contra o réu **BARRA NDIAYE**, filho de Toubá e de Marieme Beye, natural de Senegal, residente em parte incerta, com última residência conhecida em Achada Eugénio Lima, perto escola.

Fica o Réu, **CITADO**, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr depois de finda a dilação fixada em **TRINTA (30) DIAS**, a contar da segunda e última publicação do anúncio, querendo, contestar a referida ação, cujo pedido consiste na decretação do divórcio entre as partes e que o duplicado da petição inicial e documentos se encontram na secretaria do juízo supracitado, com advertência de que a falta da contestação, não implica a confissão dos factos articulados na petição inicial.

Mais se faz saber ao citado, de que é obrigatória constituição de advogado, que após apresentação da contestação deverá no prazo de **CINCO DIAS**, efetuar o preparo inicial, sob pena da cobrança deste acréscido da taxa de justiça de igual ao dobro ou de ser instaurado

a execução especial para acobrança coerciva, nos termos do artº. 66º do Código das Custas Judiciais.

Ainda é informado que, preenchidos os requisitos legais, poderá gozar do benefício de assistência judiciária, devendo o pedido ser formulado em requerimento autónomo dirigido ao Juiz deste juízo ou à Ordem dos Advogados de Cabo Verde, ou à sua Delegação, no prazo máximo de **Dois Dias**, a contar da data da citação, apresentado desde logo os elementos de insuficiência económica.

2º Juízo de Família e Menores na Praia, 3 de maio de 2024.

A Adv. da Parte
/Sara Isabel Ferreira/

O Advogado de Família
/Ferreira Semedo/

2º Juízo de Família e Menores do Tribunal da Comarca da Praia
Campus de Justiça, Palmarejo teleJ. 3 3 37 7 26/9 5 65 382
CP.250-Santiago, Praia, Rep. De Cabo Verde



Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



-EXTRATO-

Certifico, narrativamente, para efeitos de **segunda** publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia sete de abril de dois mil e vinte e cinco, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Mosteiros, perante mim, Lic. Roberto Carlos Barros Ferreira, Conservador/Notário por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número quatro, de folhas 37 a 39 verso, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por morte de **EUGÉNIA JÚLIA RODRIGUES ROSA**, nos termos seguintes;

PRIMEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia vinte e sete de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, numa casa situado em Igreja, faleceu **EUGÉNIA JÚLIA RODRIGUES ROSA**, aos noventa anos de idade, a data viúva de **Eugénio Soares Rosa**, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros e que teve a sua última residência habitual em Igreja, Mosteiros.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, e deixou como herdeiros os irmãos:

- a) **Mário José Rodrigues**, já falecido.
- b) **António Carlos Rodrigues**, já falecido.
- c) **Vasco José Rodrigues**, já falecido, todos que foram naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros.

SEGUNDA HABILITAÇÃO

Que por sua vez no dia dezasseis de abril do ano de mil novecentos e oitenta e cinco, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, faleceu referido **Mário José Rodrigues**, de oitenta anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, que teve a sua última residência habitual no sítio de Igreja.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- a) **Maria de Fátima da Graça Gomes**, viúva;
- b) **Maria da Conceição Graça**, viúva;
- c) **José Pina da Graça Rodrigues**, casado com Teresa Socorro Barbosa Rodrigues, no regime de comunhão de adquiridos;
- d) **Balbina da Graça Miranda**, casada com Gabriel Rodrigues Miranda, no regime de comunhão de bens;
- e) **Estela Clarinda de Pina Rodrigues**, divorciada, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros e residentes nos Estados Unidos da América.

TERCEIRA HABILITAÇÃO

Que no dia dois de maio do ano de mil novecentos e setenta e quatro, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, faleceu referido **António Carlos Rodrigues**, de setenta e oito anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, que teve a sua última residência habitual no sítio de Igreja.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- a) **Maria Aleluia Rodrigues Martins**, casado com José da Conceição Braz Mateus, no regime de comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América;
- b) **Sebastião Diniz Rodrigues Teixeira**, casado com Maria José Gamboa Guedes, no regime de “não especificado”, residente em Portugal.
- c) **Rosério Benevenuto Teixeira Rodrigues**, casado com Leonor Maria Rosa Rodrigues Pires Rodrigues, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Cidade Igreja;
- d) **Verânio Salazar Teixeira Rodrigues**, casado com Maria do Rosário de Fátima Teixeira da Costa, no regime de comunhão de bens, residente nos Estados Unidos da América;
- e) **Antonino Aureliano Teixeira Rodrigues**, casado com Manuela Rodrigues da Rosa, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Cidade Igreja; f) **Fernanda Martins Teixeira Rodrigues Monteiro**, casado com José Roberto Azevedo Monteiro, no regime de comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros.

QUARTA HABILITAÇÃO

Que no dia dezasseis de março do ano de mil novecentos e sessenta e um, na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, faleceu referido **Vasco José Rodrigues**, de sessenta anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, que teve a sua última residência habitual no sítio de Quincho.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- a) **Aldevina Gonçalves**, solteira, maior, residente nos Estados Unidos da América.
- b) **Alina Estela Gonçalves Fernandes**, casado com João Fernandes no regime de comunhão de adquiridos, residente nos Estados Unidos da América;
- c) **Ana Gonçalves Rodrigues**, casado com José Hermógenes Galvão Fernandes, no regime de comunhão de adquiridos, maior, residente nos Estados Unidos da América;

- d) **Otélío Gonçalves**, já falecido;
- e) **Maria Conceição Gonçalves Galvão**, já falecido;
- f) **Humberto Alberto Gonçalves**, já falecido, e
- g) **Celsidónio Gonçalves Rodrigues**, já falecido, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros.

QUINTA HABILITAÇÃO

Que no dia vinte e três de novembro do ano de dois mil e vinte e três, em 410 Wren Street, Taunton, Estados Unidos da América, faleceu referido **Otélío Gonçalves**, de setenta e dois anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, que teve a sua última residência habitual 410 Wren Street, Taunton, Estados Unidos da América.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- a) **Michel Rodrigues Gonçalves**, solteiro, maior.
- b) **Oteldino Rodrigues Gonçalves**, solteiro, maior;
- c) **Kennedy Gonçalves**, solteiro, maior, todos naturais dos Estados Unidos da América;

SEXTA HABILITAÇÃO

Que por sua vez no dia vinte e seis de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e oito, no sítio de Monte Negro e na freguesia de Santiago Maior, faleceu referido **Celsidónio Gonçalves Rodrigues**, de vinte e cinco de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, que teve a sua última residência habitual no sítio de Monte Negro.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros o seu único filho:

- a) **Celcidónio dos Santos Gonçalves Rodrigues**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, residente nos Estados Unidos da América.

SÉTIMA HABILITAÇÃO

Que no dia onze de fevereiro do ano de dois mil e vinte, em 47 Gardner Avenue, Brockton, faleceu referida **Maria Conceição Gonçalves Galvão**, de setenta e seis de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, que teve a sua última residência habitual 47 Gardner Avenue, Brockton, no estado de viúva de Filipe Galvão.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os filhos:

- a) **Celcidónio Rodrigues Galvão**, solteiro, maior.
- b) **Lizita Gonçalves Rodrigues Galvão**, solteira, maior;
- c) **Josefa Gonçalves Rodrigues Galvão**, solteira, maior;
- d) **Orlando Gonçalves Rodrigues Galvão**; solteiro, maior;
- e) **Laura Maria Gonçalves Rodrigues Galvão**, solteira, maior, e;
- f) **Sara Maria Rodrigues Galvão**, solteira, maior, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, residente nos Estados Unidos da América.

OITAVA HABILITAÇÃO

E por último, que no dia vinte e dois de maio do ano de mil novecentos e noventa e oito, em Nova Iorque, Estados Unidos, faleceu referido **Humberto Alberto Gonçalves**, de cinquenta e um anos de idade, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho de Mosteiros, que teve a sua última residência habitual 43 Melrose ST 02401, no estado de casado com Martina Santos, sua viúva meeira.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os sete irmãos supracitados ou seus filhos em representação.

Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei, preferam aos mencionados herdeiros ou que com eles possam concorrer á herança dos falecidos.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do número 5 do artigo 86º-A e do 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto Lei n.º 9/2010 de 29 de Março.

Cidade de Igreja e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial dos Mosteiros, aos vinte e nove de Maio de dois mil e vinte e cinco.

Conta: Reg. Sob o n.º 941413/25

Artigo 20.º 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00 São: Mil e duzentos escudos. -

O Conservador/Notário P/S,

/Roberto Carlos Barros Ferreira/

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeito de segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86.º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de agosto, B.O. n.º 50 – Iª Série, que no dia 19-05-2025, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas n.º 81, de folhas 78 a 78 verso, a escritura de Habilitação de Herdeiros, na qual foi declarado que:

Primeira Habilitação: Que têm pleno conhecimento de que no dia vinte e um do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e seis, faleceu na sua residência em Fajã de Matos da Garça, Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, **João Alda Nascimento**, que era solteiro, filho de Alda Nascimento, natural que foi da Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho de Ribeira Grande, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários os seus filhos: **Belarmino João Nascimento**, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Joana Baptista Jesus, natural da freguesia de São Pedro Apóstolo, concelho da Ribeira Grande, residente em São Vicente; **Ilídio João Nascimento**, solteiro, maior, natural da Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho de Ribeira Grande, residente em São Vicente; **Joana Sérgia Nascimento**, divorciada, natural da Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho de Ribeira Grande, residente na Cidade de Ponta do Sol; **Eduina Lopes Nascimento**, solteira, maior, natural da Freguesia de São Pedro Apóstolo, Concelho de Ribeira Grande, residente em Itália e **Francisco João Nascimento**, pré falecido no dia cinco de Maio do ano de dois mil e dezasseis, em Odivelas --Portugal, no estado de casado com Maria do Nascimento Sousa, tendo deixado como únicos herdeiros legitimários, os seus filhos: **Franclim de Sousa Nascimento**, solteiro, maior, natural e residente em Portugal; **Neuza Maria Sousa Nascimento**, casada com João Pedro Ventura Costa, natural e residente em Portugal e **Edgar Francisco Sousa Nascimento**, solteiro, maior, natural e residente em Portugal.

Que os falecidos não deixaram testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros, os filhos e netos acima indicados.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei possam lhes preferir à herança dos falecidos. Mais se informa que, ños termos do n.º 5 do artigo 86.º -A e do artigo 87.º do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande

Santo Antão, aos 28-05-2025.

Reg. sob o n.º 935126/2025



DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 225 12 90, +(238) 225 14 03 / VOIP (333) 2559, (333) 2583, Email: Conservatoria.CartorioPS@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

Certifico narrativamente para efeitos de segunda publicação, nos termos do n.º 3 do artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei número 45/2014 de 20 de Agosto, que no dia vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **92**, a folhas **6 a 7vº**, foi lavrada uma escritura pública de Justificação Notarial, em que **Maria do Carmo Furtado de Almeida**, solteira, maior, de nacionalidade portuguesa, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, contribuinte fiscal número **102054460**, residente em Portugal, titular do passaporte número **CC446050**, emitido no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e dois, pela autoridade portuguesa, declara ser dona e legítima possuidora com exclusão de outrem, do **prédio urbano**, construído de pedra e blocos e cimento, composto por três quartos de dormir, um corredor, uma varanda, uma cozinha, uma casa de banho, uma sala comum, uma sala de estar, caixa de escadas e uma garagem, medindo **cento e sessenta e quatro virgula quarenta e oito metros quadrados (164,48m2)**, situado em Cruz Grande - freguesia e concelho de Santa Catarina - ilha de Santiago, confrontando do Norte com Terreno rústico, Sul com Via Pública, Este e Oeste com Edifício construído, inscrito na matriz predial da freguesia de Santa Catarina sob o número **6106/0**, com o valor matricial de **um milhão e quatrocentos mil escudos**.

Que o dito prédio se encontra descrito na Conservatória dos registos de Santa Catarina, sob o número 1628/20190425, com aquisição registada a favor do Senhor Simão Mendes Pereira casado com Maria Paula Gomes Miranda, sob a cota F-1 (2392) AP.1/25-04-2019. Que o prédio, objeto de justificação, lhe veio a posse por doação feita pela mãe, Maria José dos Reis Furtado, no ano de dois mil e quatro, esta por sua vez tinha comprado o terreno, onde edificou o prédio urbano, objeto de justificação, no Senhor Simão Mendes Pereira, já falecido, no ano de mil novecentos e noventa e cinco, sem que, no entanto ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Santa Catarina, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde o ano de dois mil e quatro, portanto, **há mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas, se informa que, nos termos do número 2 do artigo 101º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, interpor recurso hierárquico ou impugnação judicial da referida escritura de Justificação Notarial, no prazo de quarenta e cinco dias a contar da segunda publicação do extrato no jornal.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco.

Emol:.....1.000.00

Imp. de selo:.....200.00

Total:.....1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta n.º: 44/2025



DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/ Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 / VOIP (333) 6932, (333) 6933, Email: Cartoriosantacatarina@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

1º Cartório Notarial da Praia
Notaria: Heleny Patrícia Silva Varela**-EXTRATO-**

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **Primeira** publicação, nos termos artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia **06.06.2025**, de folhas **61 a 62** do livro de notas para escrituras diversas número **351** deste Cartório Notarial, foi exarada uma **Escritura de Justificação Notarial, em que são justificantes, Luísa Medina Pires, Alexandre Medina Pires, Maria Da Luz Medina Pires, Aldina Medina Pires, Filomena Medina Pires, Ângela Medina Pires, Maria Da Conceição Medina Pires Gallais, Constantino Filomeno Medina e Pires e Maria De Lurdes Medina Pires**, nos termos seguintes:

1. Que se declaram, com exclusão de outrem, donos e legítimos possuidores do prédio urbano sito em **Paiol, Cidade da Praia**, Cabo Verde, inscrito na matriz predial e urbana da Freguesia da Nossa Senhora da Garça, sob o número **5087/2**, com área de **69.82 m²**, com valor matricial **1.020.000,00 (um milhão e vinte mil escudos)**, confrontando a Norte com Herdeiros de Agostinho de Pina, Sul com Rua e Diversos Proprietários, Este com Beco e Herdeiros de Mariana Correia e Oeste com Tomé Mendes Gonçalves, não descrito na Conservatória do Registo Predial, ou seja omissos quanto ao registo predial.

2. Que adquiriram a propriedade desse prédio por compra feita pelos pais em seus nomes, não tendo, todavia, documentos que lhes permitam fazer a prova dos seus direitos, enquanto proprietários, por extravio.

3. Possuem o referido imóvel há mais de trinta anos, ou seja, desde da década de oitenta.

4. Que o referido imóvel, foi construído com pedras basáltica e com cobertura de telha e apos alguns anos foi remodelado, substituindo a cobertura de telha por betão e construído quartos e casa de banho no piso superior, sendo todas as despesas assumidas por eles.

5. E que não conseguem registá-lo em nome deles, por falta do título, mas alegam ter continuado a exercer ininterruptamente a posse, nomeadamente, pagando regularmente os impostos relativos ao prédio, fazendo reparações ordinárias no mesmo e dele usufruindo de todas as utilidades proporcionadas, em suma, praticando sobre os imóveis todos os atos próprios de proprietários, de forma pública, pacífica, contínua, de boa-fé e sem oposição de quem quer que seja.

Os Interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório, Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 06 de junho de 2025.

CONTA: 946318/2025
Art. 20.4.2 1000\$00
Selo do Acto 200\$00
Total 1.200\$00.

A notária,
Heleny Patrícia Silva Varela
Heleny Patrícia Silva Varela

Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, NIF- 353331112

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Conservatória/Cartório Notarial de Ribeira Grande de Santiago
Notário P/S: João Correia**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeitos da **segunda** publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia **07.04.2025**, de folhas **76 a 77** do livro de notas para escrituras diversas número **22** deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de Justificação Notarial** em que o justificante **Luiz Couto Alves Gomes**, contribuinte fiscal número **162472560**, divorciado, natural de Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, residente em Cidade Velha, Ribeira Grande de Santiago, titular do bilhete de identidade número **554808**, de **05.02.2018**, emitido pelo Arquivo Nacional de Identificação Civil e Criminal da Praia, nos termos seguintes:

Que se declara, com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor do prédio rústico com a área de **347.01m²**, site no **Bairro de Santo António, Praia, freguesia de Santíssimo Nome de Jesus**, sobre o qual foi implantado um prédio urbano, confrontando do Norte com Rua, Sul com Mar, Este e Oeste com Lote, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Santíssimo Nome de Jesus sob o número **442/0**, com o valor matricial de **treze milhões, novecentos e oitenta mil escudos**, o qual se acha omissos na Conservatória do Registo Predial.

Que, no ano de dois mil e cinco, entrou na posse da área de terreno acima mencionado, mediante contrato promessa de compra e venda que fizera com a Natalino Barbosa Almeida, mediante uma procuração de carácter irrevogável, na qual, o justificante alega exercer ininterruptamente há dezanove anos, nomeadamente, pagando regularmente os respetivos impostos relativos ao imóvel, usufruindo de todas as utilidades proporcionadas, em suma, praticando sobre o imóvel todos os atos próprios de proprietários, de forma pública, pacífica, contínua, de boa fé e sem oposição de quem quer que seja.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Conservatória/ Cartório de Ribeira Grande de Santiago, aos 04 de junho de 2025.

CONTA: 943929/2025

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

Notário P/S: João Correia
O Notário P/S,
João Bernardo Correia
João Bernardo Correia

Conservatória/Cartório Notarial de Ribeira Grande de Santiago, Telefone- 2671021, São Braz, Notário, Lic.: João Bernardo Correia NIF- 353331112

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

-EXTRATO-

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do art. 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no seis de junho de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial de Santa Catarina, perante mim, Lic. Jandira dos Santos Cardoso, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **92**, a folhas **22 a 22vº**, foi lavrada uma escritura pública de **Habilitação Notarial**, por óbito faleceu **Paula de Brito Gonçalves**, falecida no dezoito de setembro de dois mil e oito, em Chã de Santos, Assomada, freguesia e concelho de Santa Catarina, onde teve a sua última residência natural que foi da referida freguesia e concelho, no estado de viúva.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade, não deixou descendentes, nem ascendentes vivos e deixou como única herdeira legítima a sua sobrinha **Faustina de Brito Ramos**, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago, residente em Chã de Cana - Engenheiros.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, preferam à indicada herdeira, ou com

ela possam concorrer na sucessão à herança da referida **Paula de Brito Gonçalves**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos seis de junho de dois mil e vinte e cinco.

Emol: 1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº: 946106

João Bernardo Correia
João Bernardo Correia

DGRNI, Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Santa Catarina, Palácio da Justiça RC/Direito - Avenida da Liberdade - Assomada, CP, Cabo Verde, Telefone +(238) 265 54 99 / VOIP (333) 6932, (333) 6933, Email: Cartoriosanta-catarina@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**- EXTRATO -**

Certifico narrativamente para efeito da segunda publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, que, nesta Conservatória dos Registos e Cartório Notarial, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial no livro de notas para escrituras diversas n.º 81, de folhas 79 a 80, outorgada no dia 20-05-2025, na qual **Maria Natália Delgado Sousa**, que também usa o nome de **Marie, Nathalie Sousa**, solteira, maior, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho da Ribeira Grande, residente em França, alega com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um prédio urbano construído de pedra, argamassa e blocos de cimento, coberto de betão armado, com dois quartos de dormir, uma casa de banho, uma cozinha, uma sala de visita, um pátio frontal e uma caixa de escada, localizado em Xóxó - Ribeira da Torre, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Ribeira Grande, sob o n.º 2937/0, com uma área de 99,6 m², (noventa e nove, virgula seis metros quadrados), confrontando ao Norte com Herdeiros de Antonio Cristina; Sul com Herdeiros de Fialho Clemente Gomes e Caminho; Este com Herdeiros de Fialho Clemente Gomes e do Oeste com Carlos Alberto Cruz, omissos no registo predial.

Alega que o prédio acima identificado, veio-lhe a posse por compra feita à Senhora **Perpétua Maria Delgado**, através de documento particular no ano de dois mil e dois, que, após isso fez a inscrição na matriz camararia em seu nome, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhe permita o respetivo registo na Conservatória, mas desde logo, entrou na posse e fruição do prédio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja. Que a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, há mais de vinte anos, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades dos prédios, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que, adquiriu o direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial. Os potenciais interessados têm um prazo de quarenta e cinco dias a contar da primeira e segunda publicação para eventual impugnação.

Está conforme

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Grande, aos 28-05-2025.

Conta n.º 940320/2025

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe de Ribeira Grande, Santo Antão, CP *, Cabo Verde, Telefone +(238) 225 12 90, +(238) 225 14 03 / VOIP (333) 2559, (333) 2583, Email: Conservatoria.CartorioPS@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**- EXTRATO -**

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da **Segunda** publicação, que no dia três de junho de dois mil e vinte e cinco, com início de folhas 22vº do livro de notas número B/82, deste Cartório Notarial, a cargo do Notário, Lic, José Manuel Santos Fernandes, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiro por óbitos de **Dionizio José Évora e Avelina Eugénia Freitas Évora**. Que, no dia vinte e um de novembro de dois mil e nove, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho e ilha de São Nicolau, onde residia em Campinho, ilha de São Nicolau, faleceu, sem testamento ou escritura de doação por morte, **Dionizio José Évora**, de oitenta anos, natural que foi na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho e ilha de São Nicolau; - Que o falecido era casado em primeiras e únicas núpcias de ambos e sob o regime de comunhão geral de bens com Avelina Eugénia Freitas Évora e com ele convivente a data do óbito. - Que, não deixou descendentes nem ascendentes vivos, sucedendo-lhe, como única herdeira, a sua referida mulher. - Que, entretanto, no dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho e ilha de São Nicolau, onde residia em Campinho, ilha de São Nicolau, faleceu a referida, **Avelina Eugénia Freitas Évora**, no estado de viúva daquele Dionizio José Évora. - Que a falecida não deixou herdeiros legitimários e com testamento lavrado aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, no Cartório Notarial da Ribeira Brava, ilha de São Nicolau, exarado a folhas vinte e cinco, do livro de testamento com o número um, o qual institui como seu único herdeiro seu sobrinho, **José Fortes** que também usa **José Fortes Monteiro**, divorciado à data de obito, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho e ilha de São Nicolau, de nacionalidade Holandesa, e residente em Campinho, ilha de São Nicolau. Que, não existem outras pessoas, que segundo a lei e o invocado testamentos, prefiram ao referido herdeiro ou com ele concorram à herança daqueles Dionizio José Évora e Avelina Eugénia Freitas Évora.- Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

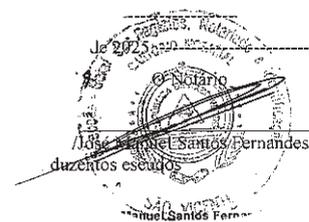
Primeiro Cartório Notarial de São Vicente, aos 03 de junho de

Conta: 202534714 Proc, 944658

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo.....200\$00

Total.....1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos



1º Cartório Notarial de São Vicente, Voip-3104- Alto São Nicolau, Notário. Lic. José Manuel Santos Fernandes

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Conservadora/Notária: Lic. Zuleica Garcia da Veiga

Extrato

Certifico, narrativamente para efeitos da primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia catorze de maio de dois mil e vinte e cinco, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe da Ribeira Brava, perante mim, Lic. **Zuleica Garcia da Veiga**, Conservadora/Notária, no livro de notas para escrituras diversas número **vinte e oito/A, folhas 06 a 08**, foi lavrado uma escritura pública de **Justificação Notarial**, em que o **justificante José Gabriel Ramos**, casado, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário concelho e ilha de São Nicolau, residente em Alto Santo António ilha de São Vicente, em representação de: **Kátia Cristina Lopes de Brito**, solteira, maior, contribuinte fiscal número um zero seis oito nove cinco três dois zero, residente em São Vicente; **Nataniel Venê Lopes de Brito**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um zero dois dois cinco quatro cinco cinco nove, residente em Pedra de Luma ilha do Sal; **Sandro Adilson Lopes de Brito**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um três cinco quatro nove um seis dois dois, residente em Pensamento cidade da Praia; **Róger Alexsandro Lopes de Brito**, solteiro, maior, contribuinte fiscal número um um nove nove um dois um seis três, residente em Palmarejo cidade da Praia e **Alberto Agui-naldo Brito**, casado, contribuinte fiscal número um seis dois um dois seis um quatro zero, residente em Roterdão, todos naturais da freguesia de Nossa Senhora do Rosário concelho e ilha de São Nicolau, declara que seus representados, são donos e legítimos possuidores com exclusão de outrem, do **prédio urbano**, medindo **cento e sessenta e cinco metros quadrados**, situado em São João - freguesia de Nossa Senhora do Rosário concelho e ilha de São Nicolau, confrontando do Norte com Adriano António de Brito e Maria José da Graça e outros, Sul Este e Oeste com caminho, omissos na Conservatória dos Registo Predial da Ribeira Brava, conforme pesquisa na base de dados de registo predial da dita Conservatória, nesta data, inscrito na matriz predial da freguesia de Nossa Senhora do Rosário anteriormente sob o número 540/0, e atualmente sob o número **3383/0**, com o valor matricial de **um milhão seiscentos mil escudos**.

Que, o dito prédio lhes veio à posse por herança do falecido pai Agui-naldo Guimarães de Brito, conforme Habilitação Notarial lavrado no livro de notas para escrituras diversas nº 78/A, Fls. 78 a 79, do Primeiro Cartório Notarial de São Vicente. Que o dito prédio foi adquirido pelo falecido pai no ano de mil novecentos e setenta e seis, nos herdeiros de Manuel José Silva, sem que, no entanto, ficasse a dispor de título formal que lhes permitam o respetivo registo na Conservatória dos Registos da Região de Segunda Classe de Ribeira Brava, mas desde logo entrou na posse e fruição do prédio, em nome próprio, posse essa que é exercida sem interrupção ou ocultação de quem quer que seja.

Que, a posse foi adquirida e mantida, sem violência, sem oposição, sem interrupção e ostensivamente com conhecimento de toda agente, desde o ano de mil novecentos setenta e seis, portanto, **há mais de vinte anos**, agindo sempre por forma correspondente ao exercício do direito de propriedade, com aproveitamento de todas as utilidades do prédio, usufruindo e suportando os respetivos encargos, pelo que adquiriu o seu direito de propriedade por usucapião, o que invoca para efeitos de inscrição no registo predial.

Mas, se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de Habilitação Notarial, a partir da segunda publicação do extrato no jornal.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Ribeira Brava, aos catorze dia do mês de maio do ano dois mil e vinte e cinco.

Emol:1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total:1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 932809/2025.

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

Conservatória /Cartório Notarial de Ribeira Grande de Santiago
Notário P/S: João Correia**EXTRATO**

CERTIFICO narrativamente para efeitos da Primeira publicação, nos termos do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de agosto, que no dia 10.06.2025, de folhas 92 a 93 do livro de notas para escrituras diversas número 22 deste Cartório Notarial, a meu cargo, foi exarada uma **Escritura de Justificação Notarial** em que os justificantes são os senhores **José António Leitão Dias**, contribuinte fiscal número 157730433, e **Marilena Tostões Fernandes Dias**, contribuinte fiscal número 156634180, casados entre si no regime de comunhão de adquiridos, natural de Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, residentes na Cidade da Praia, titulares dos Cartões Nacionais de Identificação números 19750814MOO1K, válido até 18.01.2027, e 19470226F006B, válido até 14.03.2027, emitidos pelo Arquivo Nacional de Identificação Civil e Criminal da Praia, como **justificantes**, nos termos seguintes:

Que se declaram, com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor do lote de terreno com a área de 349.2m², sobre o qual foi implantado um prédio urbano composto por dois pisos, construído de pedras alvárias e blocos, coberto de betão armado e telhas com três quartos de dormir, três casas de banho, uma cozinha, uma sala comum e uma piscina, denominado por lote 21, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santíssimo Nome de Jesus sob o número **466/0**, com o valor matricial de **dezassete milhões, setecentos e noventa e nove mil escudos**, o qual se acha omissos na Conservatória do Registo Predial.

Que, no ano de dois mil e nove, entrou na posse da área de terreno acima mencionado, e foi construindo o imóvel acima mediante contrato promessa de compra e venda que fizera com a Américo Lopes de Almeida, no valor de três milhões de escudos, na qual, o justificante alega exercer ininterruptamente há dezasseis anos, nomeadamente, pagando regulamente os respetivos impostos relativos ao imóvel, usufruindo de todas as utilidades proporcionadas, em suma, praticando sobre o imóvel todos os atos próprios de proprietários, de forma pública, pacífica, continua, de boa fé e sem oposição de quem quer que seja.

Os interessados, querendo, podem proceder a impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-lei n.º 9/2010, de 29 de março.

Conservatória/Cartório de Ribeira Grande de Santiago, aos 11 de junho de 2025.

O Notário P/S,

João Bernardo Correia

CONTA: 947853/2025

Art. 20.4.2.....1000\$00

Selo do Acto..... 200\$00

Total1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos.

Conservatória/ Cartório Notarial de Ribeira Grande de Santiago, Telefone-2671021, São Braz, Notário. Lic.: João Bernardo Correia NIF- 353331112

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação

**-EXTRATO-**

CERTIFICO, para efeito de **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 100.º do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50- 1ª Série, que no dia vinte e dois do mês de Julho do ano dois mil e vinte e um, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, perante Lic. **Paulo Jorge Barbosa Correja de Pina**, Conservador/Notário em Acumulação, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número três traço A, de folhas doze verso a treze verso, a escritura de Justificação Notarial, na qual, **CLARISSE GOMES ALVES MENDES**, com NIF125342420, viúva, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha do Fogo, residente em Roçadas, se declara dona e legítima possuidora, com exclusão de outrem, de um prédio urbano, com cinco compartimentos, sendo dois cobertos de telha de barro, três coberto de betão armado, todos cimentados, cozinha e quintal, situado em Roçadas, confrontando ao Norte com Manuel da Luz Veiga, sul com Estrada, este com Manuel da Luz Veiga e oeste com Laidina Mendes, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Santa Catarina do Fogo sob o número 969/0, com o valor matricial de quinhentos e oitenta e oito mil escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por o

ter construído, com recurso a seu material e dinheiro, num terreno comprado por escrito particular no Sr. "Chalé de Mama, de Coval figueira, nos anos cinquenta, sem que pudesse dispor de título bastante para efeitos de registo predial.

Que, não obstante, está na posse e fruição do imóvel há mais de sessenta anos e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente e aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade por usucapião sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de Santa Catarina, aos cinco de Junho de dois mil e vinte e cinco.

Art. 20.º 4.2..... 1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00

Conta sob o n.º 02/06

O Conservador/Notário, P/S
/Manuel António Pina Rodrigues Rosa/

DGRNI, Conservatória dos Registos e Cartório Notarial de 2ª Classe de Santa Catarina do Fogo, Santa Catarina - Fogo, CP*, Cabo Verde, Telefone +(238) 282 1050/VOIP (333) 8243, (333) 8283, Email:Conservatoria.CartorioSCFogo@gov.cv

Ministério
da Justiça

Direção Geral dos Registos, Notarial e Identificação



Notário p/s: Felismino Monteiro Benchimol

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da **primeira** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. n.º 50 – 1ª Série, que no dia seis de junho de dois mil e vinte e cinco, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário P/S no Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 19/A, a folhas 25 a 26 e verso, a seguinte habilitação:

Que têm pleno conhecimento do facto a seguir mencionado determinante da habilitação:

Que no dia **vinte e um** do mês de **março** do ano **dois mil e vinte e cinco**, faleceu em Nice - França, sem testamento ou disposição de última vontade o Sr. **Carlos Ribeiro Barbosa**, no estado de casado com Vitalina Landim Barbosa, sob regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Santa Catarina e com última residência em França.

Que lhe sucedeu como seus únicos herdeiros, os filhos legítimos:

a) Jean Carlos Ribeiro, no estado de solteiro, maior, natural de França,

residente em França, **b) Josiane Carole**, no estado de solteira, maior, natural de França, residente em França; **Miloni Landim Barbosa**, no estado de solteira, maior, natural de França, residente em França.

Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão.

Nos termos do número 5 do artigo 86ºA e 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos seis de junho de dois mil e vinte e cinco.

ESTÁ CONFORME
de Segunda Classe
vinte e cinco
O Notário, P/S
/ Felismino Monteiro Benchimol /

CONTA:

Arto.20.4.2..... 1.000\$00

Imposto de Selo..... 200\$00

Total..... 1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o n.º 94599/2025

FARMÁCIAS DE SERVIÇO**QUINTA - 12 de Junho**

SANTA ISABEL
Largo Europa - Tel: 262 37 47

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

SEXTA - 13 de Junho

SÃO FILIPE
Ach. São Filipe - T: 264 72 56

MINDELO
Mindelo - T: 232 74 65

SÁBADO - 14 de Junho

UNIVERSAL
Avenida Santiago - T: 262 93 98

AVENIDA
Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

DOMINGO - 15 de Junho

FARMÁCIA 2000
Achadinha Baixo - T: 261 56 55

LEÃO
Mindelo - T: 232 66 04

SEGUNDA - 16 de Junho

MODERNA
Plateau - T: 261 27 19

NENA
Mindelo - T: 232 22 92 / 231 86 11

TERÇA - 17 de Junho

CENTRAL
Plateau - T: 261 11 67

HIGIENE
Mindelo - T: 231 00 06

QUARTA - 18 de Junho

SANTO ANTÓNIO
ASA - T: 262 11 86

JOVEM
Mindelo - T: 232 45 30

VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
PELOURO DE ORDENAMENTO TERRITÓRIO URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO
Covão Lourenço

VISTO
Vereador pelo pelouro
Urbanismo e obra

CONFIRMADO
Presidente da Câmara

G.TÉCNICO
C.M.S.DOMINGOS

OBS :
PROP: Rui António Luis Lopes Umbelino
USO: Habitação Mista
Área Total: 406.10m2

Z	Q	L
HM	07	10

AFORZAMENTO
DOAÇÃO
Compra
Ocupação Temporária

Nº de sítio: Cave. R/c

Contacto: (+238) 999 52 69